

Relatório e Contas 2021

VICTORIA - Seguros, S.A.

Índice

Estrutura de Governo da Sociedade	03
Relatório do Conselho de Administração	05
Informação Financeira	
Demonstração da posição financeira	34
Demonstração de resultados	36
Demonstração do Rendimento Integral	37
Demonstração de Fluxos de Caixa	38
Demonstração das alterações nos capitais próprios	39
Notas às Demonstrações Financeiras	40
Relatórios de Fiscalização	
Certificação Legal de Contas	127
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	131

Relatório e contas aprovado em AG a 07 de abril de 2022.
Documento escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico.

Estrutura de Governo da Sociedade

Mesa da Assembleia Geral

José António Pinto Ribeiro
Presidente

J.A. Pinto Ribeiro & Associados,
Sociedade Advogados
(representada por Marcos Sousa
Guedes)
Secretário

Conselho Fiscal

João de Lara Everard
Presidente

Célia Custódio
Vogal

Eduardo Rêgo
Vogal

Patricia Caldinha
Suplente

Conselho de Administração

Jacques Chanut
Presidente

Francisco Campilho
Administrador Delegado

Carlos Suárez
Vogal

Hervé Leblanc
Vogal

Pierre Esparbès
Vogal

Philippe Desurmont
Vogal

Revisor Oficial de Contas

Ernst & Young Audit & Associados -
S.R.O.C., S.A. (SROC nº 178)
(representada por Ricardo Lopes Pinto
(ROC nº 1579)
Efetivo

João Carlos Miguel Alves
(ROC nº 896)
Suplente

Conselho Executivo

Francisco Campilho
Administrador Delegado

Carlos Suárez
Administrador

Estrutura de Governo da Sociedade

Diretores de Departamento

Euclides Carvalho
Dep. Canal Agentes

João Ferreira da Fonseca
Dep. Canal Corretores

Frederico Pereira
Dep. Canal Pessoais

Júlio Gonçalves
Dep. Financeiro e Gestão de Riscos

João Borbinha
Dep. de Informática

Susana Pascoal
Dep. de Marketing

Carla Martins
Dep. Novos Canais

Tiago Monteiro
Dep. de Operações

Alberto Bento
Dep. de Recursos Humanos, Organização e Logística

Ana Aragão
Dep. Técnico Pessoais

Miguel Roque
Dep. Técnico Reais



1. Relatório do Conselho de Administração

Nos termos do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais e dos Estatutos, submetemos à apreciação da Assembleia Geral o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e Notas às Demonstrações Financeiras do exercício de 2021.

SITUAÇÃO ECONÓMICA

2021 foi um ano novamente marcado pela pandemia de Covid-19 e pela imprevisibilidade na evolução do vírus SARS-CoV-2. Foi um ano de incerteza, mas também de muita antecipação e esperança num ansiado regresso à normalidade. O mês de janeiro iniciou-se com os países fortemente empenhados em vacinar os seus cidadãos, procurando assim, conter a evolução do vírus. À medida que os meses avançaram, foram descobertas novas variantes, porém as vacinas demonstraram a sua eficácia. Mesmo necessitando de várias doses, as vacinas desenvolvidas conseguiram diminuir significativamente a severidade da doença e permitiram algum regresso à normalidade. A generalidade dos países desenvolvidos reforçou também os seus sistemas de saúde e a tecnologia mRNA incluída nas novas vacinas é de fácil atualização. Pouco a pouco, e apesar de alguns contratempos, os confinamentos foram sendo atenuados e a atividade económica foi normalizada à medida que a confiança e o otimismo dos agentes económicos regressou.

Dadas as particularidades desta crise económica, o regresso à normalidade está, porém, a ser acompanhado de alguns

constrangimentos inéditos em crises recentes. A pandemia causou uma redução na oferta de mão-de-obra e originou constrangimentos nas cadeias de distribuição de bens económicos e que em última análise estão a pressionar os preços dos bens no sentido da subida.

Assim, após um desempenho económico bastante negativo em 2020, o ano de 2021 foi positivo e permitiu que economia global regressasse inclusive a um nível pré-pandémico. O Produto Interno Bruto (PIB) mundial subiu 5,9% em 2021 (2020: recessão de 3,1%). A retoma económica foi apoiada pelo aumento da procura, sustentada pelos programas de estímulo económico e monetário implementados pelos vários governos e bancos centrais. Nos Estados Unidos da América (EUA), a Administração Biden conseguiu aprovar um pacote de apoio económico de 1,9 biliões de dólares (USD) e um pacote adicional de investimento em infraestruturas de cerca de 1 bilião de dólares (USD). Na Europa, o Plano de Recuperação foi desenhado pela Comissão Europeia com um montante global de 800 mil milhões de euros e que ao longo do ano foi sendo concretizado por cada um dos países da União. A Reserva

Federal (FED) manteve a taxa de juro diretora em 0%, mas à medida que a inflação começou a dar sinais de alerta, anunciou em novembro que o programa quantitativo de estímulo monetário tinha atingido os seus objetivos e era altura de inverter o ciclo. Na Europa, o Banco Central Europeu (BCE), seguiu as pisadas da Reserva Federal e manteve as taxas de juro em 0%, anunciando também que iria descontinuar o programa quantitativo de estímulo monetário a partir de 2022.

Nos EUA, os estímulos económicos referidos anteriormente, permitiram que a economia crescesse ao nível mais alto desde 1984. O PIB registou uma subida de 5,6% (2020: -3,4%), destacando-se o contributo da retoma do consumo. A inflação subiu para 4,3% (2020: 1,2%) o que, tal como referido anteriormente, deu origem a alguns alertas nos decisores económicos. A taxa de desemprego depois da subida em 2020, voltou a descer e fechou o ano nos 5,4% (2020: 8,1%).

Na UE a retoma foi também bastante expressiva, com os agentes económicos a responderem à melhoria da situação epidemiológica e à gradual redução das medidas de confinamento que geraram uma recuperação no consumo. O PIB subiu 5,2% face à quebra de 6,4% no ano anterior. Apesar de positiva a evolução do desemprego apresenta alguma inércia e em dezembro era de 7% face a 8,2% no final do ano anterior. A UE registou também uma

subida no nível de preços o que se refletiu numa subida do indicador da inflação de 0,3% para 2,2%.

A China, retomou a trajetória de crescimento económico de convergência para os países desenvolvidos e após uma redução no ritmo de crescimento do PIB para 2,3% em 2020, o ano de 2021 deverá apresentar um crescimento no PIB de 8,1%. Este crescimento não foi, porém, isento de problemas. As autoridades chinesas estão a tentar refrear alguns problemas de sustentabilidade, nomeadamente nos setores tecnológicos e imobiliário, implementando regulamentação ou controlando as fontes de financiamento. Reflexo destas medidas, os mercados bolsistas nestes setores registaram perdas acentuadas e a falência da gigante imobiliária *Evergrande* tornou-se notícia de primeira página. O conjunto das economias emergentes registaram este ano um crescimento do PIB de 6,5% (2020: -2,3%) acompanhando assim a tendência de recuperação mundial.

Em Portugal, as sucessivas vagas da pandemia e os confinamentos continuaram a marcar o ano. O PIB deverá subir 4,8% em 2021, impulsionado pela recuperação nas exportações e consumo interno (2020: -8,4%). O mercado de trabalho resistiu bem à pandemia e recuperou já para níveis pré-Covid. De facto, a taxa de desemprego desceu para 6,6% (2020: 7,0%), que corresponde a um valor mínimo

desde 2002 e em alguns setores, como alojamento e restauração, surgiram alguns constrangimentos na oferta de mão-de-obra. As medidas orçamentais de suporte à economia foram significativas, porém o

contexto de recuperação económica e melhoria da receita pública permite antever que o défice das contas públicas seja inferior a 3% do PIB (2020: 5,8%).

MERCADOS FINANCEIROS

Para os mercados financeiros globais o segundo ano da pandemia foi tão dramático quanto o primeiro. Os investidores concentraram a sua atenção na recuperação económica e no apoio prestado pelos bancos centrais e puseram de parte alguns receios, como a subida da inflação, os problemas nas cadeias de distribuição e o surgimento de novas variantes do vírus SARS-cov-2, para gerar mais um ano de valorizações recorde.

Estas tendências recentes dos mercados financeiros adquiriram uma nova relevância e influenciarão de forma indelével os investimentos nos próximos tempos. Os investidores individuais tomaram de assalto alguns ativos em Wall Street e conduziram a valorizações impressionantes nos denominados “*meme stocks*”. Um dos exemplos foi a empresa Gamestop, que teve uma valorização de 2.500% no preço das suas ações em janeiro e que encerrou o ano com uma valorização superior a 700%. Também as denominadas criptomoedas mantiveram um lugar de destaque na atenção dos investidores, à medida que fazem o percurso para se tornarem uma classe de ativos por mérito própria, num

contexto de aumento regulatório e de escrutínio por parte das autoridades financeiras e de forte volatilidade nos respetivos preços. Finalmente a tendência mais relevante e marcante é o crescimento da importância do investimento sustentável. Impulsionado pela preocupação dos investidores em temas como a mudança climática ou a justiça social, mas também por surgimento de alguma regulamentação de discriminação positiva, o presente ano foi um ano record para as estratégias de investimento sustentáveis (ESG).

O índice global de ações MSCI World teve uma performance de 20,1% em dólares (2020: 14,1%). Na Europa e EUA, as performances das ações foram também bastante positivas. Nos EUA, o índice *benchmark* S&P 500 subiu 26,9% (2020 16,3%), um pouco acima da valorização de 21,0% do índice Eurostoxx 50 (2020: -5,1%). No Reino-Unido o Footsie 100 registou uma subida de 14,3% (2020: -14,3%) e em Portugal, o índice PSI20 subiu 13,7% (2020: -6,1%). No Oriente, o índice Nikkei 225 valorizou-se 4,9% e o CSI300 chinês desceu

5,2% influenciado pela correção nos setores imobiliário e tecnológico.

Os mercados de obrigações globais tiveram em 2021 um ano negativo, reagindo assim à subida da inflação. A performance do índice que reúne as emissões de Dívida Pública dos países do Zona Euro (Bloomberg Euro Government Aggregate) desceu 3,4% (2020: 4,7%). A correção ficou marcada por dois momentos em que os investidores reduziram a exposição a esta classe de ativos: o primeiro aconteceu no início do ano, antecipando um período de crescimento económico prolongado, mas acompanhado de alguma inflação; o segundo sucedeu no Outono, quando os bancos centrais deram nota aos mercados que se preparavam para combater a subida de preços invertendo o ciclo de descida de taxas de juro. Nos EUA, o rendimento (yield) da emissão de Dívida Pública a 10 anos (Treasuries) subiu de 0,92% para 1,51%, enquanto na Europa a Dívida Alemã a 10 anos (Bund) apresentou uma subida de 39 p.b. para -0,18%. A dívida pública portuguesa acompanhou a tendência de

fundo e registou no ano uma subida na yield das Obrigações do Tesouro a 10 anos de 0,03% para 0,46%. Olhando com maior detalhe para as obrigações emitidas por empresas, é de referir que apesar da evolução negativa, o desempenho foi superior à dívida soberana, o que se traduziu numa recuperação dos prémios de risco para níveis pré-pandémicos: o índice iBoxx Euro Corporate Bond desvalorizou 1,1% (2020: +4,7%).

O impacto da recuperação económica no petróleo foi naturalmente uma subida no preço. Os níveis de produção cresceram a um nível inferior da procura, uma vez que os principais países exportadores (OPEP+) acordaram ainda em 2020 limitar o aumento de produção como forma de sustentar uma subida de preço. Assim, o preço do barril Brent iniciou o ano em torno dos 50 dólares e subiu 51,4% para 77,46 dólares (USD).

A moeda única europeia fechou o ano nos 1,1386 USD/EUR, face a 1,2225 USD/EUR no final de 2020 (desvalorização de 6,9%).

MERCADO SEGURADOR

De acordo com os dados divulgados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), em 2021 o mercado de seguros regressou ao crescimento do volume global de prémios que atingiram os 13,3 mil milhões de euros.

Este valor que representa uma forte recuperação face ao ano de 2020 (+ 34,2%), que sabemos ter tido um forte impacto da pandemia principalmente sobre o Ramo Vida, fica ainda assim 3,1% acima do valor global de produção registado em 2018. O

Ramo Vida volta a recuperar a sua liderança face aos Ramos Não Vida com uma quota de 58%, no entanto em queda face à sua quota de quase 61% em 2018, o que denota o comportamento consistentemente positivo dos Ramos Não Vida nestes últimos anos.

Com um volume de prémios de 7,7 mil milhões de euros, o Ramo Vida apresentou um crescimento de 68,5% relativamente a 2020 e de 10,5% face aos valores registados no ano de 2019. No entanto, o Ramo Vida não consegue atingir os valores registados em 2018 ficando assim a 95% do valor registado há três anos. Por outro lado, é interessante analisar a composição deste ramo de atividade. Os seguros ligados com 4,6 mil milhões de euros registaram um crescimento de 144% face a 2020, passando a representar 60,4% do Ramo Vida (41,6% ou 42% em 2020). Se estendermos esta análise ao período até 2018 os resultados são ainda mais expressivos: face a esse ano o crescimento dos seguros ligados é de cerca de 163,9 ou 164%, sendo a sua quota de 21,8 ou 22% do total do ramo Vida.

Os Ramos Não Vida atingiram um volume global de prémios de 5,6 mil milhões de euros o que representa uma taxa de crescimento face a 2020 de 4,7%. Como referido anteriormente, o crescimento destes ramos tem sido consistente e positivo ao longo dos últimos anos: 7,9% face a 2019 e 16,5% relativamente aos prémios Não Vida registados em 2018. O único Ramo com comportamento negativo

neste ano foi o aéreo (-2,2%). Os Ramos com maior crescimento foram: Marítimo e Transportes (+10,7%) e Saúde (8,8%). A generalidade dos Ramos cresceu acima dos 4,7% com a grande exceção, pela sua quota de quase 34%, do Ramo Automóvel que registou um crescimento de 1,3%. Por outro lado, o Ramo de Incêndios e Outros Danos, com um crescimento de 5,8%, consolida a sua segunda posição nos Ramos Não Vida, e a Saúde reforça a sua posição de terceiro maior Ramo Não Vida ultrapassando os mil milhões de euros de prémios, enquanto os Acidentes de Trabalho mantêm a quarta posição do ranking, apesar de terem registado um crescimento de 6,6%.

Registou-se por outro lado um aumento da concentração no mercado: o número de empresas de seguros reduziu-se de 75 em 2018 par 65 em 2021. Se nas empresas nacionais a redução foi de 41 empresas em 2018 para 38 em 2021, já nas sucursais a diminuição foi de 34 para 27 no mesmo período.

Relativamente ao enquadramento legal e regulamentar, em 2021 mantiveram-se os impactos da situação pandémica quer ao nível da atividade quer ao nível do reporte à Autoridade de Supervisão (ASF). Manteve-se em vigor até final de setembro o decreto-lei nº20-F/2020, de 12 de maio, que tinha aprovado um regime excecional e temporário relativo ao pagamento de prémios de seguro (moratórias nos seguros) e aos efeitos da redução temporária do

risco nos contratos de seguro decorrente da diminuição significativa ou suspensão de atividade. Por outro lado, o ano de 2021 ficou também marcado pelas diversas iniciativas regulamentares relacionadas com a Sustentabilidade: desde o SFDR- *Sustainable Finance Disclosure Regulation* ao Regulamento de Taxonomia. Destacaram-se também no ano 2021, várias consultas públicas de normas que visam regulamentar a conduta de mercado e tratamento de reclamações, o sistema de governação das empresas de seguros e por último a segurança e governação das tecnologias de informação. Por outro lado, foi também dado especial destaque à

implementação das Normas Internacionais de Reporte Financeiro IFRS9 e IFRS17, que deve ocorrer em 1 de janeiro de 2023 bem como às alterações legislativas de carácter fiscal, nomeadamente a DMIS - Declaração Mensal de Imposto do Selo.

De registar ainda as iniciativas legislativas de alteração do regime das cláusulas contratuais (Lei 32/2021) que estabeleceu regras quanto ao tamanho da letra e ao espaçamento entre linhas, bem como a lei que consagra o “Direito ao Esquecimento” nos contratos de seguros associados a crédito (Lei nº 75/2021) e cuja regulamentação ainda não se encontra disponível.

ATIVIDADE DA EMPRESA

A VICTORIA - Seguros, S.A. explora em Portugal os ramos de seguro não vida, designadamente, Acidentes Trabalho, Acidentes Pessoais, Saúde, Incêndio, Automóvel, Transportes, Responsabilidade Civil e Diversos.

A VICTORIA-Seguros, S.A. no decurso do ano de 2021 manteve-se fiel à estratégia de comercialização e perfil de carteira dos últimos anos.

A experiência de 2020, permitiu manter na conjuntura pandémica, a continuidade do negócio, o atendimento ininterrupto a distribuidores e clientes e a resposta próxima, junto de todos os seus interlocutores.

Manteve-se a parceria de distribuição com o banco EuroBic, e nos restantes canais, a VICTORIA prosseguiu com a estratégia de identificação de negócio rentável, em todas suas vertentes, através de operadores profissionais sensíveis à apresentação diferenciada de soluções e uma proposta de valor própria.

Já em termos institucionais, a VICTORIA reforçou o seu compromisso com as parcerias existentes, com a sua presença, comunicação de marca e imagem nos vários ecossistemas. Materializando essa estratégia de posicionamento, a VICTORIA prosseguiu a colaboração com a Associação Portuguesa de Promotores e Investidores

Imobiliários e a Nova Medical School, com o propósito de estabelecer pontes entre o mundo acadêmico e a Empresa e de explorar – através da Cátedra VICTORIA em Edificação Saudável – a relação entre o edificado e a saúde das pessoas que o habitam e utilizam, o ponto de encontro entre a investigação científica e a práxis construtiva dos espaços públicos e privados que suportam a qualidade de vida e promovem a saúde dos seus ocupantes. Continuando a percorrer um caminho de reforço da notoriedade da marca, e posicionando-se cada vez mais como especialista e líder de opinião nos ecossistemas considerados estratégicos, durante todo o ano de 2021, a VICTORIA esteve presente nas edições do Público Imobiliário com uma coluna de opinião quinzenal.

Ao nível de projetos transversais, a VICTORIA, manteve a desmaterialização de informação em formato físico, favorecendo a comunicação digital com os tomadores de seguro, tendo colocado em produção a 1ª fase da nova Área de Clientes. Nesta nova Área, para além da informação relativa a produtos financeiros, passou a estar disponível, para Clientes Particulares, a consulta de apólices individuais, o acesso a documentação (Condições Particulares e Atas), a possibilidade de consultar, editar e completar dados de contacto e ainda a adesão online ao Cliente 3D.

Por outro lado, ao colocar a experiência do utilizador ao serviço das vendas, a par com o know-how técnico, desta interação, resultou uma nova geração de simuladores/emissores com o lançamento do Multiriscos Segmentos. A aplicação de conceitos que traduzem boas práticas de usabilidade, complementados com melhorias ao nível do sistema VICTORIA e de alguns processos, permitiram criar uma experiência de simulação/emissão diferenciada e orientada para as vendas, sem descuidar uma eficaz análise de risco e uma adequada recolha de informação. A fluidez de processos e organização da informação, acompanhada de um guia de estilos “clean”, alinhado com a identidade digital da VICTORIA e orientado para o “call-to-action”, completam esta experiência.

Manteve-se ativado no ano de 2021 o plano de contingência da Covid-19 que permitiu a todos os colaboradores da VICTORIA com funções que não os obrigassem a permanecer em trabalho presencial (98% dos colaboradores), a trabalharem à distância nos períodos de confinamento. Como no ano de 2020, dada a tipologia das ferramentas de apoio ao processo implementadas na VICTORIA (arquivo ótico, digitalização de documentos, processo de cotações (GPN), Portal do Agente, etc.), todos os processos considerados críticos em termos de continuidade foram assegurados à distância.

Mantiveram-se também durante o ano os ajustamentos a alguns procedimentos que permitiram continuar a corresponder às

necessidades dos distribuidores e dos clientes.

PRÉMIOS

O volume de prémios brutos emitidos atingiu EUR 88.881.786 (2020: EUR 84.884.550) evidenciando um aumento de

4,7% (2020: redução de 0,4%). Analisando mais detalhadamente a evolução por ramo:

Prémios e entregas	2021	%	2020	%	Var 21/20
NÃO VIDA	88 881 786	100,0%	84 884 550	100,0%	4,7%
Acidentes de trabalho	7 276 020	8,2%	7 514 913	8,9%	-3,2%
Acidentes pessoais	2 689 700	3,0%	3 037 750	3,6%	-11,5%
Saúde	36 781 599	41,4%	34 142 278	40,2%	7,7%
Incêndio	17 662 064	19,9%	16 340 269	19,2%	8,1%
Automóvel	13 251 851	14,9%	13 620 256	16,0%	-2,7%
Transportes	8 107 890	9,1%	7 361 181	8,7%	10,1%
Responsabilidade Civil	3 047 951	3,4%	2 804 793	3,3%	8,7%
Diversos	64 711	0,1%	63 110	0,1%	2,5%

No ramo Saúde, acentuou-se a tendência de crescimento registada no ano anterior, a produção cresceu 7,7% (2020: 5,1%), para um total de EUR 36.781.599 (2020: EUR 34.142.278).

Em Incêndio e Outros Danos, verificou-se a confirmação da tendência iniciada em 2018, a VICTORIA registou um aumento de produção de 8,1% (2020: 3,3%).

No ramo Automóvel assistimos a uma inversão na tendência registada no ano anterior. A variação relativa do volume de prémios registado em 2021 face a 2020, traduziu-se numa redução de 2,7% (2020: aumento de 3,7% face a 2019). Na origem

deste comportamento, mantendo a uma política de subscrição rigorosa, a companhia procedeu a um ajuste tarifário cirúrgico e pontual, permitindo desta forma, ser mais competitiva em zonas geográficas e segmentos de mercado criteriosamente selecionados.

No ramo Transportes, apesar da posição que a VICTORIA ocupa no mercado como empresa de referência, face a 2020, verifica-se um significativo aumento nos Prémios Brutos Emitidos (PBE) de 10,1% (2020: redução de 3,0%), ao qual corresponde um volume de prémios de EUR 8.107.890 (2020: EUR 7.361.181). Esta evolução está

intimamente relacionada com a criteriosa seleção dos riscos subscritos. Este ramo regista em 2021 uma quota na carteira correspondente a 9,1% do total de prémios emitidos, o que compara com os 8,7% registado ano transato. A VICTORIA mantém assim a liderança do mercado neste Ramo.

Acidentes de Trabalho continua a ser um ramo no qual a subscrição de riscos exige particular rigor e prudência, sendo inclusivamente um ramo que continua a ser objeto de ações específicas de controlo por parte da autoridade de supervisão. Em 2021 nesta linha de negócio, a VICTORIA registou, uma diminuição na produção de 3,2%, variação à qual, correspondeu uma receita de prémios de EUR 7.276.020, o que compara com o aumento de 1,2% no ano anterior (2020: EUR 7.514.913).

O ramo de Acidentes Pessoais, manteve a tendência observada no ano anterior registando uma evolução negativa também em 2021. O volume de prémios apresentou em 2021 um decréscimo face ao ano

transato de 11,5% (2020: redução de 50,9% face a 2019), para EUR 2.689.700 (2020: EUR 3.037.750). Tal como em 2020, esta redução na receita de prémios está intimamente relacionada com o contexto pandémico que marcou os dois últimos anos. A diminuição drástica no número de viagens realizadas por força das restrições decorrentes da pandemia, justificam integralmente a variação registada na produção do ramo.

Em Responsabilidade Civil Geral, confirmando a tendência do ano anterior, a VICTORIA registou um acréscimo de produção de 8,7% (2019: de 9,3%), ao qual correspondeu um nível de produção de EUR 3.047.951 (2020: EUR 2.804.793).

A receita gerada nos ramos Diversos apresentou um aumento de 2,5% (2020: redução de 9,3%). O volume de prémios neste ramo foi de EUR 64.711 (2019: EUR 63.110), representando apenas 0,1% do total de prémios.

SINISTRALIDADE

O valor registado em custos com sinistros de contratos de seguro no exercício de 2021, ascendeu a EUR 57 237 240, o que se traduz num aumento de 14,5% face a 2020 (2020: EUR 49.974.633).

Destaque para o crescimento desta rubrica registado nos ramos, Acidentes Pessoais

(346,2%), Automóvel (27,0%), Transportes (19,4%), Saúde (15,5%) e Incêndio e Outros Danos (7,4%). Em sentido contrário, evoluíram os restantes ramos; Responsabilidade Civil e Diversos (-32,0%) e Acidentes de Trabalho (-9,4%).

Custos com sinistros	2021	2020	Var 21/20
NÃO VIDA	57 237 240	49 974 633	14,5%
Acidentes de trabalho	5 085 609	5 612 970	-9,4%
Acidentes pessoais	1 245 876	279 208	346,2%
Saúde	26 254 309	22 724 034	15,5%
Incêndio e outros danos	8 046 728	7 489 536	7,4%
Automóvel	11 114 594	8 754 196	27,0%
Transportes	4 673 536	3 913 963	19,4%
Responsabilidade Civil e Diversos	816 588	1 200 726	-32,0%

A evolução registada no rácio de sinistralidade dos Ramos Reais, detalhada por ramo foi a seguinte:

Taxa de Sinistralidade	2021	2020	Var 21/20
NÃO VIDA	65,0%	59,7%	5,2%
Acidentes de trabalho	69,6%	74,2%	-4,6%
Acidentes pessoais	47,7%	9,1%	38,6%
Saúde	71,8%	67,0%	4,8%
Incêndio e outros danos	47,3%	46,6%	0,8%
Automóvel	82,5%	66,9%	15,6%
Transportes	57,9%	55,2%	2,7%
Responsabilidade Civil e Diversos	26,9%	42,0%	-15,1%

Destacam-se assim, os seguintes aspetos:

- Globalmente, verificou-se em 2021 uma deterioração quase transversal a todos os ramos relativamente a 2020. Contudo, nem todos os ramos apresentaram o mesmo comportamento. Os ramos que apresentaram uma degradação no indicador em análise foram, Acidentes Pessoais (47,7% vs. 2020: 9,1%), Automóvel (82,5% vs. 2020: 66,9%), Saúde (71,8% vs. 2020: 67,0%), Transportes (57,9% vs. 2020: 55,2%) e Incêndio e outros danos (47,6% vs. 2020: 46,6%). Em

sentido contrário evoluíram os restantes ramos, Responsabilidade Civil e Diversos (26,9% vs. 2020: 42%) e Acidentes de Trabalho (69,6% vs. 2020: 74,2%).

- Assistimos a um agravamento na sinistralidade do ramo Automóvel de 15,6 p.p., resultando fundamentalmente da redução progressiva das medidas restritivas associadas à pandemia Covid - 19.
- Em Acidentes de Trabalho, mantendo a tendência registada em 2020, registou-se uma evolução positiva no rácio de sinistralidade. O

Rácio de Sinistralidade apresenta uma diminuição de 4,6 p.p.

- Em Saúde, o rácio de sinistralidade sofreu um aumento de 4,8% invertendo o registo do ano anterior (2020: redução de 5,8%). Prevemos que com a esperada evolução favorável da pandemia, venha a registar-se um aumento significativo dos custos, refletindo a realização de atos preventivamente adiados.
- Em Acidentes Pessoais, o rácio aumentou 38,6% face a 2020. Esta variação está relacionada com o lento mas progressivo retomar da atividade económica.

Com base trimestral é efetuada a verificação da adequação global de provisões recorrendo à aplicação de modelos determinísticos. Para além da atividade já referida, procede-se mensalmente ao acompanhamento das

provisões registadas. Sempre que necessário, os eventuais ajustamentos resultantes desta análise são refletidos nos resultados da empresa. A aplicação facultativa, de modelos estocásticos para realização do teste à suficiência de provisões também é realizada. Da aplicação dos referidos modelos, não resulta a identificação de qualquer situação de provisionamento insuficiente.

O estudo efetuado no encerramento do exercício permite ainda constatar, que existe no encerramento dos sinistros libertação de provisão, reflexo da política de prudência seguida pela companhia, ao nível do provisionamento dos sinistros. Das análises efetuadas ao custo médio de abertura de sinistros e ao respetivo custo de encerramento, efetuadas no final de cada ano, regista-se na generalidade dos exercícios um Run-off positivo.

RESSEGURO CEDIDO

A VICTORIA manteve a sua política de resseguro, transferindo parte dos riscos por si assumidos através de tratados de resseguro adequados ao seu perfil de carteira. A contratação e seleção da pool de resseguradoras é efetuada de uma forma criteriosa e de acordo com a sua capacidade

financeira e a política do Grupo SMA. Continuamos assim, simultaneamente, a privilegiar relações com resseguradores financeiramente sólidos e a proceder a uma adequada dispersão dos riscos.

Resseguro cedido NÃO VIDA	2021	2020	Var 21/20
Resultado	-4 173 047	-7 161 734	-41,7%
Prémios adquiridos cedidos	-48 469 165	-45 896 962	5,6%
Comissões	17 567 730	16 904 427	3,9%
Sinistros e variação de provisões	26 728 388	21 830 801	22,4%

CUSTOS POR NATUREZA A IMPUTAR

Os custos por natureza a imputar atingiram EUR 16.676.857 (2020: EUR 16.595.121) o que se traduz num aumento de 0,5% (mantendo a tendência de crescimento registado em 2020 (2020: 2,1%).

Tal como em 2020, com o objetivo de refletir o real custo dos projetos informáticos, a VICTORIA procedeu à incorporação dos custos diretamente imputáveis aos mesmos. Manteve-se a externalização pontual de algumas atividades em detrimento do reforço pontual dos quadros. Esta decisão está intimamente ligada à evolução do mercado de trabalho especializado em algumas áreas. O valor registado em 2021 em custos com pessoal, foi de EUR 9.598.549 (2020: EUR 9.443.867), o que se traduz num aumento de 1,6% face ao registado no exercício anterior. No mesmo sentido,

evoluíram os Fornecimentos e Serviços Externos, tendo sido registado um aumento de 2,2% o que compara com a evolução registada no ano anterior (2020: -11,6%). O montante afeto a esta rubrica foi de EUR 4.212.009 (2020: EUR: 4.119.465). Em sentido contrário, evoluiu a rubrica amortizações do exercício que registou uma redução de 3,3% face ao exercício anterior. O rácio de Custos por Prémios brutos adquiridos sofreu uma redução face ao ano anterior, passando de 19,8% em 2020 para 18,9% no final de 2021. Esta evolução, explica-se igualmente, pelo aumento dos prémios não adquiridos, 5,3% face a 2020. Em 2021 esta provisão foi reforçada em EUR 784.719 enquanto que em 2020, tínhamos assistido a um incremento de EUR 1.204.540 nessa mesma rubrica.

Custos por natureza a imputar	2021	2020	Var 21/20
Total	16 676 857	16 595 121	0,5%
Custos com pessoal	9 598 549	9 443 867	1,6%
Fornecimentos e Serviços Externos	4 212 009	4 119 465	2,2%
Impostos e Taxas	427 222	444 220	-3,8%
Amortizações	2 268 928	2 345 523	-3,3%
Juros e Comissões	170 149	242 046	-29,7%
% Prémios brutos adquiridos	18,9%	19,8%	-0,9%

RÁCIO COMBINADO NÃO VIDA

O rácio combinado líquido de resseguro da atividade Não Vida, sofreu uma degradação

de 3,1 % face ao registado em 2020, situando-se nos 95.5% (2020: 92,4%).

Rácio combinado líquido de resseguro	2021	2020	Var 21/20
NÃO VIDA	95,5%	92,4%	3,1%
Acidentes de trabalho	99,8%	104,3%	-4,5%
Acidentes pessoais	116,5%	77,3%	39,2%
Saúde	89,4%	76,3%	13,1%
Incêndio e outros danos	95,0%	102,8%	-7,8%
Automóvel	104,8%	99,3%	5,5%
Transportes	76,2%	84,2%	-7,9%
Responsabilidade Civil e Diversos	48,6%	55,2%	-6,6%

O rácio combinado líquido, registou alterações no seu desempenho ao nível das diferentes linhas de negócio que para o apuramento do mesmo contribuem. Registaram evolução positiva, os Ramos, Acidentes de Trabalho (-4,5% comparativamente ao ano anterior), Transportes (-7,9% face a 2020), Incendio e Outros Danos com uma redução de 7,8% por comparação com o registado em 2020 e finalmente, Responsabilidade civil e Diversos (-6,6% face ao exercício anterior). Em sentido contrário evoluíram os ramos; Acidentes de Pessoais com mais 39,2 p.p., Automóvel, com mais 5,5% comparativamente ao período homólogo, e Saúde, com um agravamento face a 2020 que se cifra em 13,1%
Contrariamente ao verificado em 2020, em 2021 registou-se uma redução de provisões para riscos em curso no montante global de

EUR 1.290.387 (2020: aumento de EUR 230.810 - Esta variação obedeceu aos princípios prudenciais de calculo emanados então, pela autoridade de supervisão (ASF), através da Carta-Circular N.º 12/2020, de 23 de dezembro : Orientações sobre o cálculo das provisões técnicas no âmbito da situação excecional relacionada com o surto pandémico coronavírus - COVID-19).
Apenas em Responsabilidade Civil e Diversos se procedeu ao reforço da provisão em apreço no montante de EUR 11. A libertação da Provisão para Riscos em Curso, foi particularmente evidente nos ramos, Saúde (Libertação de EUR 326.011) e Automóvel cujo montante desconstituído foi de EUR 801.887. Também no ramo de Multiriscos foram libertados EUR 96.157 e em Transportes EUR 66.343.

Var. Provisão para Riscos em Curso	2021	2020	Var 21/20
NÃO VIDA	1 290 387	-230 810	1 521 197
Saúde	326 011	-326 011	652 023
Acidentes de Trabalho	0	0	0
Acidentes Pessoais	0	0	0
Multiriscos	96 157	111 651	-15 493
Automóvel	801 887	49 865	752 022
Transportes	66 343	-66 343	132 685
Responsabilidade Civil e Diversos	-11	28	-40

Nota: (+) libertação / (-) reforço

RECURSOS HUMANOS

No final de 2021 a VICTORIA tinha um total de 297 empregados (86 Vida e 211 Seguros) (2020: 293). A média etária era de 45,98 (2020: 45,47) anos, a antiguidade média no Grupo era de 14,71 (2020: 14,30) anos e a percentagem de colaboradores do sexo feminino era de 56,90 % (2020: 55,63%).

Alinhado com este último indicador está também uma percentagem crescente de Colaboradores do sexo feminino em lugares de chefia; representam pela primeira vez mais de 40% no total das hierarquias (41% - 2021; 38,5 – 2020).

Em termos de estrutura de graus de habilitações literárias, em 2021, 58,59% (2020: 57,0%) dos colaboradores possuíam qualificações ao nível do ensino superior universitário, com o detalhe de que 5,39% dos colaboradores possuem qualificações ao nível de Mestrado. De referir que alguma desta evolução tem sido promovida pela própria empresa no âmbito de iniciativas de desenvolvimento de potencial individual.

Dando seguimento às normas constantes no Acordo Coletivo de Trabalho celebrado entre a VICTORIA e os sindicatos STAS, SISEP e SINAPSA publicado em 08/06/2020, e de acordo com o Contrato Constitutivo do seu Fundo de Pensões, nomeadamente quanto ao seu Plano de Pensões de Contribuição Definida, a VICTORIA efetuou em 2021 contribuições no total de EUR 155.537,00 (2020: EUR 149.553,41) para o mesmo Plano de Contribuição Definida, para afetação aos planos individuais dos seus Colaboradores.

O anterior Plano de Pensões de Benefício Definido, mantém-se em vigor para garantir o pagamento das pensões dos beneficiários que já se encontravam a receber uma pensão através do Fundo de Pensões VICTORIA e as atualizações de pensões dos Colaboradores já reformados ao abrigo deste Plano de Benefício Definido, agora alterado.

FORMAÇÃO

Em 2021 a VICTORIA continuou a sua jornada de aprendizagem e adaptação constante. Fomos agentes ativos nesta mudança de paradigma que teve grande impacto nos novos modelos de formação: nas metodologias adotadas, na gestão das dinâmicas formativas e na adaptação dos conteúdos pedagógicos. Entregámos formação de forma regular e continuada a todos os nossos colaboradores e parceiros de negócio, sempre com uma elevada preocupação em medir o retorno do investimento em qualidade, eficácia e aplicabilidade.

O Campus VICTORIA conquistou mais relevância, enquanto garante do desenvolvimento pessoal dos colaboradores e do heteroconhecimento das equipas, com enfoque nos processos de comunicação e mudança, tendo desenvolvido um programa comportamental, que envolveu todos os colaboradores. Destacar também um

programa de formação transversal e inovador na abordagem, com o objetivo de proporcionar que temas fundamentais estejam sempre no *top of the mind* do dia a dia das equipas (gestão do stress, comunicação e relação à distância ou gestão emocional, etc.), fossem catalisadores de uma cuidada abordagem aos novos rituais do dia a dia tendo em conta o peculiar período que atravessámos.

Foi um ano desafiante, sem dúvida, mas que nos permitiu inovar, para continuarmos a garantir uma presença efetiva da componente formativa no apoio permanente às necessidades de conhecimento da empresa, no desenvolvimento do potencial dos Colaboradores e no alinhamento e proximidade à estratégia da organização. Podemos assim destacar como principais indicadores de formação os seguintes dados:

2021 Indicadores Globais de Formação	TOTAL
Ações de formação realizadas	50
Horas de formação realizadas	6.643
Nº de participações de colaboradores em formação	1.231

CAMPUS VICTORIA Academias de Formação	Distribuição (horas de formação)	Nº Participações
Academia de Conteúdos Técnicos	54%	404
Academia de Comportamentos	32%	680
Academia de Gestão e Liderança	4%	19
Academia de Vendas	10%	128

Em 2021, foi efetuado um esforço no sentido de colmatar as necessidades de formação, individuais, de equipa e transversais a toda a Empresa. Neste sentido, foram desenvolvidos diversos Programas de Formação, integrados nas Academias do nosso Campus VICTORIA.

Destacamos que 80% do total de horas de formação foram desenvolvidos por entidades formadoras externas, nomeadamente em ações de formação orientadas ao desenvolvimento de competências técnicas ligadas ao nosso

core business, à vertente tecnologia associada aos processos de negócio e ao desenvolvimento de competências comportamentais.

A formação interna representou 10% do total de horas de formação e incidiu em matérias regulatórias como a Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, o lançamento de novos Produtos de seguros e à consolidação do *Portfolio* de Produtos de diversos Ramos de Seguros em comercialização na VICTORIA.

ACADEMIA VICTORIA | Mediação

2021 foi igualmente o ano em que assinalámos orgulhosamente o nascimento da Academia VICTORIA Mediação.

Esta Academia surge integrada no Campus VICTORIA, visando potenciar o desenvolvimento dos seus parceiros a 360° numa lógica de acrescentar valor ao seu negócio e à sua relação com a VICTORIA, garantindo adicionalmente o cumprimento dos pressupostos de formação obrigatórios considerados pela Diretiva de Distribuição de Seguros.

O seu propósito pretende reforçar a relação de parceria entre a estrutura de mediação e a VICTORIA, consolidando a preparação técnico-comercial nas diversas vertentes técnica, comercial e comportamental dos nossos Parceiros e assegurando uma venda

adequada ao cliente, enquanto valor chave da VICTORIA.

Este foi mais um passo, na constante resposta que damos diariamente à evolução do mercado, reforçando a presença da marca VICTORIA junto dos seus parceiros.

Realçar que a novíssima Academia, foi responsável por desenvolver 483 horas de formação, num total de 109 ações de formação a diversos públicos-alvo, como Mediadores de Seguros e outros parceiros de negócio. Do total das horas ministradas, destaca-se ainda o Plano de Formação integrado aos Consultores do Canal Exclusivo Pessoais que contou com 109,5 horas ministradas ao longo do ano.

Por último, referir que o sucesso desta iniciativa foi assinalado no final do ano pela existência de uma adesão considerável de

agentes que contaram com a Academia VICTORIA Mediação para garantir o cumprimento dos seus deveres de conhecimento ao nível da Prevenção e Branqueamento de Capitais. Da oferta

global que a VICTORIA fez a todos os seus agentes, muitos responderam afirmativamente e avaliaram de forma positiva toda a ação.

COMUNICAÇÃO INTERNA

Em 2021, a Comunicação da VICTORIA manteve uma linha de proximidade, empatia e humanização como forma de promoção dos valores e da cultura corporativa.

Com os Colaboradores fisicamente mais distantes, por força da situação pandémica vivida, mostrou-se essencial manter e reforçar uma comunicação consistente, diferenciadora e assente no desenvolvimento de programas e meios de informação precisos e relevantes que espelhassem a preocupação e empenho da VICTORIA não só com o bem-estar e segurança de todos os Colaboradores e respetivas famílias, mas também com o sentido de presença.

De acordo com esse objetivo, além da informação de cariz institucional, o lançamento da 3ª edição da Newsletter Interna Digital **#VICTORIAemcasa** onde foram divulgados, ao longo do ano, 29

números que contemplaram as mais variadas e originais temáticas.

Procurámos dar voz a uma abordagem mais institucional feita pelo Conselho Executivo e Gestão de Topo sobre os diferentes desafios, projetos e resultados mais relevantes na VICTORIA, garantindo que todos os Colaboradores os conhecessem e se envolvessem desde sempre.

Mas também esta edição trouxe artigos de desenvolvimento pessoal, dicas e sugestões de interesse, *tedtalks*, *podcasts*, *tudo aquilo que permitisse que a solidão socioprofissional fosse recheada de momentos de descontração e aprendizagem.*

É também nessa linha que se enquadra uma nova iniciativa que, na lógica de *welcome a board*, dá a conhecer o lado mais pessoal existente em cada um dos nossos novos Colaboradores, reforçando e incentivando assim, a integração efetiva na empresa.

RESPONSABILIDADE SOCIAL VICTORIA

Num ano atípico, onde o distanciamento social foi marcante, houve necessidade de adaptar as diversas iniciativas do programa de responsabilidade social às restrições impostas por uma gestão eficaz da pandemia, mas também às novas necessidades que ela nos trouxe.

Desta forma e com o objetivo de reforçar o bem-estar e a segurança de todos e na linha da **responsabilidade social interna**, privilegiámos o formato online para dar continuidade às diferentes atividades desenvolvidas, das quais destacamos: as consultas de orientação nutricional, o livro de receitas saudáveis e as aulas de Yoga; efetuámos ainda o lançamento de uma campanha antitabágica e um webinar, em associação com uma empresa especializada em cessação tabágica e que abrangeu um check-up de doenças associadas ao tabaco, bem como consultas gratuitas para os nossos colaboradores e respetivos cônjuges; reforçámos as parcerias que estabelecemos com empresas de diversos setores de atividade e que visam o acesso a condições mais vantajosas por parte dos nossos colaboradores e agregado familiar; estivemos este ano presentes com especial carinho no acompanhamento e apoio ao nascimento dos novos bebés VICTORIA, Também a **responsabilidade social externa** esteve presente durante todo o ano, através de várias iniciativas e causas apoiadas pela VICTORIA.

Associámo-nos a campanhas da Make a Wish, contribuindo desta forma, para a realização de desejos de crianças e jovens gravemente doentes.

Enquanto associados, mantivemos ainda o apoio ao Programa Dignidade que tem por missão o desenvolvimento de programas solidários que promovam a qualidade de vida e o bem-estar dos portugueses. No âmbito da sua atividade, destacamos o programa Abem que auxilia os mais desprotegidos para que possam aceder a medicamentos essenciais para a sua saúde. Dando continuidade à promoção da ligação com a comunidade local, efetuámos um donativo ao Centro Social e Paroquial São Romão de Carnaxide, para a compra de equipamentos essenciais à prestação de cuidados de higiene e de saúde dos utentes, num contexto tão adverso para as populações idosas.

Apoiámos uma vez mais a Semear, que procura combater o desemprego de pessoas com deficiência dotando-os de valências pessoais, sociais e técnicas, que lhes permitam integrar o mercado de trabalho. Com esta instituição celebrámos o Natal à distância, mas sempre juntos na vertente solidária. E nesta época natalícia, mantivemos também a tradição do nosso Natal solidário, tendo apoiado a Ajuda de Mãe, através da compra de enfeites para a nossa Árvore de Natal Solidária. Esta instituição apoia mães e respetivas famílias,

através de um acompanhamento psicossocial, acolhimento, formação e reintegração profissional.

Apesar de todos os constrangimentos que a pandemia trouxe, a VICTORIA não ficou

indiferente aos crescentes apelos das instituições de solidariedade social e manteve a sua cultura de compromisso com as causas sociais. VICTORIA Somos Nós!

INVESTIMENTOS

A VICTORIA Seguros S.A., faz parte do grupo VICTORIA em Portugal e a nível internacional do grupo SMA. A gestão de investimentos é efetuada através de mandato celebrado com a empresa SMA Vie.

No corrente ano manteve-se a linha orientadora da estratégia de investimentos, continuando a dar prioridade à seleção de ativos com maior segurança, em alternativa a ativos que pudessem eventualmente gerar mais rendimento.

A gestão foi acompanhada de forma regular pelo Comité de Gestão Ativo Passivo, constituído por representantes das áreas financeira, atuarial, técnica e de risco.

Foram também definidos processos locais de monitorização do risco de crédito e do risco de taxa de juro para acompanhamento do efeito na cobertura da margem de solvência.

A carteira de investimentos cresceu em 2021 para um montante global de EUR 107.627.062 (2020: EUR 104.956.388), o que representa uma variação anual de 2,5%. A principal rubrica de investimento mantém-se os “Títulos e Participações Financeiras” com um peso relativo de 92,0% (2020: 91,8%). A carteira de investimentos apresenta a seguinte distribuição:

Carteira de Investimentos	2021	%	2020	%	Varição 21/20
Total	107 655 032	100,0%	104 956 388	100,0%	2,6%
Títulos e Participações Financeiras	99 031 196	92,0%	96 336 357	91,8%	2,8%
Imóveis	578 036	0,5%	571 300	0,5%	1,2%
Outros Activos Financeiros	8 045 800	7,5%	8 048 731	7,7%	0,0%

A carteira de títulos foi avaliada em EUR 99.031.196 (2020: EUR 96.336.357) e a 31

de dezembro de 2021 apresentava a seguinte distribuição:

Carteira de Títulos	2021	%	2020	%	Varição 21/20
Total	99 031 196	100,0%	96 336 357	100,0%	2,8%
Divida Publica	23 631 197	23,9%	22 132 326	23,0%	6,8%
Obrigações Diversas	64 136 108	64,8%	69 357 647	72,0%	-7,5%
Acções e Participações	230	0,0%	230	0,0%	0,0%
Outros	11 263 662	11,4%	4 846 155	5,0%	132,4%

Em 2021 o retomar da atividade económica, quer devido ao efeito do abrandamento dos efeitos da pandemia, quer impulsionado pelos incentivos de política monetária e económica introduzidos um pouco por todo o mundo, levaram a gestão a ajustar a sua estratégia de investimento, reduzindo o perfil de risco da carteira. Assim, por um lado, a exposição à classe de ativos Dívida Pública aumentou 1,5 milhões de euros, embora o seu peso relativo se tenha mantido (23,9% em 2021 vs. 23,0% em 2020). Por outro o investimento na classe de ativos Obrigações Diversas registou uma redução de 5,2 milhões de euros e que se

traduziu numa descida de 72,0% para 64,8% no seu peso relativo. Do ponto de vista tático, a exposição a fundos de tesouraria foi incrementada. Estes títulos encontram-se incluídos na classe de ativos “Outros”, que registou um aumento significativo de 6,4 milhões de euros e que passaram assim a representar 11,4% da carteira de títulos (2020: 5,0%)

No que se refere à qualidade de crédito da carteira de títulos é de registar que 75,5% (2020: 79,2%) detém notação de crédito de investimento, ou seja notação superior ou igual a BBB.

Rating	2021	2020	Varição anual
Total	100,0%	100,0%	0,0%
AAA	8,9%	8,5%	0,4%
AA	16,9%	15,4%	1,6%
A	29,9%	26,8%	3,1%
BBB	22,7%	28,5%	-5,8%
BB	2,5%	1,2%	1,3%
NR	19,1%	19,6%	-0,5%

O resultado de investimentos teve em 2021 uma evolução muito significativa e cresceu 21,9% para um montante total de 1.047.313 EUR (2020: 859.177 EUR). Este crescimento teve como principais contributos, o

desempenho positivo da rubrica de rendimentos que apresentou uma subida de 9,6% e atingiu o montante de 1,1 milhões de euros, e a redução em cerca de 95 mil da rubrica de Ganhos e Perdas realizadas.

Proveitos de Investimentos	2021	2020	Var.
Total	1.047.313	859.177	21,9%
Rendimentos	1.058.174	965.135	9,6%
Ganhos Realizados	41.611	33.514	24,2%
Perdas Provenientes de Alienação	- 52.472	- 139.472	-62,4%
Perdas por Imparidade	-	-	0,0%

MEIO AMBIENTE

Este ano merece especial destaque esta rubrica. Não porque não seja de uma importância relevante todos os anos para a empresa, mas porque este ano mereceu um cuidado extremo por parte da VICTORIA.

A situação que vivemos obrigou-nos a olhar para a relação entre o espaço de trabalho e os nossos Colaboradores com particular atenção e detalhe, por forma a que existisse a maior segurança possível no desempenho das nossas funções.

Foi por isso que na perspetiva de mitigar ao máximo o risco de contágio, a VICTORIA obteve a primeira Qualificação CoVida/20 atribuída pela Nova Medical School. Essa qualificação foi atribuída ao edifício onde estão sediados os nossos serviços centrais. Foi um trabalho árduo durante alguns meses na elaboração de um Plano de Contingência que visou a implementação de um conjunto de medidas (alteração de postos de trabalho, aquisição de equipamento, ajustamento de comportamentos, redesenho de circuitos de circulação, etc) baseadas no conhecimento científico e ajustadas à realidade da situação em causa.

Foi uma implementação dura, mas eficiente; com uma comunicação clara, assertiva, mas simultaneamente original e alinhada com as características do edifício, que o bom senso, o bom entendimento e a boa prática, de todos os Colaboradores, ajudou a concretizar.

Os outros espaços VICTORIA alinharam pelas mesmas regras (com especificidades próprias), proporcionando a todos os Colaboradores condições para que o respeito pelos critérios de distanciamento, ventilação, higienização e etiqueta respiratória fossem uma realidade em toda a empresa.

Adicionalmente e mantendo a resposta à situação de pandemia decretada em 2020 – COVID-19 e, como principal medida de mitigação do risco de contágio, todos os Colaboradores da VICTORIA com funções compatíveis para uma situação de trabalho por acesso remoto exerceram as suas funções a partir dos seus domicílios, com exceção de uma pequena janela temporal provocada pela melhoria dos indicadores da situação pandémica.

No entanto, nesses 3 meses em que sucedeu o regresso dos Colaboradores às instalações manteve-se a prática de desfasamento de horários e regimes de turnos, salvaguardando o recurso ao trabalho remoto total, sempre que as situações individuais assim o requeriam.

Apesar de toda esta situação atípica a VICTORIA, manteve a atenção especial que sempre dedica à proteção do meio ambiente. Neste contexto inserem-se medidas que visam a poupança de energia e a utilização de meios de trabalho que reduzam o mais possível os efeitos negativos em termos ambientais

caminhando cada vez mais numa lógica de política de sustentabilidade.

É nesse cenário que foram abolidos em 90% das situações os copos de plástico não reutilizáveis, disponibilizando a todos os Colaboradores, copos reutilizáveis e de material ecologicamente sustentável.

Adicionalmente verificámos que, para além dos impressos publicitários e de alguns outros formulários de menor volume, o nosso consumo de papel assenta primordialmente em folhas A4, cujo consumo foi de 1,5 (2020: 1,3) milhões de folhas. Este ligeiro incremento está desalinhado com a continuada e progressiva redução de consumo de papel, que se tem verificado nos últimos anos, consequência direta de alguns mecanismos implementados pela empresa (apostas na digitalização, na portabilidade, nas medidas de controlo de desperdício, etc.) e na consciencialização de todos para uma melhor atitude ambiental.

Com a separação do nosso lixo, enviámos para reciclagem 0,5 (2020: 1,7) toneladas de papel e cartão, utilizando para o efeito o sistema de recolha Ecoponto da Câmara Municipal de Oeiras. Esta redução está totalmente justificada pela permanência em trabalho remoto de todos os

Colaboradores durante a esmagadora maioria do ano.

Os consumos de energia e água no nosso Edifício de Miraflores, situaram-se em 606.330 (2020: 705.510) KW/H de energia elétrica, 697 (2020: 18.466) m³ de gás natural e 1.649 (2020: 2.633) m³ de água. Reduções dos consumos na ordem dos 14% na eletricidade, 96% no gás natural e 37% na água.

Estas reduções são consequência lógica da fraca presença de utilizadores durante quase 9 meses no Edifício, em execução do plano de proteção desenhado para mitigação do risco de contágio da doença COVID-19. Assume principal relevo, a componente do gás natural, utilizado para aquecimento da água que circula nos aparelhos individuais de ar condicionado (ventiloconvectores), cujo funcionamento foi inibido ao abrigo das ações constantes no Plano de Contingência COVID-19, para o Edifício dos serviços centrais da VICTORIA em Miraflores.

Pelos mesmos motivos apresentados, o consumo nas nossas Delegações e Escritórios, excluindo o situado no Edifício VICTORIA, foi de 46.056 (2020: 70.490) KW/H de energia elétrica e de 172,00 (2020: 278,00) m³ de água.

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLO INTERNO

2021 Em 2021, manteve-se o alinhamento do modelo de gestão de risco e sistema de governação da VICTORIA à realidade do grupo SMA. A estrutura organizacional que suporta o desenvolvimento do Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno manteve-se também assente no modelo das três linhas de defesa, suportada pela existência de Comités específicos.

No que diz respeito à área de Gestão de Riscos, enquadrando-se na segunda linha de defesa, tem como principal missão garantir a existência de um Sistema de Gestão de Riscos adequado e eficaz, que permita identificar, mensurar, monitorizar e comunicar os riscos nas suas diversas vertentes e dimensões, possibilitando à gestão e tomada de decisão incorporar este conhecimento.

Os Comités que suportam diretamente e garantem o desenvolvimento contínuo da gestão baseada no risco são: Comité de Risco, Comité Gestão Ativo Passivo, Comité de Subscrição e Comité de Risco Operacional. Todos eles mantiveram o âmbito e a estrutura face ao ano transato. Nestes comités participam as funções chave, nomeadamente no Comité de Risco que tem uma periodicidade mínima trimestral e conta com a participação do Responsável da função chave gestão de risco.

No Âmbito do regime de Solvência II, destaca-se o nível de maturidade deste

sistema e respetiva integração na gestão e tomada de decisão, assinalando-se as seguintes atividades:

- Reporte extraordinário de SII determinado pela ASF no âmbito do contexto de pandemia;
- Reporte quantitativo e narrativo anual integral;
- Reporte quantitativo trimestral;
- Certificação por parte do Revisor Oficial de Contas e dos Atuários Responsáveis dos resultados de Solvabilidade, bem como da informação a disponibilizar ao público;
- Revisão anual da matriz de grandes riscos, mantendo o alinhamento da mesma com a metodologia do grupo e métricas de solvência II de forma a monitorizar de perto e mitigar a exposição aos riscos de maior impacto;
- Revisão anual das políticas existentes garantindo o contínuo alinhamento com o grupo;
- Elaboração do exercício de Avaliação Interna do Risco e da Solvência, a nível solo e de grupo, o qual dá suporte à tomada de decisão para a estratégia definida para os próximos 5 anos;
- Manteve-se a nível do grupo um Comité específico de Qualidade de

Dados, reunindo todas as filiais do grupo e garantindo o cumprimento de um adequado desenvolvimento e implementação de uma Política de Qualidade de Dados, tendo por base a fiabilidade dos valores apurados em termos de solvência e gestão do negócio, nomeadamente com a identificação dos dados sensíveis e respetivos controlos;

- Formalização da identificação das funções-chave junto do supervisor.

Relativamente ao Sistema de Controlo Interno, em particular no âmbito do Risco Operacional, destacam-se em 2020 as seguintes atividades na gestão e mitigação deste risco:

- Manteve-se o desenvolvimento da gestão do risco operacional e respetivos controlos alinhados com a metodologia do grupo;
- Continuação da atualização dos processos e da matriz de risco operacional;
- Avaliação dos riscos e dos controlos de acordo com o plano trienal definido em sede do Comité de Risco;
- Gestão do Registo de Incidentes/Perdas, na ferramenta eFront;

- Gestão do Registo sobre a avaliação dos riscos e controlos na ferramenta eFront;
- Realização do Upgrade tecnológico da ferramenta eFront;
- Acompanhamento e gestão de implementação de melhorias;

As ações estratégicas delineadas pela área de Gestão de Riscos para o ano de 2022, são as seguintes:

- Upgrade do software Prima Compliance (Assuretat), utilizado para a construção dos mapas de reporte quantitativos (QRT's);
- Continuação do desenvolvimento de uma gestão de riscos eficaz, com o desenvolvimento de modelos robustos que permitam efetuar análises individuais (por produtos e/ou linhas de negócio) e análises agregadas dos riscos, com maior ou menor nível de granularidade;
- Suporte a nível de análises e respetiva comunicação que permita uma gestão e tomada de decisão conhecedora do risco a que se encontra exposta, a curto e médio prazo;
- Consolidação da nova metodologia de gestão de risco operacional, e consequente atualização das respetivas matrizes para os vários

processos e a avaliação da eficácia do Sistema de Controlo Interno;

- Concluir a implementação das Normas contabilística IFRS 17 e IFRS 9 no âmbito da gestão de riscos;
- Dinamização da cultura de risco por toda a organização.

O rácio de cobertura do SCR e o rácio de cobertura do MCR dos dois últimos exercícios foi o seguinte:

	2021	2020
SCR	18 763	18 645
Rácio de Cobertura SCR	267,8%	252,7%
MCR	5 514	5 419
Rácio de Cobertura MCR	911,4%	869,5%
Fundos Próprios Elegíveis SCR	50 248	47 116
Fundos Próprios Elegíveis MCR	50 248	47 116

OUTRAS INFORMAÇÕES

Não existem quaisquer compromissos financeiros, significativos para a apreciação

da situação financeira da empresa, que não figurem no balanço.

LIGAÇÕES DE GRUPO, RECURSOS COMUNS

A VICTORIA – Seguros, S.A. é uma empresa do Grupo Segurador SMA com sede social em Paris, França. O Grupo SMA opera em todas as linhas de negócio Vida e Não Vida, e é, em conjunto com as mútuas filiadas à SGAMBTP, líder no sector de seguros para a indústria da construção em França. A aquisição da VICTORIA enquadra-se na estratégia de crescimento e diversificação do Grupo SMA.

Em Portugal, o Grupo é representado pelo nosso acionista único VICTORIA

Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. que detém também a totalidade do capital social da VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. As duas empresas de seguros utilizam estruturas comuns, com uma colaboração muito estreita nas áreas administrativa e comercial. A imputação de custos a cada uma das empresas é efetuada na base de critérios objetivos, observando a natureza e o fim da despesa.

RESULTADO DO EXERCÍCIO E PROPOSTA DA SUA APLICAÇÃO

O resultado da conta técnica do seguro não vida foi EUR 3.324.664 (2020: EUR 2.707.341). O resultado do exercício líquido de impostos é de EUR 2.308.373 (2020: EUR 1.668.261). Propomos que após a dotação

de EUR 230.837 à reserva legal, o remanescente de EUR 2.077.536 seja levado a resultados transitados.

CONSOLIDAÇÃO DE RESULTADOS

Para efeitos de consolidação no Grupo Segurador SMA, França são também

elaboradas contas em conformidade com as Normas de Contabilidade Francesas.

PREVISÕES PARA 2022

O volume total de prémios de contratos de seguro em janeiro de 2022 atingiu EUR 18.259.557 (2021: 17.280.075).

Depois de dois anos de desafio às suas capacidades de adaptação como Empresa, a VICTORIA defronta, em 2022, um ano com a manutenção de algumas incógnitas relativamente à progressão da pandemia e com novos desafios marcados por novas incertezas, como a guerra na Ucrânia, que têm impacto na conjuntura económica ao nível da inflação, das taxas de juro e do crescimento económico.

A VICTORIA estabeleceu para o ano de 2022 um plano assente na manutenção da sua estratégia de segurador generalista concentrado em determinados nichos de especialidade, procurando o crescimento rentável em todas as linhas de negócio, no intuito de continuar a responder aos princípios vetores que têm guiado a sua atividade nos últimos anos, nomeadamente

os da sustentabilidade e rentabilidade do negócio.

As principais ações desenhadas para o ano 2022 são as seguintes:

- Aposta no recrutamento de mais Distribuidores para os diversos canais de distribuição;
- Implementação de novos simuladores / emissores;
- Elaboração da Proposta Valor Novos Canais e acompanhamento comercial ajustado à realidade dos Distribuidores dos Novos Canais;
- Implementação da segunda fase do projeto de eficiência comercial - EFICOM;
- Aumento da proximidade aos Distribuidores através da implementação de melhorias no Portal de Agentes e o desenvolvimento de WEB Services;

- Proporcionar a aquisição e o desenvolvimento de conhecimentos e competências individuais e coletivas através de ações de formação dirigidas a colaboradores VICTORIA.
- Implementar um novo modelo de organização de trabalho que considere o teletrabalho como parte integrante do mesmo.
- Implementar o Portal do Colaborador que permitirá melhorar a comunicação interna, aumentar a autonomia na gestão de conteúdos e garantir uma maior interação com outras plataformas.
- Implementar os vários projetos regulamentares como as Normas Contabilísticas IFRS17 e 9, melhorias no processo de prevenção de branqueamento de capitais e combate ao financiamento do terrorismo, bem como todas as atividades relacionadas com a Sustentabilidade: desde o SFDR-Sustainable Finance Disclosure Regulation ao Regulamento de Taxonomia.
- Reforçar a segurança das infraestruturas e dos sistemas de informação VICTORIA;
- Continuação do tratamento e disponibilização de informação de gestão completa e fiável para acompanhamento da evolução e rentabilidade das carteiras através da forte aposta na consolidação do potencial associado à ferramenta EDW
- Melhorar a qualidade da prestação de serviço ao cliente e/ou lesado.
- Reforço da presença institucional e da marca VICTORIA

A VICTORIA irá continuar em 2022 a reforçar a execução da estratégia de negócio dos últimos anos, apostando ainda mais na dinamização e proximidade junto da rede de distribuição profissional rentável, o reforço das parcerias estratégicas e a presença institucional VICTORIA nos vários ecossistemas onde a sua oferta diferenciada de produto e posicionamento de especialização são reconhecidos como partes integrantes duma proposta de valor distinta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Queremos agradecer aos Acionistas e aos restantes Órgãos Sociais todo o apoio prestado ao Conselho de Administração e ao Conselho Executivo.

Agradecemos igualmente a todos os Colaboradores da VICTORIA, e a todos os Parceiros, a dedicação, indispensável para a concretização do projeto da VICTORIA.

29 de março de 2022

O Conselho de Administração

A decorative graphic consisting of two thick, parallel blue curved lines that sweep across the bottom half of the page, framing the section header.

2. Informação Financeira

Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro 2021 e 2020

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício			Exercício Anterior
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
	ATIVO				
1	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1.655.619		1.655.619	1.429.662
3	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	230		230	230
	Ativos financeiros detidos para negociação			-	-
	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas			-	-
	Derivados de cobertura				
4	Ativos disponíveis para venda	95.678.240		95.678.240	92.992.835
	participantes				
	Instrumentos de capital e unidades de participação	11.263.662		11.263.662	4.846.155
	Títulos de dívida	84.414.578		84.414.578	88.146.680
	Outros				
5	Empréstimos e contas a receber	8.046.030	-	8.046.030	8.078.695
	Depósitos junto de empresas cedentes				
	Outros depósitos			-	-
	Empréstimos concedidos	8.046.030		8.046.030	8.048.731
	Contas a receber	-		-	29.964
	Outros				
6	Investimentos a deter até à maturidade	3.352.726		3.352.726	3.343.292
2	Terrenos e edifícios	579.800	1.764	578.036	571.300
	Terrenos e edifícios de uso próprio	364.800	1.764	363.036	571.300
	Terrenos e edifícios de rendimento	215.000		215.000	
8	Outros Ativos tangíveis	4.962.078	4.518.860	443.218	568.271
8	Inventários	25.530		25.530	24.356
9	Ativos sob direito uso	2.025.673	1.414.231	611.442	1.081.205
	Goodwill				
10	Outros Ativos intangíveis	28.038.852	22.726.503	5.312.349	6.032.327
14	Provisões técnicas de resseguro cedido	24.985.711	-	24.985.711	20.849.056
	Provisão para prémios não adquiridos	7.777.698		7.777.698	7.047.436
	Provisão matemática do ramo vida				
	Provisão para sinistros	17.208.013		17.208.013	13.801.620
	Provisão para participação nos resultados				
	Provisão para compromissos de taxa				
	Provisão para estabilização de carteira				
	Outras provisões técnicas				
12	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	1.079.351		1.079.351	1.048.139
15	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	18.071.745	4.866.638	13.205.107	12.836.404
	Contas a receber por operações de seguro directo	13.277.751	4.801.426	8.476.325	7.848.836
	Contas a receber por outras operações de resseguro	113.049	2.205	110.844	191.330
	Contas a receber por outras operações	4.680.945	63.007	4.617.938	4.796.238
13	Ativos por impostos	1.080.627	-	1.080.627	1.102.071
	Ativos por impostos correntes	147.353		147.353	108.511
	Ativos por impostos diferidos	933.274		933.274	993.560
17	Acréscimos e diferimentos	246.626		246.626	385.891
	Outros elementos do Ativo				
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				
	TOTAL ATIVO	189.828.838	33.527.996	156.300.842	150.343.734

Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro 2021 e 2020

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício	Exercício Anterior
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
	PASSIVO		
14	Provisões técnicas	89.329.924	86.006.555
	Provisão para prêmios não adquiridos	18.514.103	17.836.914
	Provisão matemática do ramo vida		
	Provisão para sinistros	64.768.353	60.967.187
	De vida		
	De acidentes de trabalho	27.902.019	27.609.036
	De outros ramos	36.866.334	33.358.151
	Provisão para participação nos resultados	73.382	129.369
	Provisão para compromissos de taxa		
	Provisão para estabilização de carteira		
	Provisão para desvios de sinistralidade	5.963.758	5.772.371
	Provisão para riscos em curso	10.328	1.300.714
	Outras provisões técnicas		
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contábilísticos como contratos de investimento		
	Outros passivos financeiros	1.226.256	567.960
	Derivados de cobertura		
	Passivos subordinados		
	Depósitos recebidos de resseguradores	1.226.256	567.960
	Outros		
12	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	333.358	338.389
15	Outros credores por operações de seguros e outras operações	9.404.783	9.225.117
	Contas a pagar por operações de seguro directo	5.662.292	4.898.368
	Contas a pagar por outras operações de resseguro	2.349.466	2.787.034
	Contas a pagar por outras operações	1.393.025	1.539.715
13	Passivos por impostos	4.425.617	3.912.227
	Passivos por impostos correntes	3.894.122	3.275.092
	Passivos por impostos diferidos	531.495	637.135
16	Passivos de locação	667.389	1.149.188
17	Acréscimos e diferimentos	3.712.926	3.835.436
29	Outras Provisões	70.527	58.688
	Outros elementos do passivo		
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		
	TOTAL PASSIVO	109.170.780	105.093.560
	CAPITAL PRÓPRIO		
18	Capital (Acções Próprias)	34.850.000	34.850.000
	Outros instrumentos de capital		
18	Reservas de reavaliação	2.214.099	2.813.598
	Por ajustamentos no justo valor de Ativos financeiros	2.190.599	2.795.998
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	23.500	17.600
	Por revalorização de Ativos intangíveis		
	Por revalorização de outros Ativos tangíveis		
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		
	De diferenças de câmbio		
13	Reserva por impostos diferidos	(498.172)	(633.059)
19	Outras Reservas	34.945.148	34.742.195
	Resultados Transitados	(26.689.386)	(28.190.821)
	Resultado do exercício	2.308.373	1.668.261
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	47.130.062	45.250.174
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	156.300.842	150.343.734

Demonstração de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas	Exercício			Exercício Anterior
		Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
	Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	39.627.903		39.627.903	37.783.048
22	Prêmios brutos emitidos	88.881.786		88.881.786	84.884.551
	Prêmios de resseguro cedido	(49.199.427)		(49.199.427)	(46.433.966)
	Provisão para prêmios não adquiridos (variação)	(784.718)		(784.718)	(1.204.541)
	Provisão para prêmios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	730.262		730.262	537.004
23	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-		-	-
24	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(30.508.852)		(30.508.852)	(28.143.833)
	Montantes pagos	(30.030.026)		(30.030.026)	(26.360.519)
	Montantes brutos	(53.352.020)		(53.352.020)	(46.990.202)
	Parte dos resseguradores	23.321.994		23.321.994	20.629.683
	Provisão para sinistros (variação)	(478.826)		(478.826)	(1.783.314)
	Montantes brutos	(3.885.220)		(3.885.220)	(2.984.432)
	Parte dos resseguradores	3.406.394		3.406.394	1.201.118
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	1.098.999		1.098.999	(409.476)
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	-		-	-
	Montantes brutos	-		-	-
	Parte dos resseguradores	-		-	-
	Participação nos resultados, líquida de resseguro	(44.644)		(44.644)	(131.117)
31	Custos e gastos de exploração líquidos	(7.349.825)		(7.349.825)	(6.780.734)
	Custos de aquisição	(17.431.338)		(17.431.338)	(16.763.499)
	Custos de aquisição diferidos (variação)	107.530		107.530	135.124
	Gastos administrativos	(7.593.747)		(7.593.747)	(7.056.786)
	Comissão e participação nos resultados de resseguro	17.567.730		17.567.730	16.904.427
25	Rendimentos	868.165	201.009	1.069.174	965.135
	De juros de Ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	857.165	201.009	1.058.174	965.135
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				
	Outros	11.000		11.000	
26	Gastos financeiros	(334.434)	(21.592)	(356.026)	(426.674)
	De juros de Ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				
	Outros	(334.434)	(21.592)	(356.026)	(426.674)
27	Ganhos líquidos de Ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	(10.861)	-	(10.861)	(105.957)
	De Ativos disponíveis para venda	(15.216)	-	(15.216)	8.469
	De empréstimos e contas a receber				
	De investimentos a deter até à maturidade				
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado				
	De outros	4.355		4.355	(114.426)
	Ganhos líquidos de Ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	-	-	-	-
	Ganhos líquidos de Ativos e passivos financeiros detidos para negociação				
	Ganhos líquidos de Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas				
	Diferenças de câmbio				
	Ganhos líquidos pela venda de Ativos não financeiros que não estejam classificados como Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				
	Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-		-	-
	De Ativos disponíveis para venda				
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado				
	De investimentos a deter até à maturidade				
	De outros				
28	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	(10.787)		(10.787)	8.708
29	Outras provisões (variação)		(11.887)	(11.887)	40.692
30	Outros rendimentos/gastos		(224.793)	(224.793)	(508.190)
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas				
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial				
	Ganhos e perdas de Ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda				
	RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	3.335.664	(57.263)	3.278.401	2.291.602
13	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes			(880.495)	(759.556)
13	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos			(89.533)	136.215
	RESULTADO LÍQUIDO DO IMPOSTOS	3.335.664	(57.263)	2.308.373	1.668.261

Demonstração do Rendimento Integral para os exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020

Demonstração do Rendimento integral	Exercício	Exercício anterior
Resultado líquido do exercício	2.308.373	1.668.261
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		
Por via de valorizações/desvalorizações	(521.584)	576.905
Por via de alienações	(83.815)	34.252
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	5.900	(33.561)
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	134.887	(129.959)
Ganhos e perdas atuariais reconhecidas	36.126	9.046
Outras perdas reconhecidas no capital próprio	-	-
Total do rendimento integral	1.879.887	2.124.944

Demonstração de Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Demonstração de Fluxos de Caixa - Método Direto	Exercício	Exercício Anterior
1 ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos:	125.788.377	109.838.471
Clientes (prêmios recebidos)	92.676.843	87.935.190
venda/amortização de activos financeiros (Inv)	31.282.125	20.786.464
Juros e dividendos (Inv)	1.279.656	1.113.223
Recebimentos de taxas e impostos	411.881	-
Regularização c/c Seguradoras	137.872	3.594
Pagamentos:	124.147.621	107.883.899
Clientes (sinistros & estornos)	48.264.781	41.251.160
Comissões	6.265.786	5.763.975
Resseguradores	8.801.138	9.231.132
Outros prestadores	1.033.179	1.151.398
Fornecedores diversos	6.024.001	5.623.821
Pagamentos a colaboradores	4.732.210	4.430.288
Compra de activos financeiros (Inv)	34.789.439	26.125.778
Pagamento de taxas e impostos	13.959.526	14.083.018
Despesas de Viagem	937	11.696
Fundo Fixo Caixa	444	1.287
Regularização c/c Seguradoras	276.180	210.346
Fluxo das actividades operacionais	1.640.756	1.954.572
2 ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos:		
Investimentos Financeiros (reembolso de Emp. Conc.)	-	-
Imobilizações corpóreas (alienação)	-	-
Imobilizações incorpóreas (alienação)	-	-
Juros de Emp. Conc.	-	-
Dividendos de participações	-	-
Pagamentos:	933.000	1.461.702
Investimentos Financeiros (Const. Emp. concedidos)	-	-
Imobilizações corpóreas (aquisição)	37.283	232.391
Imobilizações incorpóreas (aquisição)	895.717	1.229.311
Fluxo das actividades de Investimentos	(933.000)	(1.461.702)
3 ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos:		
Empréstimos Obtidos (Pela constituição)	-	-
Aumentos de Capital	-	-
Doações	-	-
Pagamentos:	481.799	419.217
Empréstimos Obtidos (Juros \$ reembolsos)	-	-
Amort. De contratos de locação financeira	481.799	419.217
Dividendos	-	-
Fluxo das actividades de financiamento	(481.799)	(419.217)
Total do Fluxo de Caixa	225.957	73.653
Caixa e seus equivalentes no início do período	1.429.662	1.356.009
Caixa e seus equivalentes no final do período	1.655.619	1.429.662

Demonstração das alterações nos Capitais Próprios em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Demonstração de variações do Capital Próprio	Capital Social	Reservas de reavaliação		Reserva por impostos diferidos	Outras Reservas			Resultados transitados	Resultado do Exercício	TOTAL
		Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		Reserva Legal	Prémios de emissão	Outras Reservas			
Balço a 31 de Dezembro 2019	34.850.000	2.184.841	51.161	(503.100)	1.535.083	33.012.365	100.587	(28.956.851)	851.143	43.125.229
Correcções de erros (IAS 8)										
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)										
Balço de abertura alterado	34.850.000	2.184.841	51.161	(503.100)	1.535.083	33.012.365	100.587	(28.956.851)	851.143	43.125.229
Aumentos/reduções de capital										-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		611.157								611.157
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			(33.561)							(33.561)
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio										-
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos				(129.959)						(129.959)
Aumento de reservas por aplicação de resultados					85.114					85.114
Distribuição de reservas										-
Distribuição de lucros/prejuízos								766.029	(851.143)	(85.114)
Alterações de estimativas contabilísticas										-
Outros ganhos/perdas reconhecidas directamente no capital próprio							9.046			9.046
Total das variações do capital próprio	-	611.157	(33.561)	(129.959)	85.114	-	9.046	766.029	(851.143)	456.683
Resultado líquido do período									1.668.261	1.668.261
Distribuição antecipada de lucros										-
Balço a 31 de Dezembro 2020	34.850.000	2.795.998	17.600	(633.059)	1.620.197	33.012.365	109.633	(28.190.821)	1.668.261	45.250.174
Correcções de erros (IAS 8)										
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)										
Balço de abertura alterado	34.850.000	2.795.998	17.600	(633.059)	1.620.197	33.012.365	109.633	(28.190.821)	1.668.261	45.250.174
Aumentos/reduções de capital										-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		(605.399)								(605.399)
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			5.900							5.900
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio										-
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos				134.887						134.887
Aumento de reservas por aplicação de resultados					166.827					166.827
Distribuição de reservas										-
Distribuição de lucros/prejuízos								1.501.435	(1.668.261)	(166.826)
Alterações de estimativas contabilísticas										-
Outros ganhos/perdas reconhecidas directamente no capital próprio							36.126			36.126
Total das variações do capital próprio	-	(605.399)	5.900	134.887	166.827	-	36.126	1.501.435	(1.668.261)	(428.485)
Resultado líquido do período									2.308.373	2.308.373
Distribuição antecipada de lucros										-
Balço a 31 de Dezembro 2021	34.850.000	2.190.599	23.500	(498.172)	1.787.024	33.012.365	145.759	(26.689.386)	2.308.373	47.130.062

The page features a large, decorative graphic consisting of two thick, parallel blue curved lines that sweep across the bottom and right sides of the page, framing the title.

Notas às Demonstrações Financeiras

ÍNDICE

- I) Introdução**
- II) Informação por Segmentos**
- III) Políticas Contabilísticas**
- IV) Gestão de Riscos**
- V) Notas ao Balanço**
 - NOTA 1 - Caixa e equivalentes e depósitos à ordem
 - NOTA 2 - Terrenos e Edifícios
 - NOTA 3 – Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos
 - NOTA 4 – Ativos disponíveis para venda
 - NOTA 5 – Empréstimos e contas a receber
 - NOTA 6 – Investimentos a deter até à maturidade
 - NOTA 7 – Afetação dos Investimentos
 - NOTA 8 – Outros ativos tangíveis e Inventários
 - NOTA 9 – Ativos sob o Direito de Uso
 - NOTA 10 – Outros ativos intangíveis
 - NOTA 11 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações
 - NOTA 12 – Ativos e Passivos por Benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo
 - NOTA 13 – Ativos e Passivos por impostos
 - NOTA 14 – Provisões Técnicas
 - NOTA 15 – Outros credores por operações de seguros e outras operações
 - NOTA 16 – Passivos de Locação
 - NOTA 17 – Acréscimos e Diferimentos
 - NOTA 18 – Capital Próprio
 - NOTA 19 – Reserva Legal
 - NOTA 20 – Transações entre partes relacionadas
 - NOTA 21 – Elementos extrapatrimoniais
- VI) Notas à Conta de Ganhos e Perdas**
 - NOTA 22 – Prémios de contratos de seguro
 - NOTA 23 – Comissões recebidas de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de prestação de serviços
 - NOTA 24 – Custos com Sinistros

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

- NOTA 25 – Rendimentos / réditos de investimentos
- NOTA 26 – Gastos Financeiros
- NOTA 27 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por Reservas
- NOTA 28 – Outros rendimentos/gastos técnicos
- NOTA 29 – Outras Provisões (Variação)
- NOTA 30 – Outros rendimentos/gastos
- NOTA 31 – Gastos diversos por função
- NOTA 32 – Gastos com o pessoal

VII) Eventos subsequentes à data de encerramento

VIII) Justo valor de ativos e passivos financeiros

IX) Alterações das Políticas Contabilísticas

X) Inventário de Títulos e Participações Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

I - INTRODUÇÃO

A VICTORIA - Seguros, S.A. foi constituída por escritura pública de 29 de outubro de 2002 pela transferência dos ativos e passivos da atividade de seguros dos ramos não vida da anterior empresa com a mesma denominação e objeto social. Esta empresa alterou na mesma data a sua firma para VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. e o seu objeto social para o de uma sociedade de gestão de participações sociais.

A 30 de maio de 2003 foi outorgada a escritura de trespasse da carteira de seguros dos ramos não vida da sucursal em Portugal da CGU - International Insurance Plc (Commercial Union), incluindo os ativos e passivos relacionados bem como os respetivos colaboradores. A 27 de novembro de 2012 foi celebrada a escritura de transferência da carteira da sucursal em Portugal da Asefa-Seguros e Reaseguros S.A. incluindo os ativos e passivos relacionados bem como os colaboradores.

Com sede social no Edifício VICTORIA, Av. da Liberdade, 200, em Lisboa, está representada

no país através de 5 delegações e de 7 escritórios.

No seguimento processo iniciado no último trimestre de 2013 de adaptação da estrutura ao modelo de distribuição, enquadrado na política de contenção e racionalização de custos, concluiu-se em 2014 o redimensionamento da estrutura, adequando-a assim à atual carteira de negócios.

Atualmente apresenta um capital social de Euros 34.850.000, detido na sua totalidade pela VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. e tem como objeto social o desenvolvimento da atividade de seguro e resseguro dos Ramos Não Vida.

No final de 2011, a VICTORIA – Seguros, S.A. passou a ser uma empresa do Grupo Segurador SMABTP com sede social em Paris, França. Em Portugal, o Grupo é representado pelo acionista único VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A.

II – INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

RELATO POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

O relato por segmentos operacionais, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, e relativamente aos contratos de seguros, é analisado como segue:

2021	Ramos	Saúde	Incêndio e outros danos	Automóvel	Acidentes	Outros
	Não Vida					
Prémios brutos emitidos	88.881.786	36.781.599	17.662.064	13.251.851	9.965.721	11.220.551
Prémios de resseguro cedido	49.199.427	25.445.471	12.310.740	1.374.331	2.129.926	7.938.959
Prémios brutos adquiridos	88.097.068	36.586.094	16.995.525	13.477.924	9.922.722	11.114.803
Resultados dos investimentos	522.870	21.597	30.827	32.928	423.342	14.176
Custos com sinistros brutos	57.237.240	26.254.309	8.046.728	11.114.594	6.331.485	5.490.124
Custos de exploração brutos	24.917.555	9.395.213	5.151.557	3.022.390	3.066.337	4.282.058
Resultado técnico	3.335.664	1.482.607	214.046	257.087	300.608	1.081.316
Activos afectos à representação das provisões técnicas	107.501.223	14.123.742	19.981.495	20.463.076	43.883.795	9.049.115
Provisões técnicas	89.329.924	13.159.543	18.617.398	19.066.102	30.055.531	8.431.350

2020	Ramos	Saúde	Incêndio e outros danos	Automóvel	Acidentes	Outros
Prémios brutos emitidos	84.884.551	34.142.278	16.340.270	13.620.256	10.552.663	10.229.084
Prémios de resseguro cedido	46.433.966	24.159.915	10.792.250	1.622.369	4.499.050	5.360.382
Prémios brutos adquiridos	83.680.010	33.923.513	16.076.530	13.092.166	10.636.023	9.951.778
Resultados dos investimentos	380.745	(2.243)	(16.793)	(13.260)	419.740	(6.699)
Custos com sinistros brutos	49.974.634	22.724.034	7.489.536	8.754.196	5.892.178	5.114.690
Custos de exploração brutos	23.685.161	8.469.043	4.972.513	2.983.521	3.187.475	4.072.609
Resultado técnico	2.707.341	1.853.469	623.709	(1.433.828)	552.421	1.111.570
Activos afectos à representação das provisões técnicas	104.760.652	12.507.668	17.386.248	20.283.770	45.840.537	8.742.428
Provisões técnicas	86.006.555	12.092.412	16.809.022	19.610.346	29.042.597	8.452.178

III – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

BASES DE APRESENTAÇÃO

A Norma Regulamentar nº 10/2016-R de 15 de setembro, procedeu à revogação da anterior Norma Regulamentar n.º4/2007-R de 27 de abril, e visa sistematizar e consolidar conteúdos anteriormente dispersos em normas regulamentares e circulares, relacionados com o regime contabilístico aplicável às empresas de seguros sujeitas à supervisão da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões – ASF, nomeadamente com a publicação do PCES e disposições relativas a provisões e a ativos

afetos à representação das provisões técnicas. As demonstrações financeiras apresentadas são preparadas de acordo com o Plano de Contas para Empresas de Seguros (PCES), onde são de aplicação obrigatória as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) adotadas no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, com exceção do IFRS 4 em que apenas são adotados os princípios de

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros e de divulgação.

A Norma Internacional de Relato Financeiro (IFRS) 4 tendo um caráter provisório não apresenta um regime estável para questões tão importantes como a avaliação dos passivos associados a esses contratos, pelo que para efeitos de reconhecimento e mensuração são aplicáveis as regras e princípios estabelecidos no PCES.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *Internacional Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Em 2021 a Companhia adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2021. Essas normas apresentam-se discriminadas no ponto IX. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras refletem os resultados das suas operações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em euros, arredondados à unidade. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda, das propriedades de investimento que se encontram ao justo valor e dos imóveis de uso próprio que se encontram ao custo revalorizado. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A apresentação das Demonstrações Financeiras e as respetivas notas às contas, respeitam as exigências de informação estabelecidas na IAS 1, bem como a informação requerida pelo órgão de supervisão, através do Plano de Contas para o Setor Segurador, aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R de 27 de abril com as alterações introduzidas pela Norma n.º 20/2007-R de 31 de dezembro e pela Norma Regulamentar n. 22/2010 – R de 16 de dezembro.

A preparação das demonstrações financeiras é efetuada tendo por base o princípio da continuidade das operações, o que requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas, e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizadas estimativas e pressupostos significativos na preparação das

demonstrações financeiras, encontram-se analisadas ao longo deste documento.

As Demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 29 de março de 2022.

Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação

financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

Novas normas e interpretações já emitidas, mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na atividade da Companhia, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de janeiro de 2021 e que a Companhia não adotou

antecipadamente são apresentadas na secção IX. Estas Normas serão adotadas a partir da data do endosso pela União Europeia (UE).

Princípios contabilísticos e critérios valorimétricos

Classificação dos Contratos de Seguros

Relativamente à IFRS 4, apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando a aplicar-se ao reconhecimento e mensuração dos passivos resultantes desses contratos as regras e princípios anteriormente já estabelecidos na legislação e nas normas da ASF. Como

estabelecido nas referidas normas, a classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros é aplicável apenas ao plano contabilístico, não resultando nenhuma alteração ao nível contratual, parafiscal, prudencial ou quaisquer outros. De acordo com o estipulado pela IFRS 4, apenas deverão ser considerados contabilisticamente

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

como contratos de seguros, os contratos em que se verifique a existência, em simultâneo, da incerteza quanto ao acontecimento seguro e a transferência significativa do risco seguro. Uma vez que os prémios de seguro direto são reconhecidos como proveitos na data da emissão ou renovação da respetiva apólice e os sinistros são registados aquando da participação, a Companhia realiza no final de cada exercício determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos, como segue:

(i) Provisão para prémios não adquiridos e custos de aquisição diferidos

De acordo com o disposto no Decreto-Lei 94-B/98, de 17 de abril, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei 8-A/2002, de 11 de janeiro, são constituídas provisões para prémios não adquiridos para os seguros temporários anuais renováveis. A provisão para prémios não adquiridos corresponde à parte dos prémios brutos emitidos relativamente a cada um dos contratos de seguro em vigor, a imputar a um ou a vários exercícios seguintes, deduzida das comissões de mediação respetivas. O montante desta provisão é calculado mediante a aplicação do método *pro rata temporis* por cada contrato em vigor, para todos os ramos.

As despesas incorridas com a aquisição de contratos de seguro não vida, incluindo

comissões de mediação e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são diferidas ao longo do período a que se referem, sendo reconhecidas como uma dedução ao valor das provisões técnicas de contratos de seguros e refletidas na rubrica de provisões para prémios não adquiridos.

(ii) Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao custo com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para sinistros ocorridos e ainda não reportados (*IBNR*), bem como os custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final de cada exercício.

As reservas matemáticas relativas aos sinistros ocorridos, envolvendo o pagamento de pensões vitalícias, referentes ao ramo Acidentes de Trabalho, são calculadas mediante tabelas e fórmulas atuariais, estabelecidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

(iii) Provisão para participação nos Resultados

Esta provisão corresponde aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros ou aos beneficiários de contratos, a título de participação nos resultados em função dos resultados técnicos dos contratos respetivos.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(iv) Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indenizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de custos de exploração, de cedência e de rendimentos, em conformidade com o definido pela ASF

(v) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face à sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguro

em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações.

Esta provisão é constituída para o seguro de crédito, seguro de caução, seguro de colheitas, risco de fenómenos sísmicos e resseguro aceite — risco atómico, de acordo com o estabelecido pelas normas da ASF

(vi) Comissões de mediação

A comissão de mediação é a remuneração contratualmente atribuída aos mediadores pela angariação de contratos de seguro e são registadas como custos no momento da emissão dos respetivos recibos de prémios.

Terrenos e edifícios

Relativamente aos investimentos em terrenos e edifícios, a Companhia considera terrenos e edifícios de uso próprio todas as propriedades que se encontram afetas ao serviço da Companhia em parte superior a 5%.

Por aplicação da IAS 16, os imóveis encontram-se valorizados através do modelo de revalorização, existindo avaliações periódicas efetuadas por um avaliador independente, e por períodos entre os três e os cinco anos, de acordo com os métodos reconhecidos

Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

As variações patrimoniais resultantes das avaliações são reconhecidas em Reservas de reavaliação, se positivas, e em Resultados, se negativas ou se esgotada a Reserva de Reavaliação. As taxas de amortização são determinadas pelo número de anos de vida útil atribuída a cada imóvel.

Sempre que a taxa de ocupação de um imóvel, por serviços da empresa, seja inferior aos 5%,

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

os imóveis são considerados propriedades de investimento, com aplicação da IAS 40. Pelo facto dos imóveis se encontrarem a representar provisões técnicas, a mensuração adotada é o modelo do justo valor de mercado. As variações patrimoniais resultantes das avaliações são reconhecidas em Resultados.

Os fatores que influenciam o reconhecimento de imparidades nos terrenos e edifícios, de acordo com a IAS 36, devem-se principalmente

ao declínio significativo nos valores de mercado imobiliário, bem como a danos provocados de forma anormal no imóvel. Tais fatores, a acontecerem, e pelo facto dos imóveis se encontrarem valorizados pelo modelo de revalorização, serão objeto de avaliação independente, não existindo por esse facto, lugar ao reconhecimento de imparidades.

Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

São classificadas como filiais todas as sociedades sobre as quais a Companhia detém a capacidade de controlar a política operacional e financeira da entidade. controlo é normalmente presumido quando a Sociedade detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto.

São classificadas como associadas todas as Sociedades sobre as quais a Companhia detém a faculdade de exercer influência significativa sobre as políticas financeiras e operacionais da entidade, embora não detenha o seu controlo. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação da Companhia numa participada se situe, direta ou indiretamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto. A Sociedade pode ainda exercer influência significativa numa participada através da participação na gestão

da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

São classificados como empreendimentos conjuntos (entidades conjuntamente controladas), todas as empresas sobre as quais a Companhia detém a capacidade para controlar conjuntamente com outros empreendedores (acionistas) a política operacional e financeira do empreendimento.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Estes investimentos são registados ao custo de aquisição, sujeito a testes de imparidade. Os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição. O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

conjuntos é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos e o seu valor contábilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subseqüentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. O valor recuperável é determinado com base no maior valor, entre o valor em uso dos ativos e o justo valor

deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. Sempre que o valor dos passivos de uma subsidiária, associada ou empreendimento conjunto ultrapassar os seus ativos, além da constituição de imparidade para anular o investimento, a Companhia constitui uma provisão quando existe responsabilidade sobre os passivos dessa entidade.

Ativos financeiros

A VICTORIA classifica os seus ativos financeiros no reconhecimento inicial a intenção que lhes está subjacente de acordo com as seguintes categorias:

Ativos financeiros disponíveis para venda. Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
- Ativos que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- Ativos que não se enquadrem nas categorias restantes.

Empréstimos concedidos e contas a receber são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo, que não sejam ativos adquiridos com intenção de alienação a curto prazo (detidos para negociação) ou não classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados no seu reconhecimento inicial. Inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

Ativos financeiros detidos até à maturidade. São ativos financeiros não derivados, com

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

pagamentos fixados ou determináveis e maturidade fixada, que a VICTORIA tem intenção positiva e a capacidade de deter até à maturidade.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de ativos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa; quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou, não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; quando a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

A venda ou reclassificação de algum título incluído na categoria de ativos financeiros detidos até à maturidade, antes da maturidade fixada, obriga a reclassificar na íntegra toda esta classe para ativos disponíveis para venda, não sendo permitida no prazo de dois anos, classificar qualquer ativo nesta categoria.

Mensuração subsequente

Os investimentos disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Os investimentos a deter até à maturidade, após o reconhecimento inicial ao justo valor, são mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado à taxa de juro efetiva.

Transferências entre categorias

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*).

Títulos de rendimento variável

A imparidade é um processo irreversível. A partir do momento em que uma imparidade é contabilizada no ativo, não deve ser revertida.

I - Ações e Fundos de Investimento cujo Preço de Mercado está mais de 20% abaixo do custo

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de ativos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedçam às características de cada categoria. As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Empréstimos e contas a receber e Ativos a deter até à maturidade são também permitidas.

A VICTORIA não procedeu à reclassificação de quaisquer ativos.

Imparidade

A avaliação e o cálculo da **imparidade nos ativos disponíveis para venda**, segue os seguintes procedimentos:

histórico devem ser considerados para imparidade;

II - Ações e Fundos de Investimento, cujo Preço de Mercado está abaixo do Custo histórico por um período superior a 6 meses, devem ser considerados para imparidade;

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Títulos de rendimento fixo

- I. Determinação dos ativos potencialmente sujeitos a Imparidade:
 - a. Obrigações cujo Valor de Mercado é pelo menos 20% inferior ao Custo Amortizado;
 - b. Obrigações cujo Valor de Mercado é inferior a 70% do seu Valor Nominal;

- II. Análise casuística de cada uma das obrigações que cumprem algum dos critérios anteriores, procurando determinar se existe evidência objetiva de imparidade. De acordo com a IAS 39.59 a evidência objetiva pode ser descrita como:
 - a. Significativa dificuldade financeira do Emitente
 - b. Quebra de Contrato, tal como Moratória ou não pagamento de juros ou Capital
 - c. Concessão de determinadas facilidades ao Emitente por uma Entidade Credora, explicável apenas pela complicada situação financeira do Emitente
 - d. Probabilidade de que o Emitente vai declarar falência ou outro tipo de reestruturação financeira
 - e. Desaparecimento de um mercado ativo para esse título, em virtude de dificuldades financeiras
 - f. Outros fatores

Ajustamento de recibos por cobrar

O ajustamento de recibos por cobrar tem por objetivo adequar o montante dos prémios em cobrança para o seu valor estimado de realização. As alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº122/2005 e pelo Decreto-lei nº199/2005, na sua generalidade, vêm estipular que o contrato de seguro só produz efeitos com o pagamento do prémio ou fração por parte do tomador de seguro. Significa isto que, prémio que não tenha sido cobrado deverá ser anulado. Nesse sentido, e no cumprimento da referida legislação, a Norma

nº16/2006-R e a Circular 9/2008, vem clarificar o método de cálculo do referido ajustamento. Assim, e pelo facto de existirem diversas formas de pagamentos de prémios em que alguns podem ainda se encontrar por cobrar, torna-se necessário proceder a um ajustamento que traduza de alguma forma, a incobabilidade dos mesmos. Deste modo, cada empresa deverá apurar um coeficiente de acordo com a sua própria experiência.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são valorizados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes,

com base na vida útil estimada dos bens e que se situa entre os 3 e os 6 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridos.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição. As suas amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais que refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

- Equipamento administrativo 12,5%
- Máquinas e ferramentas 12,5% a 25%
- Equipamento informático 25% e 33%
- Instalações interiores 10% a 16,66%

As amortizações são registadas em gastos do exercício. A Companhia avalia, periodicamente, a adequação da vida útil estimada dos seus ativos tangíveis.

A avaliação efetuada para determinação da existência de imparidade nos ativos tangíveis e intangíveis é efetuada tendo por base indicadores internos que avaliam os níveis de obsolescência ou danos físicos e/ou a expectativa de declínio na performance do ativo. Dependendo dos casos, o procedimento adotado reveste-se de duas formas, ou a vida útil do bem é ajustada ou o bem é abatido, pelo que não haverá lugar a registo de imparidade.

Caixa seus equivalentes e depósitos à ordem

Esta rubrica engloba os valores registados no balanço cuja maturidade é inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de

crédito, exceto os valores que não estejam associados a uma natureza de investimento.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de

os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda

estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio na data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Benefícios aos empregados

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos. De salientar as seguintes alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho: (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995 deixam de ser abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal pago em 2012 e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade (*settlement*).

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma foram calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projetada,

individualmente para cada plano através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados.

Plano de contribuição definida

Com a alteração do CCT, o plano de contribuição definida existente, foi objeto de revisão tendo em vista a uniformização de benefícios e procedimentos.

Desta forma, o plano de contribuição definida passou a integrar as anteriores modalidades, em que:

- Para os colaboradores no ativo admitidos na atividade seguradora após 22 de junho de 1995 e participantes do Fundo de Pensões em vigor até 31.03.2012, o valor constituído na sua conta individual foi afeto ao respetivo plano individual de reforma.
- Para os colaboradores dos Associados na situação de ativos, admitidos na atividade seguradora até 22 de junho de 1995, o valor das responsabilidades por serviços passados financiado pelo Plano de Benefício Definido, foi convertido para um Plano Individual de Reforma, à data de 31.12.2011 de acordo com o método e pressupostos utilizados na avaliação atuarial de 28 de fevereiro de 2012 e aditamento de 08 de junho de 2012.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

De acordo com a legislação em vigor, o Plano Individual de Reforma constituído tem garantia de capital.

Plano de benefício definido

Com a alteração do CCT, o plano de benefício definido passou a garantir:

- pagamento de pensões a todos os beneficiários que, á data da alteração do plano, se encontravam a receber uma pensão paga pelo fundo;
- atualização de pensões atribuídas a colaboradores que passaram à situação de reforma por velhice ou invalidez no âmbito do plano de benefício definido anterior.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões,

Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros resultam do imposto corrente e do imposto diferido. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que serão também registados por contrapartida em capitais próprios. Os impostos correntes são apurados de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais, são reconhecidos diretamente numa rubrica de capital próprio.

Prémio de permanência

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego. Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no

Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor

futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de ativos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas. O cálculo do custo amortizado é efetuado utilizando o método da taxa efetiva, sendo o

seu impacto registado em rendimentos de investimento.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito

futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

Dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

Inventários

Os inventários são valorizados ao menor dos valores entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido.

O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual, sendo o custo médio, o método de custeio aplicado.

O valor realizável líquido, é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade empresarial deduzindo os custos estimados de

conclusão e os custos estimados para efetuar a venda.

Sempre que o valor realizável líquido for inferior ao custo de aquisição, procede-se à redução do valor dos inventários, mediante reconhecimento de uma perda por imparidade, sendo estas registadas na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”, na demonstração de resultados. Estas poderão ser revertidas sempre que deixarem de existir os motivos que as originaram.

Loações

A Companhia classifica como ativos sob direito de uso, os contratos de locação sobre o qual é transmitido o direito de usar e controlar um ativo, por um período superior a um ano.

Estes contratos de locação são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que corresponde ao valor atual das rendas de locação vincendas.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo.

As componentes de locação variável, são registadas nos resultados da Companhia, nos períodos a que dizem respeito.

As amortizações do ativo são registadas em gastos do exercício, de forma linear e constante ao longo do período do contrato.

As locações que não cumpram com o critério definido para Ativo sob direito de uso, são registadas nos resultados da Companhia, nos períodos a que dizem respeito.

Estimativas e Julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela VICTORIA são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela

Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda

A VICTORIA utiliza os seguintes critérios para a realização do teste de imparidade:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Títulos de rendimento variável

A imparidade é um processo irreversível. A partir do momento que uma imparidade é contabilizada no ativo, não deve ser revertida.

I - Ações e Fundos de Investimento cujo Preço de Mercado está mais de 20% abaixo do custo histórico devem ser considerados para imparidade;

II - Ações e Fundos de Investimento, cujo Preço de Mercado está abaixo do Custo histórico por um período superior a 6 meses, devem ser considerados para imparidade;

Títulos de rendimento fixo

I - Determinação dos ativos potencialmente sujeitos a Imparidade:

- a. Obrigações cujo Valor de Mercado é pelo menos 20% inferior ao Custo Amortizado;
- b. Obrigações cujo Valor de Mercado é inferior a 70% do seu Valor Nominal;

II - Análise casuística de cada uma das obrigações que cumprem algum dos critérios anteriores, procurando determinar se existe evidência objetiva de imparidade. De acordo

com a IAS 39.59 a evidência objetiva pode ser descrita como:

- a. Significativa dificuldade financeira do Emitente
- b. Quebra de Contrato, tal como Moratória ou não pagamento de juros ou Capital
- c. Concessão de determinadas facilidades ao Emitente por uma Entidade Credora, explicável apenas pela complicada situação financeira do Emitente
- d. Probabilidade de que o Emitente vai declarar falência ou outro tipo de reestruturação financeira
- e. Desaparecimento de um mercado ativo para esse título, em virtude de dificuldades financeiras
- f. Outros fatores

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

Impostos sobre os lucros

A Companhia encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre lucros. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas

transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia, durante um período de cinco ou doze anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração VICTORIA, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as

diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças temporárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionada devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso das variações de justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores

que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Provisões técnicas

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem a provisão para participação nos resultados, a provisão para prêmios não adquiridos, a provisão para riscos em curso, o teste de adequação das responsabilidades e a provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização.

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a

Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respectivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

As provisões não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

IV - GESTÃO DE RISCOS

Em 2021, manteve-se o alinhamento do modelo de gestão de risco e sistema de governação da VICTORIA à realidade do grupo SMA. A estrutura organizacional que suporta o desenvolvimento do Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno manteve-se também assente no modelo das três linhas de defesa, suportada pela existência de Comitês específicos.

No que diz respeito à área de Gestão de Riscos, enquadrando-se na segunda linha de defesa,

integrou no ano em análise a Direção Financeira e de Gestão de Riscos, tendo como principal missão garantir a existência de um Sistema de Gestão de Riscos adequado e eficaz, que permita identificar, mensurar, monitorizar e comunicar os riscos nas suas diversas vertentes e dimensões, possibilitando à gestão e tomada de decisão incorporar este conhecimento.

Os Comitês que suportam diretamente e garantem o desenvolvimento contínuo da

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

gestão baseada no risco são: Comité de Risco, Comité Gestão Ativo Passivo, Comité de Subscrição e Comité de Risco Operacional. Todos eles mantiveram o âmbito e a estrutura face ao ano transato. Nestes comités participam as funções chave, nomeadamente no Comité de Risco que tem uma periodicidade mínima trimestral e conta com a participação do Responsável da função chave gestão de risco.

No âmbito do regime de Solvência II, destaca-se o nível de maturidade deste sistema e respetiva integração na gestão e tomada de decisão, assinalando-se as seguintes atividades:

- Reporte extraordinário de SII determinado pela ASF no âmbito do contexto de pandemia;
- Reporte quantitativo e narrativo anual integral;
- Reporte quantitativo trimestral;
- Cerificação por parte do Revisor Oficial de Contas e dos Atuários Responsáveis dos resultados de Solvabilidade, bem como da informação a disponibilizar ao público;
- Revisão anual da matriz de grandes riscos, mantendo o alinhamento da mesma com a metodologia do grupo e métricas de solvência II de forma a monitorizar de perto e mitigar a exposição aos riscos de maior impacto;
- Revisão anual das políticas existentes garantindo o contínuo alinhamento com o grupo;
- Elaboração do exercício de Avaliação Interna do Risco e da Solvência, a nível solo e de grupo, o qual dá suporte à tomada de decisão para a estratégia definida para os próximos 5 anos;
- Manteve-se a nível do grupo um Comité específico de Qualidade de Dados, reunindo todas as filiais do grupo e garantindo o cumprimento de um adequado desenvolvimento e implementação de uma Política de Qualidade de Dados, tendo por base a fiabilidade dos valores apurados em termos de solvência e gestão do negócio, nomeadamente com a identificação dos dados sensíveis e respetivos controlos;
- Formalização da identificação das funções-chave junto do supervisor.

1. RISCO ESTRATÉGICO

O risco estratégico corresponde ao risco de perdas por decisões e objetivos estratégicos inadequados.

A Companhia realiza um conjunto de ações de forma a mitigar este risco, tal como a manutenção de um planeamento estratégico a médio prazo, com a construção de um orçamento a cinco anos. A curto prazo, a Companhia define o plano anual de ações

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

estratégicas a desenvolver e implementar. A estratégia é definida tendo em conta a realidade da Companhia, nomeadamente a sua capacidade de aceitar os riscos delineados, bem como o contexto do mercado segurador e financeiro envolvente.

O acompanhamento da evolução das ações definidas e do orçamento anual é realizado com uma periodicidade mensal, permitindo assim analisar possíveis desvios e impactos face ao previsto e, em caso de necessidade, implementar medidas de mitigação.

Dada a importância que a estratégia delineada assume na organização, esta é apresentada na reunião anual, por forma a garantir que a mesma é do conhecimento e é seguida por todos os colaboradores.

2. RISCO REPUTACIONAL

O risco reputacional corresponde ao risco de perdas originadas por eventos adversos, que possam afetar negativamente a imagem da Companhia perante os seus Stakeholders (clientes, fornecedores e restantes partes interessadas). As perdas resultantes deste risco podem refletir-se através da diminuição da receita, do aumento de custos operacionais, da perda de capital e/ou da destruição do valor do acionista.

Dado este risco assumir particular relevância na atividade seguradora - sector em que a

“confiança” é um dos valores chave – a Companhia tem monitorizado periodicamente a sua evolução através da análise dos indicadores de mercado, bem como através da análise do relatório trimestral da evolução das reclamações (por tipologia, rácio de razão dos clientes, bem como rapidez de resposta).

De forma a monitorizar este risco são analisados periodicamente alguns indicadores, nomeadamente os indicadores de mercado, bem como o relatório trimestral da evolução das reclamações, por tipologia, rácio de razão dos clientes, bem como rapidez de resposta.

3. RISCO ESPECÍFICO DE SEGUROS

O risco específico de Seguros pode resultar em perdas inesperadas, que se tornarão evidentes através da insuficiência dos prémios e/ou das provisões constituídas para fazer face aos custos totais dos compromissos assumidos e/ou a assumir.

3.1 Políticas de Subscrição

Relativamente às políticas de subscrição, formalizadas na Política de Subscrição e Provisionamento publicada, mantêm-se os critérios de análise de risco prudentes, tendo em conta a experiência da VICTORIA, o conhecimento do mercado e as indicações dos resseguradores.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

3.2 Tarifação

A VICTORIA tem como objetivo a prática de tarifas sustentáveis, ou seja, garantir a adequação dos prémios praticados relativamente aos riscos assumidos.

O desenvolvimento de novas tarifas é efetuado pelo departamento técnico, com o suporte da área atuarial.

Dependendo do tipo de produto, são analisadas as variáveis relevantes para a avaliação do risco, visando garantir a elaboração de bases técnicas prudentes, adequadas ao risco e à rentabilidade expectável.

3.3 Provisionamento

As provisões para sinistros são constituídas caso a caso com um nível de adequação considerado prudente. Com uma periodicidade trimestral mantiveram-se as revisões aos processos em aberto, de forma a se detetarem possíveis desvios do valor expectável face ao provisionado. Após esta análise, sempre que necessário procede-se ao respetivo ajustamento do valor provisionado.

Numa ótica de monitorização contínua das provisões são produzidos relatórios trimestrais, pela área atuarial e pelo atuário responsável, que visam analisar a adequação das provisões constituídas.

3.4 Resseguro

A VICTORIA manteve uma política de resseguro clara e rigorosa, transferindo parte dos riscos por si assumidos através de tratados de resseguro adequados ao perfil da carteira.

Estes tratados têm como principal objetivo mitigar o risco do impacto de grandes sinistros/eventos catastróficos, reduzindo assim a necessidade de capital, bem como proteger os interesses de todas as partes envolvidas.

Por outro lado, efetua também uma escolha criteriosa da pool de resseguradoras realizando uma análise da respetiva capacidade financeira.

O quadro seguinte apresenta um resumo dos tratados de 2020, baseados em tratados proporcionais e não proporcionais:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Ramo	Tipo de Resseguro
Incêndio e outros danos	Proporcional
Incêndio e outros danos (Proteção retenção - catástrofe)	Não Proporcional
Automóvel	Não Proporcional
Marítimo, aéreo e transportes	Proporcional
	Não Proporcional
Acidentes Pessoais	Proporcional
	Não Proporcional
Acidentes de Trabalho	Não Proporcional
Responsabilidade Civil	Proporcional
	Não Proporcional
Engenharia	Proporcional
	Não Proporcional
Construção (decenal)	Proporcional
	Não Proporcional
Saúde	Proporcional
	Não Proporcional
Diversos (perda de rendas)	Proporcional

Nos quadros seguintes apresentam-se alguns indicadores:

(valores em milhares de euros)

Ramo	Prémios 2021				Prémios 2020			
	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Total liq. Resseguro	Tx de Cedência	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Total liq. Resseguro	Tx de Cedência
Saúde	36.782	25.445	11.336	69%	34.142	24.160	9.982	71%
Incêndio e outros danos	17.662	12.311	5.351	70%	16.340	11.230	5.110	69%
Automóvel	13.252	1.374	11.878	10%	13.620	1.394	12.226	10%
Acidentes de Trabalho	7.276	289	6.987	4%	7.515	283	7.232	4%
Acidentes Pessoais	2.690	1.841	849	68%	3.038	2.154	884	71%
Marítimo, Aéreo e Transp.	8.108	5.738	2.370	71%	7.361	5.205	2.156	71%
Responsabilidade Civil	3.048	2.163	885	71%	2.805	1.976	828	70%
Diversos	65	38	26	59%	63	32	31	50%
TOTAL	88.882	49.199	39.682	55%	84.885	46.434	38.451	55%

Resseguro cedido Não Vida	2021	2020	Var 21/20
Resultado	-4.173	-7.162	41,73%
Prémios adquiridos cedidos	-48.469	-45.897	5,60%
Comissões	17.568	16.904	3,92%
Custos com Sinistros	26.728	21.831	22,43%

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

3.5 Risco de prémios

O risco de prémios está associado ao facto da Companhia não ter um nível de prémios adequado que lhe permita fazer face aos custos totais dos compromissos assumidos.

O quadro seguinte apresenta os valores de prémios e rácios de sinistralidade, combinado, operacional e de despesas, por linha de negócio:

Ramos	2021	2020
PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS		
Saúde	36.782	34.142
Incêndio e outros danos	17.662	16.340
Automóvel	13.252	13.620
Acidentes de Trabalho	7.276	7.515
Acidentes Pessoais	2.690	3.038
Marítimo, Aéreo e Transportes	8.108	7.361
Responsabilidade Civil	3.048	2.805
Diversos	65	63
PRÉMIOS BRUTOS ADQUIRIDOS		
Saúde	36.586	33.924
Incêndio e outros danos	16.996	16.077
Automóvel	13.478	13.092
Acidentes de Trabalho	7.308	7.565
Acidentes Pessoais	2.614	3.071
Marítimo, Aéreo e Transportes	8.078	7.091
Responsabilidade Civil	2.972	2.796
Diversos	66	65
RÁCIO DE SINISTRALIDADE BRUTO		
Saúde	71,8%	67,0%
Incêndio e outros danos	47,3%	46,6%
Automóvel	82,5%	66,9%
Acidentes de Trabalho	69,6%	74,2%
Acidentes Pessoais	47,7%	9,1%
Marítimo, Aéreo e Transportes	57,9%	55,2%
Responsabilidade Civil	27,7%	41,6%
Diversos	-7,9%	56,3%
RÁCIO DE DESPESAS GERAIS		
Saúde	13,3%	12,9%
Incêndio e outros danos	22,2%	24,6%
Automóvel	19,7%	20,9%
Acidentes de Trabalho	20,5%	23,6%
Acidentes Pessoais	30,9%	22,1%
Marítimo, Aéreo e Transportes	28,9%	33,4%
Responsabilidade Civil	24,5%	23,9%
Diversos	24,1%	22,4%
RÁCIO COMBINADO BRUTO		
Saúde	97,4%	92,0%
Incêndio e outros danos	77,7%	77,5%
Automóvel	104,9%	89,7%
Acidentes de Trabalho	95,6%	100,6%
Acidentes Pessoais	92,1%	47,8%
Marítimo, Aéreo e Transportes	97,3%	98,3%
Responsabilidade Civil	64,0%	77,3%
Diversos	20,5%	80,8%
RÁCIO COMBINADO LÍQUIDO		
Saúde	89,4%	76,3%
Incêndio e outros danos	95,0%	102,8%
Automóvel	104,8%	99,3%
Acidentes de Trabalho	99,8%	104,3%
Acidentes Pessoais	116,5%	77,3%
Marítimo, Aéreo e Transportes	76,2%	84,2%
Responsabilidade Civil	49,3%	54,9%
Diversos	23,4%	61,4%

(valores em milhares de euros)

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Relativamente ao rácio combinado líquido, para a globalidade da carteira de Não Vida, o mesmo apresenta um decréscimo comparativamente com o ano transato (2021: 95,5% vs 2020: 92,4%).

3.6 Risco de provisões

O cálculo das provisões de Não Vida segue princípios prudentes de forma a garantir a suficiência de provisões para cumprir as responsabilidades assumidas, efetuando-se análises determinísticas e estocásticas.

Trimestralmente são efetuados estudos de adequação das provisões, procedendo-se

sempre que necessário a eventuais ajustamentos dependentes dos resultados obtidos.

Da análise efetuada quer internamente, como pelo Atuário Responsável com referência a 31 de dezembro de 2021, conclui-se a suficiência global de provisionamento.

O quadro seguinte apresenta a evolução dos custos com sinistros referentes ao ramo Não Vida, com exceção de Doença:

(valores em milhares de euros)

TOTAL REAIS	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
Estimativa acumulada dos sinistros:														
No final do ano de constituição	34.565	52.240	47.208	32.869	26.689	25.919	19.840	20.859	21.868	24.861	22.716	18.669	20.969	
Um ano depois	36.034	54.265	46.584	32.419	27.524	26.109	18.829	20.100	21.437	24.653	23.120	20.321		
Dois anos depois	35.809	54.807	47.178	32.971	27.857	25.666	18.620	21.502	21.324	24.816	24.148			
Três anos depois	35.756	54.508	47.597	33.048	27.916	26.247	18.634	21.369	22.055	25.119				
Quatro anos depois	36.113	54.617	47.807	33.006	27.895	26.285	18.736	21.605	22.465					
Cinco anos depois	36.165	54.730	48.379	33.243	27.955	26.044	18.753	21.531						
Seis anos depois	36.523	54.620	48.110	33.284	28.187	26.179	19.089							
Sete anos depois	36.484	54.545	48.265	33.387	28.143	25.806								
Oito anos depois	36.478	54.639	48.247	33.391	28.185									
Nove anos depois	36.581	54.622	48.115	33.411										
Dez anos depois	36.730	54.618	48.074											
Onze anos depois	36.719	54.670												
Doze anos depois	36.750													
Estimativa acumulada dos sinistros até à data	36.750	54.670	48.074	33.411	28.185	25.806	19.089	21.531	22.465	25.119	24.148	20.321	20.969	
Pagamentos acumulados até 31-12-2021	36.457	54.297	47.803	33.028	27.859	25.056	18.727	19.433	21.038	23.090	20.593	18.031	12.034	
Provisão para sinistros	293	373	271	383	326	750	363	2.098	1.427	2.029	3.555	2.291	8.935	
									Provisão para Sinistros a 31-12-2021 na matriz				23.094	
										Provisão para Sinistros a 31-12-2021 de anos anteriores a 2009				1.361
											Total Provisão para sinistros a 31-12-2021			24.455

Obs.: Estes montantes excluem os valores de Provisões para IBNR, Custos de Gestão a Imputar e Provisão Matemática de Acidentes de Trabalho

3.7 Risco catastrófico

O risco catastrófico está associado a eventos extremos, ou seja, eventos de baixa frequência e grande severidade.

Em Portugal, este risco pode advir essencialmente dos fenómenos de natureza

sísmica, sendo o resseguro uma das principais formas de mitigação da exposição a este risco.

A VICTORIA tem um grau de exposição significativo a este risco no ramo Incêndio e Outros Danos, mitigando a sua exposição através da celebração de tratados de resseguro específicos, tendo como principal objetivo a

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

transferência de parte do risco de grandes sinistros/eventos catastróficos para resseguro, reduzindo assim a necessidade de capital, bem como proteger os interesses de todas as partes envolvidas.

Medidas para mitigação do Risco Específico de Seguros

A mitigação dos riscos de prémios e de provisões é efetuada através da aplicação de critérios de seleção e políticas de subscrição periodicamente revistos com base nas observações históricas de perdas por linha de negócio e ajustados pelos resultados decorrentes de estimativas da frequência e severidade dos sinistros.

4. RISCO DE MERCADO

A gestão de investimentos da VICTORIA é efetuada através de mandatos celebrados com a empresa *SMA Vie*, pertencente também ao grupo SGAM. No ano corrente manteve-se a

linha orientadora da estratégia de investimentos, continuando a dar prioridade à seleção de ativos com valor, em alternativa a uma simples seleção de classes de ativos, e implementada consistentemente através de uma agregação de oportunidades de valor, restringida pelas características técnicas e legais das carteiras de investimento, e alicerçada numa elevada solidez financeira. A gestão foi acompanhada de forma regular pelo Comité de Gestão Ativo Passivo, constituído por representantes das áreas financeira, atuarial, técnica e de risco. Foram também definidos processos locais de monitorização do risco de crédito e do risco de taxa de juro para acompanhamento do efeito na cobertura da margem de solvência.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos, a 31 de dezembro 2021 e comparativamente com o período homólogo, por tipo de ativos (valores de balanço):

Títulos	2021	2020	Var %
Nacionais	3.382.242	3.372.794	0,3%
Títulos de Rendimento Fixo	3.382.012	3.372.564	0,3%
De Dívida Pública	3.382.012	3.372.564	0,3%
Títulos de Rendimento Variável	230	230	0,0%
Partes de Capital em Associadas	230	230	0,0%
Estrangeiros	95.608.051	92.963.563	2,8%
Títulos de Rendimento Fixo	84.385.292	88.117.408	-4,2%
De Dívida Pública	7.365.658	5.770.135	27,7%
De Outros Emissores Públicos	12.883.527	12.989.626	-0,8%
De Outros Emissores	64.136.108	69.357.647	-7,5%
Títulos de Rendimento Variável	11.222.759	4.846.155	131,6%
Unidades de Participação em fundos de investim	11.222.759	4.846.155	131,6%
Total	98.990.293	96.336.357	2,8%

(Un

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

O Risco de Mercado é composto pelos riscos apresentados nos seguintes pontos.

4.1.1 Risco de variação de preços no mercado de capitais, Risco de taxa de juro e Risco imobiliário

Estes riscos resultam da instabilidade dos mercados financeiros, provocada por variações adversas nas taxas de juro, taxas de câmbio, no valor do imobiliário ou nos preços das ações.

Tendo em conta a natureza do negócio Não Vida, onde grande parte dos contratos são de

curto e médio prazo, o risco de *mismatching* assume especial importância neste período temporal. A VICTORIA assume uma posição de muito rigor procurando que os ativos afetos às responsabilidades estejam o mais próximo possível destas, mitigando desta forma, os riscos decorrentes de eventuais oscilações de mercado. Em dezembro de 2021, a taxa de cobertura ativo versus passivo era de 126,1% (2020: 127,7%).

(Un: Milhares de euros)

Carteira	Ativos	Provisões	Cobertura
Acidentes Trabalho	42.275,3	28.556,8	148,0%
Restantes ramos não vida	65.225,9	60.773,1	107,3%
Total Seguros Afectos	107.501,2	89.329,9	120,3%
Livres	5.120,5	n.a.	0,0%
TOTAL SEGUROS	112.621,7	89.329,9	126,1%

4.1.2 Risco de liquidez

A incerteza face ao momento de ocorrência e ao montante dos fluxos de saída de caixa relacionados com a atividade seguradora pode afetar a capacidade da empresa de seguros para fazer face às suas responsabilidades, podendo implicar custos adicionais na alienação de investimentos ou outros ativos.

A gestão deste risco assenta numa análise de curto prazo (15 meses) em termos de liquidez face aos cash-flows operacionais e simultaneamente na definição de uma política

de investimentos que contempla uma percentagem de ativos com elevado grau de liquidez.

A projeção dos cash-flows da carteira de investimentos indica que aproximadamente 15,7 milhões de euros de liquidez serão gerados em 2022.

Em 2021 verificou-se o retomar da atividade económica, apesar do abrandamento dos efeitos da pandemia, impulsionado pelos incentivos de política monetária e económica introduzidos um pouco por todo o mundo. Não

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

obstante, a gestão manteve o pendor prudente na estratégia de investimento. Neste contexto, a exposição a Dívida Pública manteve-se como um ativo importante: no final do exercício a exposição era de 10,7 milhões de euros (2020: 9,1 milhões de euros) que correspondem a 10,9% da carteira de ativos (2020: 9,5%). Cerca de 68% destes títulos correspondem a Dívida emitida por França e como tal com um nível de risco reduzido, sendo o restante uma posição de 3,4 em Obrigações do Tesouro nacionais. Face ao ano anterior a exposição a unidades de participação de fundos de investimento subiu

para 11,2 milhões de euros (2020: 4,8 milhões de euros), representando 11,3% da carteira de investimentos (2020: 5,0%). A exposição a unidades de participação é composta essencialmente por fundos de mercado monetário.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) tendo em consideração as diferentes maturidades dos ativos financeiros:

Maturidades	2021	%	2020	%
< 1 ano	14 419 756	13,5%	10 361 953	9,9%
1 a 2 anos	21 854 954	20,4%	15 270 373	14,6%
3 a 5 anos	34 830 727	32,5%	44 336 587	42,5%
6 a 10 anos	15 764 845	14,7%	20 600 869	19,7%
> 10 anos	8 943 052	8,4%	8 968 921	8,6%
sem maturidade	11 263 892	10,5%	4 876 349	4,7%
Total Geral	107 077 226	100,0%	104 415 052	100,0%

4.2 Risco de crédito

O risco de crédito está associado a uma possível alteração da situação creditícia dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes ou quaisquer devedores a que a Companhia se encontra exposta. A exposição ao risco de crédito advém, assim, das transações financeiras da Companhia com emitentes de valores mobiliários, devedores, mediadores, tomadores de seguros, cosseguradoras e resseguradoras.

4.2.1 Valores Mobiliários

O risco de crédito na VICTORIA é essencialmente relevante no que concerne às suas transações financeiras com emitentes de valores mobiliários, ou seja, à exposição dos ativos financeiros a obrigações e por outro lado às suas transações financeiras com resseguradoras. Em ambos os casos, a exposição aos riscos referidos é gerida tendo em conta a situação creditícia dos emitentes. A política seguida pela VICTORIA neste contexto

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

baseia-se em critérios de ratings de elevada qualidade.

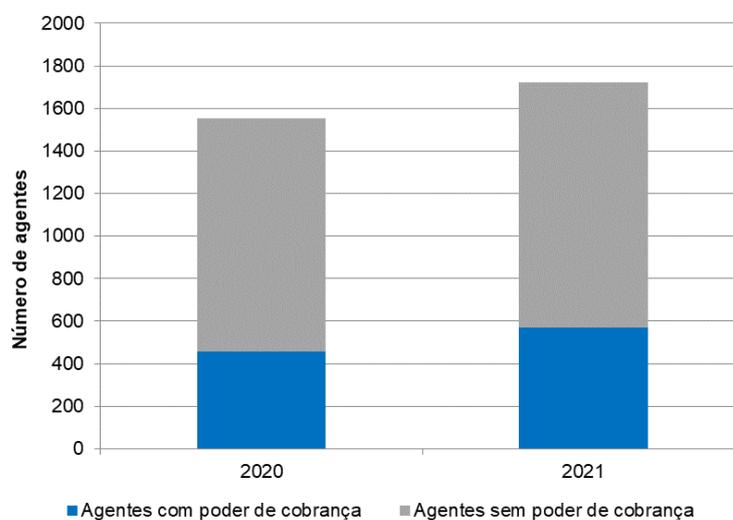
O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) de acordo com os ratings:

Rating Médio	2021	%	2020	%
AAA	8 790 299	8,2%	8 853 670	8,5%
AA	16 773 360	15,7%	16 050 394	15,4%
A	29 607 673	27,7%	27 984 311	26,8%
BBB	22 487 632	21,0%	29 803 810	28,5%
BB	2 463 706	2,3%	1 261 866	1,2%
B	0	0,0%	0	0,0%
NR	26 954 556	25,2%	20 461 001	19,6%
Total	107 077 226	100,0%	104 415 052	100,0%

Em 2021, o perfil de risco da carteira manteve-se bastante conservador o que se reflete numa elevada qualidade de crédito: cerca de 72,6% da carteira possui qualidade de *investment grade* (2020: 84,5%). A exposição à Dívida Pública dos países europeus periféricos era no final do exercício de 3,4% da carteira global (2020: 3,5%) e corresponde a obrigações emitidas por Portugal.

4.2.2 Mediadores

No âmbito do risco de crédito proveniente de mediadores, o mesmo mantém um acompanhamento continuo por parte da VICTORIA, apostando no rigor na seleção destes e na atribuição de poderes de cobrança. De assinalar que em 2021, o número de mediadores cresceu e representa 33% do total dos agentes.



Rácio do nº de mediadores com poder de cobrança

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Com uma periodicidade mensal, são também elaborados indicadores de risco em função da evolução dos saldos das contas correntes e rácios de endividamento.

O acompanhamento dos saldos consolidados, devedores e planos de pagamento como tentativa de recuperar a dívida são acompanhados pela Direção Financeira, a qual de forma a mitigar o impacto a nível de resultados constitui uma provisão, com os seguintes critérios:

- 100% do valor planos em incumprimento;
- 100% dos saldos devedores que entraram na área de Contencioso, para acionar a respetiva ação legal para recuperar o valor da dívida;
- 100% para o montante dos restantes saldos em dívida;

- Para os planos de pagamento em vigor a percentagem de provisionamento é determinada com base no risco de incumprimento e varia entre 45% e 90%.

Por outro lado, de forma a mitigar o risco, quando se regista um incumprimento na prestação de contas por parte dos mediadores é-lhes inibido o poder de cobrança.

4.2.3 Tomadores de Seguros

Relativamente ao risco de crédito inerente aos Tomadores de Seguro, este é acompanhado através da análise de indicadores de prémios pendentes e prémios brutos emitidos, apurados trimestralmente e calculados pela Direção Financeira:

(Un: Milhares de euros)

Indicadores de Cobrança	2020	2021	Var.
Total de Prémios Brutos Emitidos	84.885	88.882	3.997
Pendentes / PBEs	5,2%	5,6%	0,3%
Total de Prémios Pendentes com mais de 3 meses	1.412	2.320	907
Pendentes + 3 meses / Total de Pendentes	31,9%	47,0%	15,1%
Provisão para recibos por cobrar	1.689	1.693	4
Provisão recibos por cobrar / Total Pendentes	38,1%	34,3%	-3,8%

Comparando com o ano transato o total de prémios emitidos subiu quase 4 milhões de euros para 88,9 milhões de euros (2020: 84,8

milhões de euros), tendo o indicador de cobrança “Pendentes / PBEs” deteriorado ligeiramente de 5,2% para 5,6%. A antiguidade dos prémios por cobrar evolui de forma

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

ligeiramente negativa, tendo o total de prémios pendentes com antiguidade superior a 3 meses fechado o ano com um volume de 2.320 milhares de euros (2020: 11.412 milhares de euros). Globalmente o valor provisionado para prémios subiu para os 1,7 milhões de euros.

4.2.4 Resseguradoras

O acompanhamento do risco de crédito das resseguradoras é efetuado trimestralmente, tendo em conta a variação dos ratings, prémios cedidos e respetivos saldos.

Em 2021, manteve-se a preocupação de privilegiar relações com resseguradores financeiramente sólidos e a proceder a uma adequada dispersão dos riscos.

Medidas para mitigação do Risco de mercado

A mitigação do risco de investimento é efetuada através de uma correta política de investimentos. A utilização e análise de indicadores de alerta pré-definidos permite à VICTORIA antecipar possíveis situações de risco, e como tal, agir de forma rápida e eficiente no desenvolvimento e implementação de medidas de mitigação do risco detetado.

O indicador abaixo referido é monitorizado diariamente ao nível da Companhia.

- “Risk-based capital”: este indicador permite identificar se a estratégia de

alocação dos ativos implementada está de acordo com a solidez financeira da empresa. Desta forma, torna-se possível adequar atempadamente a estratégia de investimentos, em função do comportamento dos mercados financeiros, bem como, dos resultados técnicos do exercício em curso.

4.3 Risco de Concentração

O risco de concentração corresponde à exposição da Companhia a possíveis perdas originadas por uma elevada exposição a determinadas fontes de risco, nomeadamente categorias de ativos.

A Direção Financeira, em particular a área de Investimentos em conjunto com a entidade gestora do grupo analisa periódica e detalhadamente a estrutura a nível de carteira de ativos identificando e mitigando atempadamente este risco. Por outro lado, existe também um acompanhamento mensal da política de investimentos seguida vs. estrutura da carteira por parte do Comité de Investimentos e ALM.

Além deste acompanhamento, é também validado pela área de investimentos que as várias carteiras respeitam os limites legalmente estipulados pela ASF e no caso de desvios existe uma comunicação à entidade SMA Vie, a qual responde de imediato à resolução do mesmo.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

5. MARGEM DE SOLVÊNCIA

A 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor o novo regime de solvência (Solvência II), aprovado pela Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro.

Nesse contexto, foi publicada a Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, que transpõe para o Direito interno aquela Diretiva introduzindo alterações muito significativas ao regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora (RJASR), procedendo, igualmente, a algumas alterações, quer ao regime do contrato de seguro, quer ao regime dos fundos de pensões, entre outros.

No regime de Solvência II salienta-se a avaliação dos ativos e passivos de uma forma consistente e baseada em princípios económicos, o maior alinhamento das exigências regulamentares de capital com os riscos efetivamente assumidos pelas empresas de seguros e a promoção de uma cultura de gestão baseada nos riscos.

O regime de Solvência II tem uma estrutura de três pilares, em que cada um governa um aspeto diferente. A saber:

Pilar I

Compreende os requisitos quantitativos, nomeadamente no que se refere às provisões técnicas, aos investimentos e ao apuramento de dois níveis de requisitos de capital – o requisito de capital de solvência (SCR) e o requisito de capital mínimo (MCR).

O SCR é calculado tendo em conta os riscos aos quais a empresa de seguros se encontra exposta, designadamente os riscos de mercado, os riscos de contraparte, os riscos específicos e os riscos operacionais.

O MCR corresponde ao montante de fundos próprios que deve ser sempre preservado, sob pena de colocar em risco o cumprimento das responsabilidades da seguradora.

Pilar II

O segundo Pilar compreende os requisitos qualitativos, com enfoque na implementação de um sistema de governação robusto, o qual deve incluir mecanismos de gestão dos riscos, de controlo interno, as funções-chave (gestão de riscos, *compliance*, atuarial e auditoria interna) e o exercício de autoavaliação do risco e da solvência (ORSA).

No exercício ORSA, realizado com uma periodicidade mínima anual, a Companhia efetua uma análise prospetiva da suficiência do capital, tendo em conta o seu perfil de risco, o qual é apurado com base nos objetivos de negócio definidos a curto e médio prazo. Neste exercício são igualmente analisados os resultados obtidos em cenários de stress, o que permite avaliar a resiliência da Companhia face a cenários adversos.

Este Pilar é também composto pelas disposições relativas ao processo de supervisão baseado nos riscos.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Pilar III

O terceiro e último Pilar compreende a transparência e a disciplina de mercado, através dos requisitos de prestação pública de informação e de reporte às entidades de supervisão e ao público. De forma sumária, este Pilar visa assegurar que a informação a respeito da solvência e situação financeira das empresas de seguros é clara, objetiva e útil para assegurar a tomada de decisões informadas por parte dos consumidores.

Neste âmbito, a Companhia reportou à ASF, de forma extraordinária, a informação de

abertura de Solvência II referente a 1/1/2016.

Desde então, a Companhia tem efetuado o reporte trimestral e anual dos modelos quantitativos, bem como o reporte dos relatórios narrativos, de entre os quais o Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira - relatório anual, disponibilizado no segundo trimestre e certificado pelo Revisor Oficial de Contas e pelo Atuário Responsável.

Em linha com o exposto acima, considera-se pertinente apresentar o rácio de cobertura do SCR e o rácio de cobertura do MCR dos dois últimos exercícios:

(Un: Milhares de euros)

	2020	2021
SCR	18.645	18.763
Rácio de Cobertura SCR	252,7%	267,8%
MCR	5.419	5.514
Rácio de Cobertura MCR	869,5%	911,4%
Fundos Próprios Elegíveis SCR	47.116	50.248
Fundos Próprios Elegíveis MCR	47.116	50.248

6. RISCO OPERACIONAL

O risco operacional corresponde ao risco de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos.

Relativamente ao Sistema de Controlo Interno, em particular no âmbito do Risco Operacional, destacam-se em 2021 as seguintes atividades na gestão e mitigação deste risco:

- Manutenção do desenvolvimento da gestão do risco operacional e

respetivos controlos alinhados com a metodologia do Grupo;

- Atualização dos processos e da matriz de risco operacional;
- Avaliação dos riscos e dos controlos de acordo com o plano trienal definido em sede do Comité de Risco;
- Gestão do registo de incidentes/perdas, na ferramenta eFront, incluindo a avaliação dos riscos e controlos associados;

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

- Análise das anomalias reportadas relativas aos sistemas centrais;
- Acompanhamento e gestão de implementação de melhorias;
- Realização do Upgrade tecnológico da ferramenta eFront.
- Acompanhamento das iniciativas legislativas e colaboração para a implementação na VICTORIA dos diplomas publicados;
- Representação da VICTORIA nas comissões e grupos de trabalho criados na Associação Portuguesa de Seguradores (APS), prestando os seus contributos, nomeadamente, nas Consultas Públicas lançadas pela ASF;

7. RISCO DE CONFORMIDADE

No âmbito da conformidade pretende-se assegurar as condições necessárias à observância e cumprimento de todos os imperativos de natureza jurídico-legal com impacto no desenvolvimento da atividade. Esta função mantém-se integrada na área do Jurídico e visa mitigar o risco de perdas financeiras ou reputacionais em consequência do incumprimento da legislação em vigor.

Neste domínio, as principais atividades desenvolvidas em 2021 consubstanciam-se nos seguintes procedimentos:

- Verificação diária dos sítios institucionais;
- Divulgação aos Departamentos das informações e matérias específicas nos quais possam ter impacto e a toda a empresa, em matérias transversais, através de e-mail, sempre com o conhecimento da área de Gestão de Riscos;
- Divulgação das medidas restritivas, tendo em vista a sua publicação no Portal de Agentes, cumprindo assim as orientações da ASF;
- Monitorização e Controlo periódico do “Reporte Externo”;
- Controlo mensal do cumprimento e implementação de normas, leis ou regulamentos com impacto na atividade, bem como da jurisprudência mais relevante;
- Controlo mensal das atividades da Autoridade de Supervisão ou outras entidades públicas, relativamente a inspeções, informações, autos de contraordenação, questionários e quaisquer ações implementadas, bem como o respetivo acompanhamento e resposta por parte da VICTORIA;
- Participação no Comité de Risco Operacional, com periodicidade trimestral;
- Registo e controlo de incidentes de conformidade na aplicação de gestão de risco operacional (e-Front);
- Comunicação ao IMPIC do Responsável pelo Cumprimento Normativo;

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

- Reporte mensal à UIF/DCIAP das situações previstas na Portaria n.º 310/2018, de 4 de dezembro;
- Monitorização trimestral às apólices de risco elevado e a diligências simplificadas;
- Atualização periódica da Matriz de Avaliação de Risco de Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo, nomeadamente devido à alteração de jurisdições não cooperantes e outros fatores de risco quando se justificou;
- Acompanhamento do Projeto Informático para implementação do processo de avaliação de Risco PBC/FT nos sistemas operacionais da VICTORIA;

Articulação e reporte de informação para a organização de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo constituída no Grupo SMA.

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 1 – CAIXA E EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

O saldo apresentado nesta rubrica, tem a seguinte decomposição:

	2021	2020
CAIXA E EQUIVALENTES	7.316	5.759
DEPÓSITOS À ORDEM	1.648.303	1.423.903
	1.655.619	1.429.662

O valor existente em Caixa destina-se a fazer face a pequenas despesas administrativas efetuadas diretamente pelas Delegações. Os saldos credores existentes em Depósitos à Ordem, quando existem, encontram-se

refletidos em Outros Credores por Outras Operações. A existência destes saldos deve-se na sua generalidade, ao desfasamento no reconhecimento de algumas operações.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

NOTA 2 – TERRENOS E EDIFÍCIOS

De acordo com as políticas contabilísticas mencionadas no Ponto III, os terrenos e edifícios classificados como de uso próprio encontram-se valorizados através do modelo de revalorização. As taxas de depreciação são determinadas pelo número de anos de vida útil

atribuída a cada imóvel, em função das avaliações efetuadas. Os terrenos e edifícios classificados como de rendimento encontram-se valorizados através do modelo de justo valor.

Terrenos e Edifícios	Exercício última avaliação	Valor Aquisição	Valor de Avaliação	Varição Justo Valor	Vida útil
Av. Comb. Grande Guerra 71- Leiria	2021	357.333	179.800	(125.624)	75
Av. Bons Amigos, 67 A – Cacém	2021	268.008	215.000	(15.864)	70
Av. Brasil 6 – Oeiras	2021	166.737	185.000	23.500	70
Total		792.078	579.800	(117.988)	

O movimento verificado nesta rubrica é analisado como segue:

Terrenos e Edifícios Uso Próprio	Saldo Inicial		Aquisições / Transferências	Reavaliações	Alienações/ Transferências	Amortizações	Saldo final
	Valor Bruto	Amortizações					Valor Líquido
Terrenos	169.309			450	60.319		109.440
Edifícios	401.991			2.805	147.681	3.519	253.596
Total	571.300	-	-	3.255	208.000	3.519	363.036
Terrenos e Edifícios							
Terrenos			60.319	2.030			62.349
Edifícios			147.681	4.970			152.651
Total	-	-	208.000	7.000	-	-	215.000
Terrenos e Edifícios	571.300	-	208.000	10.255	208.000	3.519	578.036

Para determinação do justo valor dos imóveis, foram utilizadas avaliações efetuadas por entidades independentes e devidamente

credenciadas para o efeito. Anualmente são efetuados testes de imparidade.

NOTA 3 – INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

No início de dezembro de 2014, a VICTORIA – Seguros, S.A adquiriu uma quota representativa de 23% do capital social de 1.000 Euros da sociedade SELICOMI Portugal, Lda, entidade constituída igualmente em

dezembro, cuja atividade tem por objeto a compra e venda de bens imóveis, bem como a exploração e gestão, nomeadamente o arrendamento, dos mesmos.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Esta sociedade encontra-se valorizada, de acordo com as políticas contabilísticas descritas no ponto III, ao custo de aquisição líquido de imparidades.

O património imobiliário da sociedade, é constituído pelo imóvel sito no número 46 da

Rua Camilo Castelo Branco, Lisboa, adquirido pelo montante de Euros 14.904.239. De acordo com avaliação efetuada no fim do exercício, o valor do imóvel ascende a Euros 19.196.000 (2020: Euros 19.309.000).

NOTA 4 – ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

A carteira de ativos disponíveis para venda apresenta a seguinte composição:

	2021			2020		
	Custo de Aquisição amortizado	Reserva de justo valor	SaldoFinal	Custo de Aquisição amortizado	Reserva de justo valor	SaldoFinal
Instrumentos de capital e Unid Participação	10.921.884	341.778	11.263.662	4.659.312	186.843	4.846.155
Títulos de Dívida	82.565.757	1.848.821	84.414.578	85.537.525	2.609.155	88.146.680
Dívida Pública	6.828.155	550.842	7.378.997	5.354.155	429.859	5.784.014
De Outros Emissores Públicos	12.842.287	23.113	12.865.400	12.938.619	32.794	12.971.413
De Outros Emissores	62.532.245	1.274.866	63.807.111	66.806.949	2.146.502	68.953.451
Acréscimos de Juros	363.070		363.070	437.802		437.802
Total	93.487.641	2.190.599	95.678.240	90.196.837	2.795.998	92.992.835

Em 31 de dezembro de 2021, os ativos disponíveis para venda encontram-se valorizados ao justo valor de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por *providers*.

De acordo com o IFRS 7, os ativos financeiros detidos para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – Cotações (não ajustadas) em mercado ativo para ativos ou passivos idênticos

Nível 2 – Técnicas de avaliação para as quais os inputs de importância significativa para a mensuração do justo valor é direta ou indiretamente observável

Nível 3 – Técnicas de avaliação para as quais os inputs de importância significativa para a mensuração do justo valor não é observável

No decurso do ano, não se verificaram transferências entre os vários níveis.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Sector	2021					2020				
	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Bens Consumo, Cíclicas	9,0%	8.597.871	8.597.871			11,2%	10.370.173	10.370.173		
Bens Consumo, Não Cíclicas	13,7%	13.099.031	13.099.031			13,0%	12.063.760	12.063.760		
Industrial e Matérias Primas	5,2%	5.006.844	5.006.844			5,2%	4.798.191	4.798.191		
Utilities	3,3%	3.172.286	3.172.286			4,9%	4.593.410	4.593.410		
Energia	2,3%	2.229.671	2.229.671			2,9%	2.694.460	2.694.460		
Comunicações e Tecnologia	8,2%	7.858.261	7.858.261			10,1%	9.368.225	9.368.225		
Financeiro	34,5%	32.962.442	32.962.442			36,9%	34.323.098	34.323.098		
Serviços	0,0%	-	-			0,0%	-	-		
Dívida Soberana	12,0%	11.529.075	11.488.172	40.903		10,7%	9.935.363	9.935.363		
fundo Ações	1,0%	913.384		913.384		0,8%	698.754		698.754	
Fundo Obrigações	10,8%	10.309.375		10.309.375		4,5%	4.147.401		4.147.401	
Total Geral	100%	95.678.240	84.414.578	11.263.662	-	100%	92.992.835	88.146.680	4.846.155	-

NOTA 5 – EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER

A rubrica é analisada do seguinte modo:

	2021	2020
Outros Depósitos – Dep Prazo	-	-
Acréscimos de Juros	-	-
Empréstimos concedidos	7.961.970	7.964.620
Acréscimos de Juros	84.060	84.111
Outras Contas a receber	-	29.964
	8.046.030	8.078.695

O montante reconhecido em Empréstimos, respeita a suprimentos efetuados às seguintes sociedades:

SELICOMI Portugal, Lda,	2.959.610
VICTORIA – Seguros de Vida, S.A.	5.000.000
Outras Entidades	2.360

O empréstimo concedido à VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. tem a natureza de empréstimo subordinado, concedido com a finalidade de reforço dos fundos próprios elegíveis para efeitos de Solvência II.

NOTA 6 – INVESTIMENTOS A DETER ATÉ À MATURIDADE

A categoria de investimentos a deter até à maturidade, é composta do seguinte modo:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

	2021		2020	
	Justo Valor	Valor de Balanço	Justo Valor	Valor de Balanço
Títulos de Dívida	3.870.925	3.352.726	3.998.138	3.343.292
Dívida Pública	3.831.173	3.312.974	3.958.386	3.303.540
De Outros Emissores Públicos				
De Outros Emissores				
Acréscimos de Juros	39.752	39.752	39.752	39.752
Total	3.870.925	3.352.726	3.998.138	3.343.292

No decurso de 2021 não houve alterações nos ativos classificados nesta categoria. A variação positiva no justo valor deveu-se à evolução positiva registada pelas obrigações de Dívida Pública Nacionais que representam a totalidade deste investimento.

Por forma a assegurar os requisitos que possibilitam a classificação dos títulos nesta

categoria de investimentos, a VICTORIA efetuou testes de liquidez à restante carteira de ativos, tendo-se verificado que a companhia detém meios mais que suficientes para financiar os passivos estimados até ao final de 2024, pelo que não se estima qualquer necessidade de realização destes ativos.

NOTA 7 – AFETAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Os investimentos, encontram-se afetos da seguinte forma:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

2021	Seguros Acidentes de Trabalho	Outros Seguros	Não Afectos	TOTAL
Caixa e equivalentes	14.354	1.641.265		1.655.619
Terrenos e Edifícios		579.800		579.800
Investimentos em filiais, associadas e emp conju	230			230
Activos financeiros detidos para negociação				-
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por				-
Instrumentos de Capital e Unid Participação				-
Títulos de Dívida				-
Activos disponíveis para venda	35.872.983	59.764.354	40.903	95.678.240
Instrumentos de Capital e Unid Participação	1.358.171	9.864.588	40.903	11.263.662
Títulos de Dívida	34.514.812	49.899.766		84.414.578
Empréstimos concedidos e contas a receber	2.966.409	-	5.079.621	8.046.030
Depósitos a Prazo				-
Empréstimos concedidos	2.966.409		5.079.621	8.046.030
Outras Contas a receber			-	-
Investimentos a deter até à maturidade	3.352.726	-	-	3.352.726
Instrumentos de Capital e Unid Participação				-
Títulos de Dívida	3.352.726			3.352.726
TOTAL	42.206.702	61.985.419	5.120.524	109.312.645

Para o ano transato, a afetação era a seguinte:

2020	Seguros Acidentes de Trabalho	Outros Seguros	Não Afectos	TOTAL
Caixa e equivalentes	12 878	1 416 784		1 429 662
Terrenos e Edifícios		571 300		571 300
Investimentos em filiais, associadas e emp conjuntos	230			230
Activos financeiros detidos para negociação				-
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados				-
Instrumentos de Capital e Unid Participação				-
Títulos de Dívida				-
Activos disponíveis para venda	38 677 048	54 315 787	-	92 992 835
Instrumentos de Capital e Unid Participação	1 122 259	3 723 896		4 846 155
Títulos de Dívida	37 554 789	50 591 891		88 146 680
Empréstimos concedidos e contas a receber	2 966 461	-	5 112 234	8 078 695
Depósitos a Prazo				-
Empréstimos concedidos	2 966 461		5 082 270	8 048 731
Outras Contas a receber			29 964	29 964
Investimentos a deter até à maturidade	3 343 292	-	-	3 343 292
Instrumentos de Capital e Unid Participação				-
Títulos de Dívida	3 343 292			3 343 292
TOTAL	44 999 909	56 303 871	5 112 234	106 416 014

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

NOTA 8 – Outros ativos tangíveis e Inventários

Os outros ativos tangíveis são analisados como

segue:

OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Amortizações do exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
EQUIPAMENTO									
Equipamento administrativo	914.450	(857.410)	210		(17.740)		(8.767)	17.740	48.483
Máquinas e ferramentas	141.192	(128.996)	149				(2.130)		10.215
Equipamento informático	2.360.250	(1.870.225)	36.924		(2.558)		(150.984)	2.558	375.965
Instalações interiores	175.712	(175.068)			(1.233)		(455)	1.233	189
Outro Equipamento	1.346.356	(1.346.356)							-
Sub-Total	4.937.960	(4.378.055)	37.283	-	(21.531)	-	(162.336)	21.531	434.852
PATRIMÓNIO ARTÍSTICO	8.366								8.366
TOTAL	4.946.326	(4.378.055)	37.283	-	(21.531)	-	(162.336)	21.531	443.218

Os bens de Inventário correspondem a material de consumo administrativo e material de divulgação dos produtos comercializados.

NOTA 9 – ATIVOS SOB DIREITO DE USO

Da análise efetuada aos contratos existentes na Companhia, os ativos sob direito de uso estão classificados, da seguinte forma:

ATIVOS SOB DIREITO USO	Saldo Inicial	Entradas/Ajuste	Saídas/Ajuste	Amortizações	Saldo Final	Juros Suportados
Terrenos e Edifícios de uso próprio						
Contratos de arrendamento	758.429	-	(1.917)	(379.214)	377.298	(46.706)
Ativos tangíveis						
Viaturas	322.776	35.514	-	(124.146)	234.144	(24.541)
Total	1.081.205	35.514	(1.917)	(503.360)	611.442	(71.247)

A componente variável destes contratos totalizou 59.334 Euros (2020: 61.499 Euros), os

quais se encontram registados em resultados do ano.

NOTA 10 – OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

A análise é efetuada através do seguinte quadro:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Amortizações do exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
Despesas de Desenvolvimento	169.388	(169.388)							-
Despesas Aplicações Informáticas	23.859.005	(19.909.958)	34.770		1.459.665		(1.599.712)	20.951	3.864.721
Activos intangíveis em curso	2.083.280		1.122.947		(1.758.599)				1.447.628
Outros	1.068.396	(1.068.396)							-
TOTAL	27.180.069	(21.147.742)	1.157.717	-	(298.934)	-	(1.599.712)	20.951	5.312.349

NOTA 11 – OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo desta conta é analisado como se segue:

	2021	2020
Tomadores de Seguros	6.714.530	6.188.087
Mediadores de Seguros	3.687.671	3.573.453
Co-Seguradores	211.012	114.414
Outros Devedores	2.664.538	2.748.591
Imparidade	(4.801.426)	(4.775.709)
Sub-Total	8.476.325	7.848.836
Resseguradores e Ressegurados	113.049	191.663
Imparidade	(2.205)	(333)
Sub-Total	110.844	191.330
Outros Devedores	4.680.945	4.859.245
Imparidade	(63.007)	(63.007)
Sub-Total	4.617.938	4.796.238
TOTAL	13.205.107	12.836.404

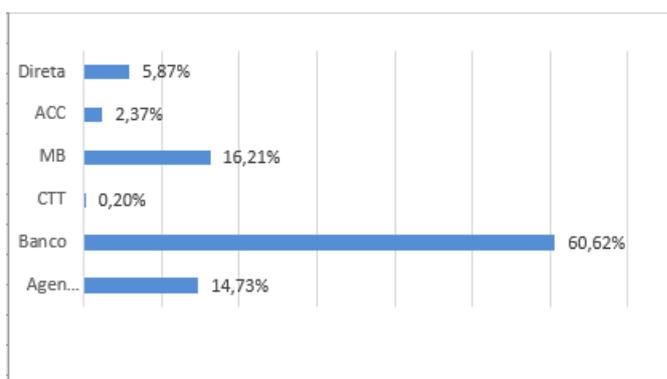
A companhia tem vindo a efetuar um desenvolvimento de ferramentas, nomeadamente através da sua página na internet, que possibilitam uma maior proximidade com o cliente e o mediador, bem como ao nível dos processos por forma a alcançar uma maior eficácia na cobrança de prémios, incentivando a utilização do canal bancário através dos protocolos de Débito Direto e SEPA.

Como consequência direta da pandemia COVID-19, relativo ao pagamento do prémio de

seguro e aos efeitos da diminuição do risco nos contratos de seguro decorrente do facto de existirem setores da atividade económica suspensos ou com reduções significativas, e por aplicação da Norma Regulamentar n.º8/2020-R, verificou-se um prolongamento no prazo de pagamento e/ou anulação dos contratos, o que originou um aumento da rubrica Tomadores de Seguros.

A distribuição da cobrança pelos diferentes canais, foi a seguinte:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019



Em Operações de Seguro Direto, o risco de não cobrança de prémios dos Tomadores de seguros, está corrigido pelo ajustamento apurado no montante de Euros 1.693.214 (2020: Euros 1.689.077). Em cumprimento da Norma N.º16/2006-R, o coeficiente aplicado (Prémios de Contratos Anulados por falta de pagamento / Prémios Brutos Emitidos - por Ramo) traduz a realidade de 2021, uma vez que nos testes efetuados não se verificaram diferenças significativas em relação aos anos anteriores. Relativamente à rubrica de Mediadores, para além dos saldos de conta corrente, encontram-se também reconhecidos

os montantes relativos a acordos de pagamento, sobre os quais foi registado um ajustamento no montante de Euros 2.785.998 (2020: Euros 2.834.962).

Os montantes de Outros Devedores respeita a processos de sinistros de concomitantes no montante de Euros 2.664.538 (2020: Euros 2.748.591) que ainda se encontram pendentes de regularização.

Em Outras Operações encontram-se registados, entre outros, os saldos entre as empresas do grupo conforme demonstrado na Nota 18.

NOTA 12 – ATIVOS E PASSIVOS POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO E OUTROS BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO

Esta rubrica destina-se a reconhecer as responsabilidades da companhia em matéria de obrigações com benefícios dos empregados.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos, deixando

estes colaboradores de estarem abrangidos por um plano de benefício definido para passarem a ter um plano de contribuição definida – Plano Individual de Reforma. Relativamente à alteração do plano e atendendo a que o valor das responsabilidades pelos serviços passados, relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

no ativo, se encontrava integralmente financiado, foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma. No decurso de 2012, e após comunicação da alteração do plano ao ISP, foi liquidada a responsabilidade, tendo sido apurado os valores devidos e efetuada a comunicação aos colaboradores. No decurso da alteração do plano, foi decidido que o excesso de financiamento deveria permanecer no benefício definido.

Em 2015, por acórdão do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) foi considerado não caducado o anterior CCT para a Atividade Seguradora, denominado como CCT 95. Desta decisão resulta, a aplicação do anterior CCT para os colaboradores sindicalizados no SINAPSA.

	2021	2020
Benefícios de pós emprego	1.079.351	1.048.139
Outros Benefícios de longo prazo	(333.357)	(338.389)
	745.994	709.750

O impacto no resultado do exercício do reconhecimento destas responsabilidades é analisado na Nota 30.

As **Obrigações com benefícios dos empregados** estão constituídas através dos Planos abaixo descritos.

Plano de Contribuição Definida

Com a alteração do CCT, o plano de contribuição definida existente, foi objeto de

Deste modo, a VICTORIA suspendeu a partir de agosto de 2015 inclusive, e para este universo de colaboradores, as contribuições para o plano de contribuição definida, não tendo ainda procedido a qualquer eventual recálculo das responsabilidades para o plano de benefício definido. Nesta situação encontra-se apenas 1 colaborador.

A VICTORIA encontra-se a aguardar parecer da ASF relativamente ao procedimento a adotar.

Adicionalmente, e entre os outros benefícios de longo prazo, a Companhia atribui prémios de antiguidade aos 15, 25 e 40 anos – Jubileus.

O saldo da conta apresenta-se da seguinte forma:

revisão tendo em vista a uniformização de benefícios e procedimentos.

Desta forma, o plano de contribuição definida passou a integrar as anteriores modalidades, em que:

- Para os colaboradores no ativo admitidos na atividade seguradora após 22 de junho de 1995 e participantes do Fundo de Pensões em vigor até 31.03.2012, o valor constituído na sua

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

conta individual foi afeto ao respetivo plano individual de reforma.

- Para os colaboradores dos Associados na situação de ativos, admitidos na atividade seguradora até 22 de junho de 1995, o valor das responsabilidades por serviços passados financiado pelo Plano de Benefício Definido, foi convertido para um Plano Individual de Reforma, à data de 31.12.2011 de acordo com

o método e pressupostos utilizados na avaliação atuarial de 28 de fevereiro de 2012 e aditamento de 08 de junho de 2012.

O plano de contribuição definida abrange participantes e ex-participantes.

Os ativos/ (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos últimos exercícios, são como segue:

	2021	2020	2019	2018
	Pensões	Pensões	Pensões	Pensões
Responsabilidade por benefícios	1.083.226	992.987	899.563	775.361
Justo valor dos activos do fundo	1.083.226	992.987	899.563	775.361
Activos/(Responsabilidades) líquidas em balanço	-	-	-	-

A variação dos ativos do plano contribuição definida em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é analisada como se segue:

	2021	2020
Ativos do Plano a 01 de janeiro	992.987	899.563
Contribuições do empregador	104.068	98.776
Rendimentos e Ganhos financeiros	26.153	23.392
Benefícios pagos	(24.866)	(17.909)
Perdas financeiras	(10.141)	(6.343)
Outras receitas/encargos	(4.975)	(4.492)
Ativos do Plano a 31 de dezembro	1.083.226	992.987

A taxa de rendimento líquida de encargo de gestão obtida em 2021 foi de 1,2% (1,3% em 2020).

As contribuições do empregador seguem o estipulado no CCT e são efetuadas mensalmente.

Plano de Benefício Definido

Com a alteração do CCT, o plano de benefício definido passou a garantir:

-pagamento de pensões a todos os beneficiários que, á data da alteração do plano, se encontravam a receber uma pensão paga pelo fundo;

-atualização de pensões atribuídas a colaboradores que passaram à situação de reforma por velhice ou invalidez no âmbito do plano de benefício definido anterior.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

	Número	Pensão anual	Pensão média anual	Idade média
Beneficiários	6	8.788€	1.465 €	74

Entre os outros benefícios de longo prazo, a Companhia reconhece para a generalidade dos colaboradores, a responsabilidade com os prémios de permanência em conformidade com o estabelecido pelo CCT, bem como os

benefícios de índole particular como são a atribuição de prémios de antiguidade.

Os ativos/(responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2021 e 2020, são como segue:

	2021			2020		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Responsabilidade por benefícios	145.012	350.667	495.679	163.177	358.806	521.983
Justo valor dos activos do fundo	1.241.673		1.241.673	1.231.733		1.231.733
Activos/(Responsabilidades) líquidas	1.096.661	(350.667)	745.994	1.068.556	(358.806)	709.750

O valor presente da obrigação de benefícios definidos é o seguinte:

	2021			2020		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Valor actual da responsabilidade em 01 de Janeiro	163.177	358.806	521.983	167.320	342.485	509.805
Custo do serviço corrente		11.221	11.221		11.263	11.263
Custo de juros	646	605	1.251	1.653	2.141	3.794
(Ganhos) e perdas actuariais	(10.023)	(19.965)	(29.988)	2.993	2.917	5.910
Benefícios passados não reconhecidos			-			-
Redução de benefícios por via de saídas antecipadas			-			-
Benefícios pagos	(8.788)		(8.788)	(8.789)		(8.789)
Alteração do Plano-CCT	-		-	-		-
Valor actual da responsabilidade em 31 de Dezembro	145.012	350.667	495.679	163.177	358.806	521.983

Adicionalmente, a VICTORIA transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro de vida, a prémio único, junto da VICTORIA – Seguros de Vida, SA, MetLife

(anteriormente ALICO) e GNB Seguros de Vida (anteriormente BES-Vida).

A variação do Fundo de Pensões em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é analisada como se segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

	2021	2020
	Fundo	Fundo
Activos do plano em 01 de Janeiro	1.231.733	1.218.460
Retorno esperado dos activos	- 4.188	11.210
Ganhos e (perdas) actuariais	22.916	10.852
Contribuições do empregador		
Benefícios pagos	- 8.788	- 8.789
Alteração do Plano-CCT		
Activos do plano em 31 de Dezembro	1.241.673	1.231.733

A taxa de rendimento líquida de encargo de gestão obtida em 2021 foi de 1,6% (1,1% em 2020).

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, são como segue:

	2021			2020		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Custo do serviço corrente		11.221	11.221		11.263	11.263
Custo de juros	646	605	1.251	1.653	2.141	3.794
Retorno esperado dos activos	4.188		4.188	(11.210)		(11.210)
Benefícios passados não reconhecidos			-			-
Redução de benefícios por via de saídas antecipadas			-			-
Ganhos e perdas actuariais		(16.777)	(16.777)		4.104	4.104
Total do custo do ano	4.834	(4.951)	(117)	(9.557)	17.508	7.951

O justo valor dos ativos que constituem o plano 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

	2021		2020	
Fundos de Investimento Imobiliários	0,00%	-	0,00%	-
Fundos de Investimento em Acções	10,80%	134.132	8,55%	105.321
Fundos de Investimento em Obrigações	67,08%	832.874	66,66%	821.036
Obrigações de Taxa Variável	4,45%	55.194	4,50%	55.456
Obrigações de Taxa Fixa	14,94%	185.517	15,44%	190.236
Mercado Monetário	2,73%	33.956	4,85%	59.684
Total	100,00%	1.241.673	100,00%	1.231.733

O retorno real dos ativos foi de Euros 18.728.

Os ganhos e perdas actuariais em 2021 e 2020 reconhecidos em Reservas, são analisadas como segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

	2021			2020		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Desvios actuariais reconhecidos em reservas em 01 de Janeiro	81.767	27.866	109.633	73.908	26.679	100.587
Ganhos e (perdas) actuariais das responsabilidades	10.023	3.187	13.210	(2.993)	1.187	(1.806)
Ganhos e (perdas) actuariais do fundo	22.916		22.916	10.852		10.852
Redução por alteração do Plano-CCT	-		-	-		-
Desvios actuariais reconhecidos em reservas em 31 de Dezembro	114.706	31.053	145.759	81.767	27.866	109.633

Adicionalmente conforme referido acima, os desvios associados a benefícios de longo prazo foram reconhecidos por contrapartida de resultados, de acordo com o IAS 19.

A redução por alteração do CCT diz respeito à reclassificação dos desvios reconhecidos em

reservas por contrapartida de resultados transitados.

Para efeitos da determinação do valor atual das responsabilidades foram utilizados os seguintes pressupostos e hipóteses de cálculo:

	2020	2019
Tábuas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Número de pagamentos das pensões por ano	14	14
Taxa de desconto anual	0,396%	0,98%
Taxa anual de crescimento das pensões	1%	1%

A duração das responsabilidades com pensões em pagamento é de 11 anos.

O regime de atualização das pensões rege-se pelo disposto na Cláusula 52ª do CCT.

A evolução das responsabilidades e dos ativos do plano nos últimos 5 anos é analisada como segue:

	2021	2020	2019	2018	2017
Responsabilidade por benefícios	495.679	521.983	509.805	473.060	495.221
Justo valor dos activos do fundo	1.241.673	1.231.733	1.218.460	1.160.088	1.188.536
Activos/(Responsabilidades) líquidas em balanço	745.994	709.750	708.655	687.028	693.315

NOTA 13 – ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

A rubrica de Ativos e Passivos por impostos é composta por impostos e taxas correntes, que corresponde ao valor a pagar ou recuperar de impostos, e por imposto diferido, que corresponde ao valor do imposto sobre o rendimento a pagar em períodos futuros

proveniente de diferenças temporárias tributáveis.

O montante dos impostos diferidos é o seguinte:

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Investimentos Financeiros	19.602	5.738	(512.487)	(619.675)	(492.885)	(613.937)
Benefícios a empregados	75.005	76.138			75.005	76.138
Provisões	709.515	744.796			709.515	744.796
Imóveis	69.655	70.414	(19.008)	(17.460)	50.647	52.954
Outros Passivos	59.497	96.474			59.497	96.474
Prejuízos Fiscais					-	-
Impostos Diferidos Activos / (passivos)	933.274	993.560	(531.495)	(637.135)	401.779	356.425

O movimento do imposto diferido foi reconhecido como segue:

	2021			2020		
	Reconhecido resultados	Reconhecido nas reservas	Total	Reconhecido resultados	Reconhecido nas reservas	Total
Investimentos Financeiros	-	121.052	121.052	-	(122.348)	(122.348)
Benefícios a empregados	(1.133)		(1.133)	3.892		3.892
Provisões	(35.281)		(35.281)	79.762		79.762
Imóveis	(16.142)	13.835	(2.307)	40.908	(7.611)	33.297
Outros Passivos	(36.977)		(36.977)	11.652		11.652
Prejuízos Fiscais	-		-	-		-
Impostos Diferidos Activos / (passivos)	(89.533)	134.887	45.354	136.214	(129.959)	6.255

A constituição IDA por prejuízos fiscais é prudencial, e para a avaliação e reconhecimento de IDA, a VICTORIA tem em consideração o facto de aplicar o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, uma vez que integra o perímetro

fiscal da empresa mãe, VICTORIA Internacional de Portugal - SGPS, SA.

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2021 e 2020 é analisado como segue:

	2021	2020
Imposto Corrente	(880.495)	(759.556)
Imposto Diferido	(89.533)	136.214
Imposto Exercício	(970.028)	(623.342)

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

O imposto sobre o rendimento reportado nas reservas é analisado como segue:

	2021	2020	Varição
Imposto Corrente	-	-	-
Investimentos Financeiro			-
Imóveis			-
Imposto Diferido	(498.172)	(633.059)	134.887
Investimentos Financeiro	(492.885)	(613.937)	121.052
Imóveis	(5.287)	(19.122)	13.835
Total imposto reconhecido reservas	(498.172)	(633.059)	134.887

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

	2021	2020
RESULTADO ANTES IMPOSTO	3.278.401	2.291.602
Taxa Imposto	23%	23%
Imposto Calculado com base taxa imp	(737.640)	(515.610)
Recuperação IDA	-	-
Outros proveitos e custos excluídos tributação	(63.555)	(3.406)
Benefícios fiscais e Rendimento Art.º46 e 51	(15.486)	(17.778)
Imposto Autonomo (Trib. Autonomia+Derrama)	(153.347)	(86.548)
Imposto do Exercício (Corrente+Diferido)	(970.028)	(623.342)

NOTA 14 – PROVISÕES TÉCNICAS

As provisões técnicas à data de 31 de dezembro de 2021 e 2020 são analisadas como segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Rubricas	Montante calculado	Custos de aquisição diferidos	Valor do balanço 2021	Valor do balanço 2020
Provisões técnicas de seguro directo	91.799.920	2.469.996	89.329.924	86.006.555
Provisão para prémios não adquiridos	20.984.099	2.469.996	18.514.103	17.836.914
Provisão para sinistros	64.768.353		64.768.353	60.967.187
Provisão participação resultados	73.382		73.382	129.369
Provisão para desvios de sinistralidade	5.963.758		5.963.758	5.772.371
Outras provisões técnicas	10.328		10.328	1.300.714
Provisões técnicas de resseguro cedido	24.985.711	-	24.985.711	20.849.056
Provisão para prémios não adquiridos	7.777.698	-	7.777.698	7.047.436
Provisão para sinistros	17.208.013		17.208.013	13.801.620

O montante de custos de aquisição diferidos respeita a comissões de mediação, não sendo efetuado qualquer diferimento dos custos por natureza imputados.

Provisão para Sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos, à data do balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de 2.027.156 Euros (2020: 2.036.172 Euros) relativa a sinistros ocorridos antes de 31 de dezembro de 2021 e ainda não reportados (IBNR).

Adicionalmente, a provisão para sinistros inclui uma estimativa para encargos futuros de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados e não declarados. No decorrer de 2021, efetuou-se um estudo atuarial, tendo-se apurado o montante de 1.292.471 Euros (2020: 1.284.472 Euros).

O desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus ajustamentos (correções) é analisado como segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/N-1	Custos com sinistros * - Anteriores pagos no exercício	Provisão para sinistros em 31/12/N	Reajustamentos
	(1)	(2)	(3)	(3)+(2)-(1)
VIDA				-
NÃO VIDA				-
ACIDENTES E DOENÇA	35.094.715	7.129.516	27.606.740	(358.459)
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	4.686.251	2.411.822	2.359.950	85.521
AUTOMÓVEL				
-RESPONSABILIDADE CIVIL	13.847.884	5.246.525	10.965.117	2.363.758
-OUTRAS COBERTURAS	909.742	477.447	241.233	(191.062)
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	3.417.965	2.364.101	1.340.895	287.031
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	2.832.771	453.518	2.516.136	136.883
CRÉDITO E CAUÇÃO	177.858	-	170.796	(7.062)
PROTECÇÃO JURÍDICA				-
ASSISTÊNCIA				-
DIVERSOS	-	-	-	-
TOTAL	60.967.186	18.082.929	45.200.867	2.316.610
TOTAL GERAL	60.967.186	18.082.929	45.200.867	2.316.610

*Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

O valor dos reajustamentos efetuados no exercício de 2021, relativos a exercícios anteriores, apresentado na nota acima, é explicado pela análise de todos os processos de sinistros em aberto através da conferência dos valores registados e do ano a que se reportam.

Relativamente à provisão para sinistros de Acidentes de Trabalho está incluído o montante de 20.602.373 Euros (Euros 2020: 20.153.825 Euros) referente à provisão matemática para Acidentes de Trabalho.

Os pressupostos atuariais utilizados são analisados, como segue:

- Acidentes de Trabalho – Provisão para Assistência Vitalícia

Esta provisão é apurada numa ótica de Vida, com base numa renda com as seguintes bases técnicas:

- Tabela de mortalidade TV88/90;
- Encargos de Gestão 2%;
- Taxa técnica de 0%;
- Custo médio de 1.231€.

- Acidentes de Trabalho – Provisões Matemáticas

Esta provisão é apurada numa ótica de Vida, segundo as seguintes bases técnicas:

	Tabelas de Mortalidade	Encargos de Gestão da Renda	Taxa Técnica de Juro
Remidas	TD 88/90	0,00%	5,25%
Não Remidas	TV 88/90	2,00%	2,65%

Provisão para Participação nos Resultados

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

A Companhia possui planos de participação nos resultados na modalidade de Doença. Estes planos são muito variados e não têm um esquema único. Em comum, preveem a possibilidade de devolver uma percentagem, definida contratualmente, dos resultados técnicos dos contratos, como atribuição Participação nos Resultados.

IOtras Provisões Técnicas - Provisões para riscos em Curso

Decorreram praticamente dois anos após o início da pandemia Covid-19. Contudo,

atendendo à evolução favorável registada, decorrente do bem-sucedido combate à mesma, no exercício de 2021, já não foram aplicadas as recomendações emanadas em 2020 pela ASF como medidas prudenciais. Referência feita à publicação do DL 20-F/2020 de 12 de maio, considerando-se assim que a atividade seguradora retomou o curso normal.

Desta forma, para o calculo desta provisão, no apuramento dos prémios tipo 'II' não foram deduzidos os prémios que estatisticamente correspondam a contratos que não serão renovados por falta de pagamento do prémio.

NOTA 15 – OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo desta conta é analisado como segue:

	2021	2020
Tomadores de Seguros	4.431.818	3.837.119
Mediadores de Seguros	1.096.098	913.510
Co-Seguradores	134.376	147.739
Sub-total	5.662.292	4.898.368
Resseguradores	2.349.466	2.787.034
Outros Credores	1.393.025	1.539.715
TOTAL	9.404.783	9.225.117

Em Outras Operações, encontram-se registados os montantes de saldos credores

das contas de Depósitos à Ordem, quando existem, conforme mencionado na Nota 1.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

NOTA 16 – PASSIVOS DE LOCAÇÃO

Os passivos resultantes dos ativos sob direito de uso, são os seguintes:

PASSIVOS DE LOCAÇÃO	2021	2020
Terrenos e Edifícios	424.956	820.450
Ativos tangíveis	242.433	328.738
Total	667.389	1.149.188

Os compromissos assumidos na componente variável destes contratos, não incluídos na mensuração do passivo de locação, totaliza

Euros 114.137 e tem a seguinte distribuição temporal:

2022	2023	2024	2025
52.377	48.358	12.315	1.088

NOTA 17 – ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

A rubrica destina-se ao reconhecimento, no exercício a que respeitam, de gastos e rendimentos, pelo que é analisada da seguinte forma:

Acréscimos e diferimentos no Ativo

	2021	2020
Rendas e alugueres	40.578	40.561
Outros acréscimos e diferimentos	206.048	345.330
Total	246.626	385.891

- Acréscimos e diferimentos no Passivo

	2021	2020
Férias e subsídio de férias	924.839	1.088.752
Outros encargos com pessoal	228.898	247.191
Incentivos comerciais	1.150.393	1.084.890
Outros acréscimos e diferimentos	1.408.796	1.414.603
Total	3.712.926	3.835.436

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

NOTA 18 – CAPITAL PRÓPRIO

I. Capital

A VICTORIA - Seguros, S.A., no seguimento da deliberação na Assembleia Geral Extraordinária de 21 de dezembro de 2012, procedeu ao aumento de capital da sociedade de Euros 17.850.000 através da emissão de 3.400.000 novas ações subscritas integralmente pela acionista VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A., com o valor unitário de Euros 5, perfazendo um total de Euros 17.000.000, com um ágio da emissão total de Euros 14.008.000.

II. Reservas de Reavaliação

Na sequência desta operação a VICTORIA-Seguros, S.A. passou a ter um capital social de Euros 34.850.000, representado por 6.970.000 ações, de valor nominal de Euros 5 cada.

No que respeita à Reserva de Reavaliação, a movimentação é analisada como segue:

- Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros

	Saldo inicial	Valorizações / Desvalorizações	Diminuições por Venda	Saldo final
De Justo Valor de Activos Financeiros	2 795 998	(521 584)	(83 815)	2 190 599
Instrumentos de capital e Unid Participação	186 843	200 555	(45 620)	341 778
Títulos de Dívida	2 609 155	(722 139)	(38 195)	1 848 821
Dívida Pública	429 859	120 983	-	550 842
De Outros Emissores Públicos	32 794	(9 681)	-	23 113
De Outros Emissores	2 146 502	(833 441)	(38 195)	1 274 866
Terrenos e Edifícios	17 600	5 900	-	23 500
Total	2 813 598	(515 684)	(83 815)	2 214 099

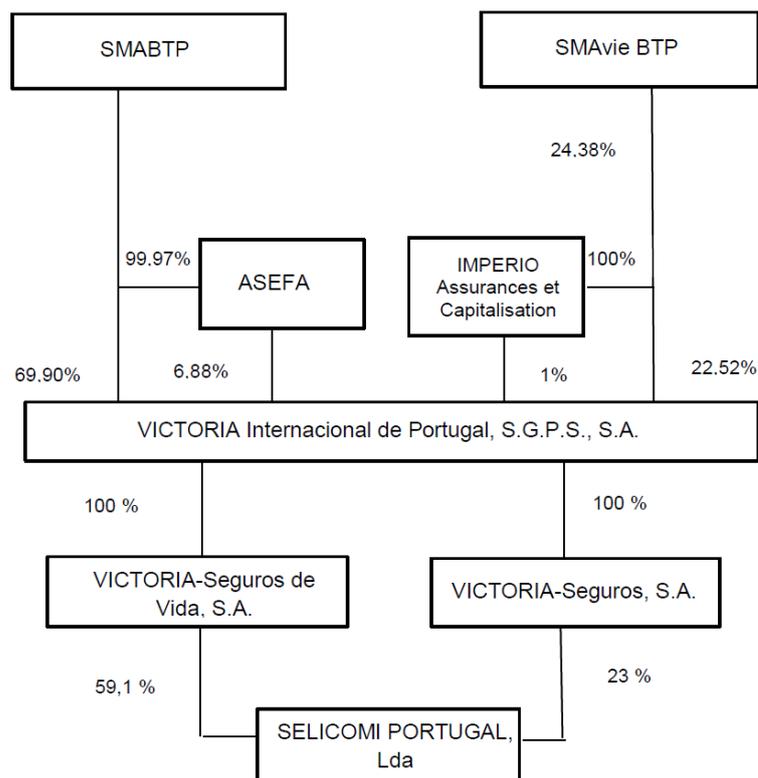
NOTA 19 – RESERVA LEGAL E OUTRAS RESERVAS

De acordo com a Legislação Portuguesa, a VICTORIA-Seguros, S.A. tem de constituir uma reserva legal de pelo menos 10% sobre o resultado líquido anual, até à concorrência do Capital Social.

Em Outras Reservas encontram-se registados prémios de emissão no montante de Euros 33.012.365.

NOTA 20 – TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

No decurso de 2021, as entidades relacionadas da Companhia podem ser analisadas como se segue:



A análise das transações com entidades relacionadas, é analisada como segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

GANHOS E PERDAS	VICTORIA Internacional de Portugal, SGPS, SA	VICTORIA - Seguros de Vida, SA	Selicomi	SMABTP	ASEFA	SMAVie BTP	Investimo
Prémios Adquiridos de Resseguro Aceite							
Prémios Adquiridos de Resseguro Cedido				(34.447.828)	(3.395)		
Rendimentos de investimento		200.000	164.949				
Total dos Proveitos	-	200.000	164.949	(34.447.828)	(3.395)		
Custos e gastos de exploração - comissões Resseguradores				(13.733.220)	(19)		
Custos com sinistros - parte dos resseguradores				(19.102.041)	18.148		
Outros Gastos Gerais e Administrativos	314.787				8.593	70.132	10.000
Total dos Custos	314.787	-		(32.835.261)	26.722	70.132	10.000
Líquido Proveitos/ (Custos) 2021	(314.787)	200.000	164.949	(1.612.567)	(30.117)	(70.132)	(10.000)
Líquido Proveitos/ (Custos) 2020	(307.227)	77.260	178.023	(2.836.752)	(26.319)	(94.179)	(10.000)

BALANÇO	VICTORIA Internacional de Portugal, SGPS, SA	VICTORIA - Seguros de Vida, SA	Selicomi	SMABTP	ASEFA	SMAVie BTP	Investimo
Ativo							
Empréstimos e contas a receber		5.000.000	2.959.610				
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido							
Outros Devedores por operações de seguro							
Outros Devedores por outras operações	2.423.188	1.697.725					
Total do Ativo	2.423.188	6.697.725	2.959.610	-	-	-	-
Passivo							
Depósitos recebidos de resseguradores				580.858			
Outros Credores por operações de seguro				735.592	65		
Outros Credores por outras operações					-		
Total do Passivo	-	-	-	1.316.450	65	-	-
Líquido Ativo / (Passivo) 2021	2.423.188	6.697.725	2.959.610	(1.316.450)	(65)	-	-
Líquido Ativo / (Passivo) 2020	2.386.177	6.481.252	2.959.610	(2.494.984)	20.889	-	-

As transações efetuadas com as entidades VICTORIA Internacional de Portugal, SGPS, S.A e VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. revestem a natureza meramente administrativa.

As transações efetuadas com a SMABTP e ASEFA respeitam exclusivamente a operações de resseguro.

No que se refere às entidades SMAVie e Investimo, desenvolvem a atividade de *front office* da atividade de investimentos de ativos financeiros de acordo com mandatos de gestão específicos por carteira de investimentos.

NOTA 21 – ELEMENTOS EXTRA PATRIMONIAIS

Compromissos por garantias prestadas

As garantias prestadas à data de 31 de dezembro de 2021 e 2020, são analisadas como segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Natureza da Garantia	2021	2020
Avaes, fianças e outras garantias de crédito		
Hospital S. José	-	1.903
APCC	14.589	14.589
Total	14.589	16.492

VI – NOTAS AO GANHOS E PERDAS**NOTA 22 – PRÉMIOS DE CONTRATOS DE SEGURO**

Relativamente aos contratos de seguros dos Ramos Não Vida a informação de prémios, sinistros e custos de exploração, correspondente aos anos de 2021 e 2020 pode ser analisada do seguinte modo:

2021	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos de exploração brutos*	Saldo de resseguro
SEGURO DIRECTO					
ACIDENTES E DOENÇA	46.747.320	46.508.816	32.585.794	12.461.550	(399.344)
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	17.662.064	16.963.254	8.046.728	5.146.717	(3.499.593)
AUTOMÓVEL					
- RESPONSABILIDADE CIVIL	9.618.137	9.833.539	9.016.484	2.209.746	221.990
- OUTRAS COBERTURAS	3.633.714	3.644.385	2.098.110	812.644	(138.356)
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	8.107.890	8.077.687	4.673.536	3.184.110	340.971
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	3.047.951	2.971.540	821.750	1.079.370	(634.897)
CRÉDITO E CAUÇÃO	58.288	59.483	(5.162)	15.207	(29.323)
PROTECÇÃO JURÍDICA					
ASSISTÊNCIA					
DIVERSOS	6.422	6.093	-	3.371	(2.974)
TOTAL	88.881.786	88.064.797	57.237.240	24.912.715	(4.141.526)
RESSEGURO ACEITE	-	32.271	-	4.840	(31.520)
TOTAL GERAL	88.881.786	88.097.068	57.237.240	24.917.555	(4.173.046)

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

2020	Prêmios brutos emitidos	Prêmios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos de exploração brutos*	Saldo de resseguro
SEGURO DIRECTO					
ACIDENTES E DOENÇA	44.694.941	44.559.536	28.616.212	11.656.518	(3.007.965)
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	16.308.695	16.057.929	7.489.536	4.974.459	(3.785.565)
AUTOMÓVEL					
- RESPONSABILIDADE CIVIL	9.935.896	9.514.808	6.742.107	2.167.940	(394.025)
- OUTRAS COBERTURAS	3.684.360	3.577.358	2.012.089	815.581	(91.396)
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	7.361.181	7.090.770	3.913.964	3.059.686	62.182
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	2.804.793	2.796.025	1.164.146	997.004	(500.250)
CRÉDITO E CAUÇÃO	56.889	58.618	36.580	12.449	(21.207)
PROTECÇÃO JURÍDICA					
ASSISTÊNCIA					
DIVERSOS	6.221	6.366	-	3.470	(3.913)
TOTAL	84.852.976	83.661.410	49.974.634	23.687.107	(7.742.139)
RESSEGURO ACEITE	31.575	18.601	-	(1.946)	(6.936)
TOTAL GERAL	84.884.551	83.680.011	49.974.634	23.685.161	(7.749.075)

NOTA 23 – COMISSÕES RECEBIDAS DE CONTRATOS DE SEGURO CONSIDERADOS PARA EFEITOS CONTABILÍSTICOS COMO CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Desde finais de 2011, não existem contratos considerados para efeitos contabilísticos como que cumpram com a definição de contratos contratos de prestação de serviços.

NOTA 24 – CUSTOS COM SINISTROS

Os custos com sinistros relativos aos anos findos em 2021 e 2020, são analisados como segue:

2021	Montantes pagos		Variação da provisão para sinistros	Custos com sinistros
	Prestações	Custos de gestão de sinistros imputados		
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)
SEGURO DIRECTO				
ACIDENTES E DOENÇA	29.793.805	595.207	2.196.782	32.585.794
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	5.965.585	958.966	1.122.177	8.046.728
AUTOMÓVEL				
- RESPONSABILIDADE CIVIL	7.522.034	925.129	569.321	9.016.484
- OUTRAS COBERTURAS	1.982.517	190.891	(75.298)	2.098.110
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	4.424.755	446.776	(197.995)	4.673.536
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	440.367	104.086	277.297	821.750
CRÉDITO E CAUÇÃO	-	1.900	(7.062)	(5.162)
PROTECÇÃO JURÍDICA				-
ASSISTÊNCIA				-
DIVERSOS	-	-	-	-
TOTAL	50.129.063	3.222.955	3.885.222	57.237.240
RESSEGURO ACEITE	-	-	-	-
TOTAL GERAL	50.129.063	3.222.955	3.885.222	57.237.240

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

2020	Montantes pagos		Variação da provisão para sinistros	custos com sinistro (4)=(1)+(2)+(3)
	prestações	custos de gestão de sinistros imputados		
	(1)	(2)		
SEGURO DIRECTO				
ACIDENTES E DOENÇA	25.772.224	661.805	2.182.183	28.616.212
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	6.607.738	1.075.887	(194.089)	7.489.536
AUTOMÓVEL				
- RESPONSABILIDADE CIVIL	5.576.084	941.891	224.132	6.742.107
- OUTRAS COBERTURAS	1.735.385	178.720	97.984	2.012.089
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	3.537.522	439.162	(62.720)	3.913.964
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	357.612	76.434	730.100	1.164.146
CRÉDITO E CAUÇÃO	25.926	3.813	6.841	36.580
PROTECÇÃO JURÍDICA				-
ASSISTÊNCIA				-
DIVERSOS	-	-	-	-
TOTAL	43.612.491	3.377.712	2.984.431	49.974.634
RESSEGURO ACEITE	-	-	-	-
TOTAL GERAL	43.612.491	3.377.712	2.984.431	49.974.634

NOTA 25 – RENDIMENTOS / RÉDITOS DE INVESTIMENTOS

Os rendimentos de investimentos são analisados como segue:

	2021	2020
Terrenos e Edifícios	11.000	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	68.828	79.015
Associadas	68.828	79.015
Activos financeiros detidos para negociação		
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados	-	-
Instrumentos de Capital e Unid Participação		
Títulos de Dívida		
Activos disponíveis para venda	586.977	602.964
Instrumentos de Capital e Unid Participação	37.939	-
Títulos de Dívida	549.038	602.964
Empréstimos concedidos e contas a receber	296.335	177.128
Depósitos		
Empréstimos concedidos	296.335	177.128
Investimentos a deter até maturidade	106.034	106.028
Instrumentos de Capital e Unid Participação		
Títulos de Dívida	106.034	106.028
TOTAL	1.069.174	965.135

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Os rendimentos de investimentos em associadas, respeitam a lucros distribuídos no ano pela sociedade SELICOMI Portugal, Lda.

NOTA 26 – GASTOS FINANCEIROS

Os valores registados nesta conta resultam da afetação dos custos por natureza a imputar, conforme pode ser analisado na Nota 28.

NOTA 27 – GANHOS E PERDAS EM INVESTIMENTOS AO JUSTO VALOR POR RESERVAS

O saldo registado nesta rubrica refere-se a valias realizadas por alienação dos investimentos e é analisada como segue:

	2021	2020
Activos disponiveis para venda		
Instrumentos de Capital e Unid Participação	(13.227)	(10.005)
Títulos de Dívida	(1.989)	18.474
Sub - Total	(15.216)	8.469
Terrenos e Edifícios	4.355	(114.426)
TOTAL	(10.861)	(105.957)

NOTA 28 – OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS TÉCNICOS

O saldo é como segue:

	2021	2020		2021	2020
Outros gastos técnicos			Outros rendimentos técnicos		
Por gestão Co-Seguro	25.139	775	Por gestão Co-Seguro	2.778	403
Por outros	-	-	Por outros	11.574	9.080
TOTAL	25.139	775	TOTAL	14.352	9.483
	10.787	(8.708)			

NOTA 29 – OUTRAS PROVISÕES (VARIAÇÃO)

As outras provisões destinam-se a fazer face a outros riscos da atividade, nomeadamente pelo facto da companhia proceder à anulação

de cheques que não se encontram descontados há mais de 2 anos. Inclui ainda uma provisão para contingências fiscais.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

	Saldo inicial	Aumento	Redução	Utilização/ Transferência	Saldo final
Outras Provisões	58.688	11.887	-	48	70.527

NOTA 30 – OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS

O saldo é como segue:

	2021	2020		2021	2020
Gastos e perdas não correntes			Rendimentos e ganhos não correntes		
Donativos	59.261	77.296	Restituição impostos		
Multas e penalidades			Outros rendimentos e ganhos	259.901	189.921
Quotizações diversas	628	1.257			
Outros gastos e perdas	137.305	127.912			
Gastos e perdas financeiras			Rendimentos e ganhos financeiros		
Juros suportados	1.639	4.039	Juros obtidos	590	1.186
Diferenças de câmbio	241	-	Diferenças de câmbio	4.873	-
Outros gastos e perdas	38.448	44.646	Outros rendimentos e ganhos	52.227	
Ajustamentos			Outros	710	7.091
De recibos por cobrar	4.136	190.412	Ajustamentos		
De créditos de cobrança	23.452	260.826	De recibos por cobrar		
Perdas em activos tangíveis	277.984		De créditos de cobrança duvidosa		
			Ganhos em activos tangíveis	-	-
Sub-total	543.094	706.388		318.301	198.198
TOTAL	(224.793)	(508.190)			

NOTA 31 – GASTOS DIVERSOS POR FUNÇÃO

Os gastos diversos por natureza são analisados como se segue:

	2021	2020
Despesas com Pessoal	9.598.549	9.443.867
Fornecimento e Serviços	4.212.009	4.119.465
Impostos e Taxas	427.222	444.220
Amortizações do Exercício	2.268.928	2.345.523
Juros Suportados	71.247	123.884
Comissões	98.901	118.162
Total	16.676.856	16.595.121

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

A rubrica Fornecimento e Serviços Externos inclui os honorários dos Revisores Oficiais de Contas e têm a seguinte distribuição (valores sem IVA):

-Serviços de Revisão Legal de Contas no montante de 47.500 Euros

-Serviços de certificação dos elementos de informação para efeitos de Solvência II, no montante de 26.500 Euros;

A análise por função dos contratos de seguros, é analisada da seguinte forma:

	2021	2020
Custos com sinistros	3.222.955	3.377.712
Custos de exploração		
Custos de aquisição	5.746.793	5.961.356
Custos administrativos	7.351.082	6.829.379
Custos com investimentos	356.026	426.674
Custos Gestão Fundos de Pensões		
Total	16.676.856	16.595.121

NOTA 32 – GASTOS COM O PESSOAL

Número médio de trabalhadores

A distribuição das categorias foi efetuada de acordo com a repartição existente no Balanço Social (Dec. Lei 9/92 de 22/01) e Anexo I do

C.C.T. da Atividade Seguradora. Durante o exercício a empresa teve em média 208 empregados, com a seguinte estrutura por qualificação de funções:

Qualificação de Funções	Nº Médio de Empregados 2021	Nº Médio de Empregados 2020
Quadros superiores	34	31
Quadros médios	12	12
Profissionais altamente	71	71
Profissionais qualificados	92	94
Profissionais semi – qualificados		
Estagiários e aprendizes		
Total	209	208

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Montante das despesas com o pessoal

Os gastos com o pessoal referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são analisados como segue:

Rubricas	2021	2020
Remunerações		
dos órgãos sociais	131.664	84.779
do pessoal	7.242.594	7.072.227
Encargos sobre remunerações	1.747.091	1.664.665
Benefícios pós-emprego		
Planos de contribuição definida	104.068	98.776
Planos de benefício definido	4.834	- 9.557
Outros benefícios a longo prazo dos	81	17.508
Benefícios de cessação de emprego	55.000	114.000
Seguros obrigatórios	181.335	186.576
Gastos de acção social	42.952	40.175
Outros gastos com pessoal	88.930	174.718
Total de custos com pessoal	9.598.549	9.443.867

Na sequência do processo de reestruturação mencionado no ponto I, a rubrica despesas com o pessoal, já evidência essa realidade.

Os órgãos da Companhia responsáveis pelo planeamento, direção e controlo, são constituídos tendo por base a estrutura da Companhia no grupo, o que significa que a gestão e/ou direção efetiva é independente do vínculo contratual. A distribuição das responsabilidades está representada de

acordo com o organigrama institucional, e é composta pelas seguintes Direções:

- Comercial
- Financeiro
- Gestão Risco e Controlo Interno
- Informática
- Operações
- Técnico

Sendo uma organização transversal ao grupo, a composição é a seguinte:

Órgãos	Nº elementos	Valor Total Remuneração	
		VIDA	SEGUROS
Conselho Executivo	3	245.419	269.394
Diretores	11	432.563	755.421
Responsáveis	23	504.553	895.620
	36	1.182.535	1.920.435

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

No que respeita a benefícios de pós-emprego dos órgãos acima referidos, seguem o estipulado no CCT da Atividade Seguradora.

Governo da Sociedade

Os órgãos sociais da VICTORIA, nomeadamente os membros não executivos do Conselho de Administração, os quais integram outros órgãos de gestão de sociedades do Grupo SMA, e a Mesa da Assembleia Geral, não auferem qualquer tipo de remuneração fixa ou variável.

Os membros do Conselho Fiscal auferem um valor anual fixo que é definido pelo Conselho de Administração em função da complexidade das funções desempenhadas e da situação económica da empresa.

O Conselho Executivo é composto pelo Administrador-Delegado e por um Administrador, os únicos membros do Conselho de Administração com funções

executivas. Ambos sustentam a sua política de remuneração nas duas componentes básicas: remuneração fixa e remuneração variável.

A definição e aprovação dos valores que devem ser aplicados relativamente à política de remuneração desta função é da responsabilidade do Conselho de Administração da VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A., sendo ratificados nas Assembleias Gerais das duas sociedades operacionais.

Os benefícios atribuídos aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, apresentados de forma agregada e individual, são os seguintes:

			2021	2020
Conselho de Administração			141.485	81.279
Administrador Delegado	Francisco Campilho	Outras remunerações	-	-
Administrador	Carlos Suárez	Outras remunerações	84.868	-
Administrador Delegado	Cyrille Mascarelle	Outras remunerações	26.363	51.025
(até 06/07/2021)		Bónus Anual	30.254	30.254
Conselho Fiscal			3.500	3.500
Presidente	João de Lara Everard	Outras remunerações	3.500	3.500
Vogal	Santiago Gil de Biedma	Outras remunerações	-	-
Vogal	António Vilar Ribeiro	Outras remunerações	-	-

VII) EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DE ENCERRAMENTO

O ano de 2022 iniciou-se condicionado novamente pela evolução da situação pandémica. O surgimento de uma nova variante do vírus Covid-19 gerou uma nova onda na qual foram atingidos recordes de contágios a nível mundial. A propagação foi alimentada por uma variante do vírus mais transmissível, mas menos severa, denominada variante *Omicrón*. Porém, este período foi superado de forma bastante positiva. Não foram necessárias medidas significativas de confinamento e o impacto na atividade económica foi reduzido. Efetivamente o sucesso dos programas de vacinação, em Portugal e na generalidade dos países desenvolvidos, contribuiu para uma redução significativa dos níveis de mortalidade e permitiu que os sistemas de saúde superassem este período sem grandes disrupções. Mais concretamente a vacinação foi estendida ao grupo etário das crianças maiores de 5 anos e para os adultos foi prescrita uma dose adicional para maior proteção. Isto permitiu que a doença se manifestasse na maioria dos casos de forma benigna e sem necessidade de internamento hospitalar.

O melhor controlo da doença, o regresso da atividade económica à normalidade, anteviam um período otimista de crescimento económico para os próximos anos, apesar de

sinais de alguma pressão ao nível da subida de preços.

Contudo, a situação alterou-se dramaticamente com a invasão da Ucrânia em 24 de fevereiro por tropas Russas. Este evento representa um choque geopolítico sem precedentes nesta geração e coloca fortes interrogações sobre o ano de 2022 e o futuro próximo.

Justificando a invasão por motivos de segurança interna e alegando objetivos expansionistas por parte da Aliança Atlântica, a Federação Russa pôs em causa a ordem mundial estabelecida deste o fim da União Soviética e gerou o repúdio do Mundo Ocidental. Tentado evitar uma escalada do conflito em termos militares, os E.U.A., União Europeia e Reino Unido lançaram uma série de sanções económicas sem precedentes e que têm como objetivo isolar a Rússia da economia global.

Nesta data, o desfecho do conflito é ainda incerto, pois apesar da diferença de dimensão das forças armadas dos dois países, as tropas russas encontraram forte resistência na Ucrânia e após três semanas de fortes combates a situação militar parece ter estagnado sem um fim claro à vista. Simultaneamente, num contexto de perda de vidas humanas, de destruição e mais de 2

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

milhões de refugiados, as negociações para um cessar fogo prosseguem.

Até ao momento, a reação dos mercados foi ainda limitada, com a exceção da subida no preço do petróleo que chegou a transacionar nos 136 dólares/barril Brent e de algumas matérias primas. O principal impacto foi sentido pelos investidores na economia russa, cuja economia e mercados financeiros estão sendo fortemente afetados pelas sanções e restrições colocadas deste o início da guerra. Os mercados de ações têm estado bastante voláteis, mas a correção desde 24 de fevereiro é reduzida (O índice Eurostoxx em 21/03 face a 24/02/2022 apresentava uma desvalorização de 1,8%).

Os eventos na Ucrânia aumentaram os riscos de estagflação que já emergiam antes da inflação. Claramente o maior risco nesta fase é uma subida acentuada da inflação devido a algum tipo de interrupção no fornecimento de petróleo e gás russos, o que poderá ditar uma redução no ritmo de crescimento económico e potencialmente uma recessão.

Outro importante risco, é a forma como a China está a lidar com o conflito e o seu alegado estatuto de neutralidade. Sob forte pressão dos países ocidentais para incentivar a Rússia a pôr as armas de lado, mas procurando simultaneamente afirmar a sua posição, corre o risco de dar origem a algum tipo de confrontação económica com os E.U.A e União Europeia, com sérias implicações na evolução da economia mundial.

No caso da VICTORIA, os riscos associados a este conjunto de eventos extraordinários poderão implicar uma redução temporária nos rendimentos associada a uma eventual desvalorização a curto prazo dos ativos financeiros detidos em carteira. Em contrapartida, a subida das taxas de juro, irá certamente permitir que os reinvestimentos bem como, novos investimentos, possam ser realizados a níveis de taxa superiores, potenciando a obtenção de rendimentos superiores. A receita gerada via prémios emitidos, tenderá a acompanhar o ritmo de reposição da esperada normalidade, porém, em algumas linhas de negócio, um aumento generalizado dos preços, poderá ter impacto nos custos com sinistros. Contudo, a Companhia possui proteção adequada perante a adversidade desses riscos. Estudos internos, elaborados em conformidade com as recomendações da EIOPA, demonstram uma capacidade dos seus fundos próprios fazerem face a esses mesmos eventos adversos.

A prudência na atribuição do justo valor aos ativos imobiliários detidos, permite-nos continuar a beneficiar de alguma tranquilidade no que concerne a um eventual comportamento menos favorável que se venha a verificar no mercado imobiliário.

Associando alguma incerteza decorrente da evolução pandémica, aos esperados efeitos da Guerra que opõe a Rússia à Ucrânia, a

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

volatilidade passou a pautar o comportamento dos mercados financeiros.

A aparente tendência de subida de taxas de juro que temos vindo a assistir, leva-nos a acreditar que ganhos fiscalmente aceites, atualmente não previstos no plano, poderão verificar-se. Permanecemos, porém, atentos a este aspeto particular.

Neste momento e tendo em conta todas as análises e estudos efetuados, entende a companhia, que, relativamente aos ativos intangíveis registados, nomeadamente projetos informáticos em curso, a atual situação não coloca em causa a sua pertinência e consequentemente a continuidade dos mesmos, antes pelo contrário.

Para além de exercícios adicionais solicitados pela Autoridade de Supervisão, virem a acontecer no futuro, outros estudos permanentes e complementares estão a ser

equacionados e/ou efetuados, de forma a avaliar corretamente os referidos impactos, permitindo simultaneamente proceder à necessária mitigação dos referidos riscos.

Adicionalmente, parte dos riscos mencionados deverá continuar a ser mitigada pelas esperadas medidas económicas e sociais adotadas pelo Governo, nomeadamente no apoio às famílias e à manutenção dos postos de trabalho, bem como no apoio às PME. Fazemos referência às medidas extraordinárias para continuar a enfrentar o impacto decorrente do Covid-19, ao qual se associam agora, os impactos indiretos decorrentes da guerra atualmente em curso.

Por parte do Conselho de Administração, não se perspetivam alterações de políticas que possam impactar de forma significativa o desenrolar da atividade normal da empresa.

VIII) JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados. Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pela VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. são os seguintes:

Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Ativos financeiros disponíveis para venda, Ativos financeiros reclassificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

ganhos e perdas e ativos financeiros detidos para negociação

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é normalmente baseado em valores de mercado se disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor é estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados.

Devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações, Empréstimos e outros passivos financeiros

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

IX) ALTERAÇÕES ÀS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

IX.1 ALTERAÇÕES VOLUNTÁRIAS DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação

financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

IX.2 NORMAS, INTERPRETAÇÕES, EMENDAS E REVISÕES QUE ENTRARAM EM VIGOR NO EXERCÍCIO

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela

primeira vez no exercício iniciado em 1 de janeiro de 2021:

Norma / Interpretação	Descrição
Alterações à IFRS 16 - Locações - Concessões relacionadas com a COVID-19 ao nível das rendas para além de 30 de junho de 2021	<p>Em 28 de maio de 2020, a alteração à IFRS 16 denominada ‘Concessões relacionadas com a COVID-19’ foi emitida, tendo introduzido o seguinte expediente prático: um locatário pode optar por não avaliar se uma concessão de renda relacionada a Covid-19 é uma modificação de locação.</p> <p>Os locatários que optem pela aplicação deste expediente, contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas resultantes de uma concessão relacionada com a COVID-19 da mesma forma</p>

Norma / Interpretação	Descrição
	<p>que contabilizam uma alteração que não seja uma modificação da locação de acordo com a IFRS 16.</p> <p>Inicialmente, o expediente prático aplicava-se a pagamentos originalmente devidos até 30 de junho de 2021, no entanto, devido ao prolongamento do impacto da pandemia, em 31 de março de 2021, o mesmo foi alargado para pagamentos originalmente devidos até 30 de junho de 2022. A alteração aplica-se a períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1 de abril de 2021.</p> <p>Em suma, o expediente prático pode ser aplicado deste que estejam cumpridos os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> • a alteração nos pagamentos de locação resulta numa retribuição revista para a locação que é substancialmente igual, ou inferior, à retribuição imediatamente anterior à alteração; • qualquer redução dos pagamentos de locação apenas afeta pagamentos devidos em, ou até 30 de junho de 2022; e • não existem alterações significativas a outros termos e condições da locação.
<p>Alterações à IFRS 4 – Contratos de Seguro Diferimento da aplicação da IFRS 9</p>	<p>Esta alteração refere-se às consequências contabilísticas temporárias que resultam da diferença entre a data de entrada em vigor da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e da futura IFRS 17 – Contratos de Seguro. Em concreto, a alteração efetuada à IFRS 4 adia até 1 de janeiro de 2023 a data de expiração da isenção temporária da aplicação da IFRS 9 a fim de alinhar a data efetiva desta última com a da nova IFRS 17.</p> <p>A isenção temporária referida é de aplicação facultativa e apenas disponível para entidades cujo as suas atividades estão predominantemente relacionadas com seguros.</p>
<p>Alterações à IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 – Reforma das taxas de juro de referência - fase 2</p>	<p>Estas alterações fazem parte da segunda fase do projeto “IBOR reform” do IASB e permitem isenções relacionadas com a reforma do <i>benchmark</i> para as taxas de juro de referência, por uma taxa de juros alternativa (<i>Risk Free Rate</i> (RFR)). As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Um expediente prático que requeira mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente exigidas pela reforma, sejam tratadas da

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Norma / Interpretação	Descrição
	<p>mesma forma que uma alteração de taxa de juro flutuante, equivalente a um movimento na taxa de juros de mercado;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Permitir que as mudanças exigidas pela reforma sejam feitas para designações de cobertura e documentação de cobertura sem que a relação de cobertura seja descontinuada; • Fornecer alívio operacional temporário às entidades que tenham de cumprir o requisito identificável separadamente quando um instrumento RFR é designado como cobertura de um componente de risco.

Estas normas e alterações não tiveram impactos materiais nas demonstrações financeiras da Companhia.

IX. 3 NORMAS, INTERPRETAÇÕES, EMENDAS E REVISÕES QUE ENTRAM EM VIGOR EM EXERCÍCIOS FUTUROS

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações

financeiras, adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	Descrição
Alterações à IFRS 3 – Referências à Estrutura Conceptual para o Relato Financeiro	1-jan-2022	<p>Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais.</p> <p>É também clarificado o tratamento contabilístico a adotar relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, incorridos separadamente versus os que foram</p>

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	Descrição
		<p>incluídos numa concentração de atividades empresariais.</p> <p>A alteração é de aplicação prospetiva.</p>
<p>Alterações à IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento</p>	<p>1-jan-2022</p>	<p>Clarifica o tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. A entidade reconhece os rendimentos obtidos da venda de tais produtos e os custos da sua produção nos resultados.</p>
<p>Alterações à IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato</p>	<p>1-jan-2022</p>	<p>Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato.</p> <p>Os custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos exceto se forem explicitamente debitados à contraparte de acordo com o contrato.</p> <p>Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo.</p>
<p>Alterações à IFRS 1 – Subsidiária enquanto adotante das IFRS pela</p>	<p>1-jan-2022</p>	<p>Esta melhoria clarifica que, quando a subsidiária optar pela mensuração dos seus ativos e passivos pelos montantes incluídos</p>

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	Descrição
primeira vez (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)		nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe (assumindo que não ocorreu nenhum ajuste no processo de consolidação), a mensuração das diferenças de transposição acumuladas de todas as operações estrangeiras podem ser efetuadas pelos montantes que seriam registados nas demonstrações financeiras consolidadas, baseado na data de transição da empresa-mãe para as IFRS.
Alterações à IFRS 9 – Desreconhecimento de passivos financeiros – Comissões a incluir no teste dos ‘10 por cento’ de variação (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)	1-jan-2022	Esta melhoria vem clarificar quais as comissões que uma entidade deve incluir ao avaliar se os termos de um passivo financeiro são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Esta melhoria clarifica que no âmbito dos testes de desreconhecimento efetuados aos passivos renegociados, deverão apenas ser incluídas as comissões pagas ou recebidas entre o devedor e o credor, incluindo as comissões pagas ou recebidas pelo devedor ou pelo credor em nome do outro.
Alterações à IAS 41 – Tributação e mensuração do justo valor (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)	1-jan-2022	Esta melhoria elimina o requisito de exclusão dos fluxos de caixa fiscais na mensuração de justo valor dos ativos biológicos, assegurando a consistência com os princípios a IFRS 13 – Justo valor.
IFRS 17 – Contratos de Seguro	1-jan-2023	A IFRS 17 aplica-se a todos os contratos de seguro (i.e., vida, não vida, seguros diretos e resseguros), independentemente do tipo de entidades que os emite, bem como a algumas garantias e a alguns instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Em termos gerais, IFRS 17 fornece um modelo contabilístico para os contratos de seguro

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	Descrição
		de maior utilidade e mais consistente para os emitentes. Contrastando com os requisitos da IFRS 4, que são baseadas em políticas contabilísticas locais adotadas anteriormente, a IFRS 17 fornece um modelo integral para contratos de seguro, cobrindo todos os aspetos contabilísticos relevantes.

A VICTORIA não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021. Não

são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção.

IX.4 NORMAS, INTERPRETAÇÕES, EMENDAS E REVISÕES AINDA NÃO ADOTADAS PELA UNIÃO EUROPEIA

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações

financeiras, adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Descrição
Alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras – Classificação de passivos correntes e não correntes	<p>Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato.</p> <p>A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um “<i>covenant</i>”.</p> <p>No entanto, se o direito de adiar a liquidação por pelo menos doze meses estiver sujeito ao cumprimento de determinadas condições após a data de balanço, esses critérios não afetam o direito de diferir</p>

Norma / Interpretação	Descrição
	<p>a liquidação cuja finalidade seja de classificar um passivo como corrente ou não corrente.</p> <p>Esta alteração inclui ainda uma nova definição de “liquidação” de um passivo e é de aplicação retrospectiva.</p>
<p>Alterações à IAS 8 – Definição de estimativas contabilísticas</p>	<p>A alteração vem esclarecer qual a distinção entre alteração de estimativa contabilística, alteração de política contabilística e a correção de erros. Adicionalmente, esclarece de que forma uma entidade usa as técnicas de mensuração e <i>inputs</i> para desenvolver estimativas contabilísticas.</p>
<p>Alterações à IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas</p>	<p>Estas alterações pretendem auxiliar a entidade na divulgação das políticas contabilísticas ‘materiais’, anteriormente designadas por políticas ‘significativas’. No entanto devido à inexistência deste conceito nas normas IFRS, foi decidido substituir pelo conceito “materialidade”, um conceito já conhecido pelos utilizadores das demonstrações financeiras.</p> <p>Ao avaliar a materialidade das políticas contabilísticas, a entidade tem de considerar não só a dimensão das transações como também outros eventos ou condições e a natureza dos mesmos.</p>
<p>Alterações à IAS 12 – Imposto diferido relacionados com ativos e passivos decorrentes a uma transação única</p>	<p>As alterações esclarecem que os pagamentos que liquidem um passivo são fiscalmente dedutíveis, contudo trata-se de uma questão de julgamento profissional se tais deduções são atribuíveis ao passivo que está reconhecido nas demonstrações financeiras ou ao ativo relacionado. Isto é importante para determinar se existem diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou do passivo.</p> <p>De acordo com estas alterações, a exceção de reconhecimento inicial não é aplicável às transações que originaram diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Apenas é aplicável se o reconhecimento de um leasing ativo e um leasing passivo derem origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis que não sejam iguais.</p>
<p>Alterações à IFRS 17 – Contratos de seguro – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – Informação comparativa</p>	<p>Esta alteração à IFRS 17 refere-se à apresentação de informação comparativa de ativos financeiros na aplicação inicial da IFRS 17.</p> <p>A emenda adiciona uma opção de transição que permite que uma entidade aplique um ‘<i>overlay</i>’ na classificação de um ativo financeiro no(s) período(s) comparativo(s) apresentado(s) na aplicação inicial da IFRS 17. O ‘<i>overlay</i>’ permite que todos os ativos financeiros, incluindo aqueles mantidos em relação a atividades não</p>

Norma / Interpretação	Descrição
	relacionadas a contratos dentro do âmbito da IFRS 17 ser classificado, instrumento a instrumento, no(s) período(s) comparativo(s) de forma alinhada com a forma como a entidade espera que esses ativos sejam classificados na aplicação inicial da IFRS 9.

Estas normas não foram ainda adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas VICTORIA no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021.

Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção.

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Identificação dos títulos		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
Código	Designação						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
	1 - TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS									
	1.1 - Nacionais									
	1.1.1 - Partes de capital em empresas do grupo									
	sub-total									
	1.1.2 - Obrigações de empresas do grupo									
	sub-total									
	1.1.3 - Outros títulos de empresas do grupo									
	sub-total									
	1.1.4 - Partes de capital em empresas associadas		230			230		230		
	sub-total		230			230		230		
	1.1.5 - Obrigações de empresas associadas									
	sub-total									
	1.1.6 - Outros títulos de empresas associadas									
	sub-total									
	sub-total		230			230		230		
	1.2 - Estrangeiras									
	1.2.1 - Partes de capital em empresas do grupo									
	sub-total									
	1.2.2 - Obrigações de empresas do grupo									
	sub-total									
	1.2.3 - Outros títulos de empresas do grupo									
	sub-total									
	1.2.4 - Partes de capital em empresas associadas									
	sub-total									
	1.2.5 - Obrigações de empresas associadas									
	sub-total									
	1.2.6 - Outros títulos de empresas associadas									
	sub-total									
	sub-total									
	total		230			230		230		

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Código	Identificação dos títulos Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
							unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
	2 - OUTROS TÍTULOS									
	2.1 - Nacionais									
	2.1.1 - Títulos de rendimento fixo									
	2.1.1.1 - De dívida pública									
PTCON40E0005	CONSOLIDADO PERP		28.701	60,02		17.226	100	28.715	571	4,000%
PTOTEKOE0011	O.T. JAN TF 15/25 - HTM		500.000	99,43		497.129	99	497.129	3.032	2,875%
PTOTETOE0012	O.T. JUL TF 16/26 - HTM		2.860.000	98,46		2.815.845	98	2.815.845	36.720	2,875%
	sub-total		3.388.701			3.330.200		3.341.689	40.323	
	2.1.1.2 - De outros emissores públicos									
	sub-total		-			-		-	-	
	2.1.1.3 - De outros emissores									
	sub-total									
	sub-total		3.388.701			3.330.200		3.341.689	40.323	
	2.1.2 - Títulos de rendimento variável									
	2.1.2.1 - Acções									
	sub-total		-			-		-	-	
	2.1.2.2 - Títulos de participação									
	sub-total		-			-		-	-	
	2.1.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento									
	sub-total		-			-		-	-	
	2.1.2.4 - Outros									
	sub-total		-			-		-	-	
	sub-total		-			-		-	-	
	total		-			-		-	-	
	total		3.388.701			3.330.200		3.341.689	40.323	
	2.2 - Estrangeiros									
	2.2.1 - Títulos de rendimento fixo									
	2.2.1.1 - De dívida pública									
FR0013200813	FRANCE O.A. TF 15/26		1.000.000	97,39		973.877	103	1.027.450	247	0,250%
FR0011427848	FRANCE O.A.T. I/L TF 07/24		1.700.000	107,10		1.820.740	119	2.020.190	2.045	0,250%
FR0011008705	FRANCE O.A.T. I/L TF 10/27		1.300.000	122,67		1.594.723	144	1.869.254	12.179	1,850%
FR0013286192	FRANCE O.A.T. TF 17/28		200.000	98,46		196.919	106	211.918	904	0,750%
FR0013451507	FRANCE O.A.T. TF 18/29		750.000	99,62		747.156	100	750.480	-	0,000%
FR0014002WK3	FRANCE O.A.T. TF 21/31		1.500.000	98,50		1.477.514	98	1.470.990	-	0,000%
	sub-total		6.450.000			6.810.929		7.350.282	15.375	
	2.2.1.2 - De outros emissores públicos									
FR0011521319	CAISSE AMORT DET CADES TF 13/24		700.000	103,29		723.035	106	739.781	15.486	2,375%
ES0224261034	CORES TF 14/24		100.000	99,85		99.847	108	107.640	521	2,500%
DE000A2TSTQ2	KFW 19/23		8.700.000	101,26		8.809.413	101	8.790.219	80	0,110%
FR0013246873	UNEDIC TF 17/27		200.000	99,77		199.534	107	213.780	1.904	1,250%
FR0011376805	VILLE DE PARIS 12/22		3.000.000	100,35		3.010.459	100	3.013.980	136	0,136%
	sub-total		12.700.000			12.842.288		12.865.400	18.127	
	2.2.1.3 - De outros emissores									
FR0013220902	AGENCE FRANCAISE DEVELOP TF 16/24		2.500.000	100,17		2.504.329	102	2.544.550	6.293	0,375%

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Código	Identificação dos títulos Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
							unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
FR0012766889	AIR LIQUIDE FINANCE TF 15/25		100.000	99,88		99.878	104	104.237	723	1,250%
FR0013182821	AIR LIQUIDE FINANCE TF 16/22		300.000	99,99		299.974	100	300.534	826	0,500%
XS2029574634	ALD SA TF 19/23		200.000	99,87		199.733	101	201.420	341	0,375%
XS1878191219	AMADEUS IT GROUP TF 18/26		500.000	99,85		499.270	105	526.425	2.137	1,500%
FR0011791391	AREVA S.A. TF 14/23		600.000	99,40		596.411	103	617.274	14.692	3,125%
FR0011947720	ASSURANCE CREDIT MUTUEL NORD VIE TF 14/24		200.000	99,97		199.939	106	211.188	5.322	4,625%
FR0013378445	ATOS SOFTWARE SE TF 18/22		500.000	99,97		499.873	100	501.095	2.445	0,750%
FR0013399060	AUCHAN HS TF 19/24		600.000	99,86		599.187	104	626.304	14.455	2,625%
FR0011694033	AUTOROUTES SUD DE FRANCE TF 14/24		400.000	102,69		410.749	106	422.116	11.250	2,950%
FR0013386539	BANQUE FED CRED MUTUEL TF 19/23		1.000.000	99,83		998.301	101	1.014.070	4.089	0,750%
FR0013408960	BANQUE FED CRED MUTUEL TF 19/29		600.000	99,48		596.896	107	643.740	8.371	1,750%
FR0014006XE5	BANQUE FED CREDIT MUTUEL TF 21/25		700.000	99,82		698.711	100	697.970	5	0,010%
XS2102355588	BMW FINANCE TF 20/23		1.800.000	99,99		1.799.815	100	1.806.480	-	0,000%
XS1584041252	BNP PARIBAS 17/22		1.400.000	99,99		1.399.922	101	1.407.588	92	0,262%
FR0013465358	BNP PARIBAS 19/26		200.000	99,82		199.641	101	201.632	575	0,500%
FR0013398070	BNP PARIBAS 19/27		100.000	99,28		99.275	107	106.548	1.991	2,125%
XS1527126772	BP CAPITAL MARKETS PLC TF 16/24		700.000	100,00		700.002	102	716.401	7.283	1,117%
FR0013241130	BPCE SA 17/22		2.000.000	100,04		2.000.799	100	2.003.260	593	0,485%
FR0013476199	BPCE SA TF 20/26		600.000	99,77		598.607	100	598.710	1.438	0,250%
XS1441773550	BROWN-FORMAN CORP TF 16/26		200.000	99,89		199.777	104	207.766	1.164	1,200%
FR0013370129	BUREAU VERITAS SA TF 18/25		800.000	103,41		827.274	104	834.544	14.753	1,875%
FR0013201084	BUREAU VERITAS TF 16/23		200.000	99,80		199.601	102	203.528	788	1,250%
XS1401125346	BUZZI UNICEM SPA TF 16/23		1.300.000	102,39		1.331.106	102	1.329.328	18.694	2,125%
FR0013446580	CARREFOUR BANQUE 19/23		300.000	100,00		299.991	101	301.584	10	0,065%
FR0014003Z81	CARREFOUR BANQUE TF 21/25		200.000	100,00		200.000	99	198.542	117	0,107%
XS2405875480	COLGATE PALMOLIVE TF 21/29		700.000	99,71		697.942	99	695.646	293	0,300%
XS1598861588	CREDIT AGRICOLE LONDON 17/22		1.600.000	100,00		1.599.963	100	1.603.280	806	0,252%
FR0010975656	CREDIT AGRICOLE TF 10/22		900.000	104,12		937.057	104	940.347	311	4,200%
FR0013173028	CREDIT MUTUEL ARKEA TF 16/26		200.000	99,97		199.940	111	221.710	3.793	3,250%
DE000A2R9ZT1	DAIMLER INTL FINANCE BV TF 19/23		1.810.000	99,87		1.807.603	101	1.822.489	682	0,250%
FR0013216918	DANONE SA TF 16/24		500.000	100,00		499.996	102	509.770	563	0,709%
XS1828032786	DEUT TEL TF 18/25		800.000	99,90		799.236	105	838.704	904	1,375%
XS1752475720	DEUTSCHE BAHN FINANCE GMBH TF 18/27		500.000	99,68		498.392	105	524.420	192	1,000%
XS1348774644	DEXIA CREDIT LOCAL TF 16/23		2.500.000	100,60		2.514.878	101	2.532.700	17.466	0,750%
XS2091216205	E ON SE TF 19/22		360.000	99,97		359.880	100	360.878	-	0,000%
FR0011225143	ELECTRICITE DE FRANCE TF 12/27		400.000	121,03		484.102	119	476.284	12.703	4,125%
BE0002596741	ELIA SYSTEM OP TF 18/28		400.000	97,66		390.660	106	425.664	1.923	1,500%
FR0013504677	ENGIE SA TF 20/28		300.000	99,77		299.301	108	323.238	4.013	1,750%
XS1571293684	ERICSSON LM TF 17/24		200.000	99,77		199.533	103	206.772	3.134	1,875%
XS2345996743	ERICSSON LM TF 21/29		200.000	99,53		199.061	97	194.640	1.200	1,000%
FR0013463650	ESSILORLUXOTTICA TF 19/25		1.400.000	99,57		1.394.029	100	1.406.062	1.045	0,125%
FR0013422623	EUTELSAT SA TF 19/27		1.100.000	99,87		1.098.599	104	1.142.845	11.595	2,250%
XS2332254015	FCA BANK SPA IRELAND TF 21/28		400.000	99,95		399.789	100	398.812	-	0,000%
XS1554373677	FRESENIUS FIN IRELAND PL TF 17/27		225.000	99,65		224.224	108	243.907	4.362	2,125%

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Identificação dos títulos		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
Código	Designação						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
XS1681519184	GLAXOSMITHKLINE CAPITAL TF 17/26		1.400.000	99,95		1.399.285	104	1.456.406	4.219	1,000%
BE0002280494	GRP BRUXELLES LAMBERT SA TF 17/24		200.000	99,88		199.750	103	206.622	1.673	1,375%
BE0002595735	GRP BRUXELLES LAMBERT SA TF 18/25		300.000	99,63		298.901	106	317.919	3.005	1,875%
XS2147977479	HEINEKEN TF 20/25		200.000	99,83		199.660	105	209.728	2.458	1,625%
XS1944456109	IBM CORP TF 19/25		1.200.000	99,69		1.196.222	103	1.231.008	9.608	0,875%
FR0013065372	ILIAD SA TF 15/22		500.000	99,86		499.278	101	504.540	757	2,125%
BE0002448232	INFRAX CVBA TF 13/23		200.000	105,02		210.049	106	211.450	1.274	3,750%
BE0002478536	INFRAX CVBA TF 14/29		100.000	99,94		99.939	113	112.658	453	2,625%
FR0013281946	INGENICO GROUP SA TF 17/24		700.000	100,60		704.221	103	721.700	3.397	1,625%
BE0002832138	KBC GROUP 21/27		700.000	99,58		697.088	99	696.472	144	0,250%
XS1679515038	KIMBERLY-CLARK CORP TF 17/24		1.000.000	99,93		999.303	102	1.018.980	1.969	0,625%
XS1485532896	KPN NV TF 16/25		500.000	99,63		498.128	101	507.220	2.277	0,625%
FR0013181898	LA BANQUE POSTALE TF 16/28		1.000.000	99,97		999.685	111	1.106.190	16.849	3,000%
XS1284570626	MERCK FIN SERVICES GMBH TF 15/22		300.000	99,96		299.887	101	302.187	1.367	1,375%
XS1233732194	MICHELIN LUXEMBOURG SCS 15/22		300.000	100,00		299.990	100	300.717	2.007	1,125%
FI4000261201	NESTE OYJ TF 07/24		200.000	99,98		199.954	103	205.382	1.701	1,500%
XS1707074941	NESTLE FINANCE INTL TF 17/24		500.000	99,75		498.762	101	505.325	1.783	0,375%
XS2148372696	NESTLE TF 20/26		200.000	99,58		199.164	104	208.592	1.689	1,125%
FR0013241676	ORANGE SA TF 17/27		400.000	99,64		398.544	106	425.672	1.858	1,500%
FR0013396512	ORANGE SA TF 19/24		200.000	99,98		199.961	103	205.508	1.042	1,125%
FR0013396520	ORANGE SA TF 19/29		200.000	99,89		199.778	111	221.918	3.836	2,000%
FR0013323326	PEUGEOT TF 18/25		200.000	99,84		199.684	105	210.048	3.134	2,000%
XS1708192684	PROCTER & GAMBLE CO TF 17/24		600.000	99,75		598.476	102	610.620	551	0,500%
BE0002237064	PROXIMUS SA TF 15/25		300.000	99,54		298.606	106	318.390	1.402	1,875%
FR0013309606	RCI BANQUE SA 12/2023		220.000	99,69		219.322	100	220.326	-	0,000%
FR0013260486	RCI BANQUE SA 17/22		560.000	100,00		559.992	100	560.364	22	0,082%
XS2126161681	RELX FINANCE BV TF 20/24		200.000	99,66		199.320	100	200.276	-	0,000%
XS1789751531	RICHEMONT INT TF 18/26		1.200.000	99,34		1.192.102	103	1.237.392	9.205	1,000%
FR0011565555	RTE EDF TRANSPORT S.A. TF 13/23		200.000	102,72		205.442	105	210.364	1.733	2,875%
FR0014002G44	SAFRAN SA TF 21/26		500.000	99,35		496.762	99	494.950	497	0,125%
FR0013214137	SAGESS TF 16/28		200.000	99,22		198.438	103	206.562	247	0,625%
FR0013053329	SANEF SA TF 15/26		200.000	99,62		199.249	105	210.642	2.979	1,875%
FR0013324340	SANOFI TF 18/26		600.000	99,79		598.763	104	622.242	4.685	1,000%
XS1956025651	SANTAN CONSUMER FINANCE TF 19/24		100.000	99,81		99.806	102	102.066	841	1,000%
DE000A2TSTE8	SAP SE TF 18/24		600.000	99,73		598.365	102	614.436	259	0,750%
DE000A2G8VT5	SAP SE TF 18/26		200.000	99,89		199.786	104	207.466	1.605	1,000%
DE000A2YB699	SCHAEFFLER AG TF 19/22		300.000	99,98		299.927	100	300.366	2.589	1,125%
FR0012939841	SCHNEIDER ELECTRIC SE TF 15/23		600.000	99,88		599.262	103	615.390	2.811	1,500%
FR0013201308	SCHNEIDER ELECTRIC SE TF 16/24		900.000	99,66		896.918	101	908.253	697	0,250%
FR0013059417	SEB SA TF 15/22		200.000	99,97		199.949	102	203.072	469	2,375%
FR0013259116	SEB SA TF 17/24		100.000	99,96		99.956	103	102.690	879	1,500%
XS1788951090	SEB TF 18/23		1.890.000	99,60		1.882.526	101	1.908.087	7.586	0,500%

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Código	Identificação dos títulos Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
							unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
XS1986416268	SIKA CAPITAL BV TF 19/27		300.000	99,81		299.425	102	307.356	1.769	0,875%
FR0013365491	SOCIETE GENERALE TF 18/22		1.600.000	99,99		1.599.913	100	1.600.416	3.803	0,250%
FR0013311503	SOCIETE GENERALE TF 18/25		700.000	99,94		699.556	103	720.454	7.379	1,125%
FR0013422003	SOCIETE GENERALE TF 19/22		500.000	99,97		499.843	100	500.910	-	0,000%
XS2203996132	SODEXO TF 20/28		300.000	99,68		299.049	104	312.585	1.373	1,000%
FR0014006TQ7	TDF INFRASTR TF 21/29		500.000	99,62		498.092	99	495.130	719	1,750%
FR0013534500	TEREGA SA TF 20/30		100.000	99,13		99.134	99	99.207	252	0,875%
FR0013486834	TEREGA SASU TF 20/28		300.000	99,50		298.489	99	296.649	1.577	0,625%
FR0013479748	THALES SA TF 20/27		400.000	99,79		399.154	99	395.248	920	0,250%
XS0994991411	TOTAL CAPITAL INTL S.A TF 13/25		200.000	103,75		207.491	111	221.336	662	2,875%
XS1195202822	TOTAL S.A. TF 15/49		200.000	100,87		201.738	104	208.950	4.430	2,625%
XS1501166869	TOTAL S.A. TF 16		600.000	99,99		599.925	109	651.954	4.763	3,369%
XS2338955805	TOYOTA MOTOR CRED CORP TF 21/27		1.100.000	99,59		1.095.525	98	1.082.884	211	0,125%
CH1142231682	UBS GROUP AG 21/26		1.300.000	99,59		1.294.704	100	1.293.708	516	0,250%
BE0002784651	UCB SA TF 21/28		400.000	99,78		399.102	100	400.980	3.025	1,000%
XS1654192191	UNILEVER NV TF 17/25		400.000	99,84		399.350	103	411.944	1.467	0,875%
XS2147133495	UNILEVER NV TF 20/25		440.000	99,99		439.974	104	457.222	4.234	1,250%
XS1586555945	VOLKSWAGEN INTL FIN NV TF 17/27		200.000	99,40		198.800	107	214.282	2.836	1,875%
XS2230884657	VOLVO TREASURY AB TF 20/24		200.000	99,77		199.535	100	200.698	72	0,125%
	sub-total		62.405.000			62.532.245		63.807.111	328.997	
	sub-total		81.555.000			82.185.462		84.022.793	362.499	
	2.2.2 - Títulos de rendimento variável									
	2.2.2.1 - Acções									
	2.2.2.2 - Títulos de participação									
	sub-total									
	2.2.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento									
FR0010199075	BATI ACT INVEST PARTS 4 DEC	25.400			22	557.530	36	913.384	-	
FR0013067808	BFT MONETAIRE-I2	286			9.800	2.802.662	9.793	2.800.875	-	
FR0010529743	OSTRUM ISR CASH EONIA-I	462			10.755	4.968.727	10.745	4.964.148	-	
LU0414045319	SCHRODER INT EURO CORP - XD	8.032			148	1.188.192	147	1.181.827	-	
FR0000293698	BTP TRESORERIE	43			10.716	460.788	10.708	460.460	-	
FR0000291239	CPR CASH - P	40			22.074	882.968	22.049	881.971	-	
FR0011060870	SLF SHORT TERM EURO	1			20.112	20.113	20.094	20.094	-	
	sub-total	34.264				10.880.980		11.222.759	-	
	2.2.2.4 - Outros									
	sub-total	34.264								
	total	34.264	81.555.000			93.066.442		95.245.552	362.499	
	3 - TOTAL GERAL	34.264	84.943.931			96.396.872		98.587.471	402.822	

The image features a decorative graphic on the left side consisting of two thick, parallel blue curved lines that sweep from the bottom left towards the top right, framing the text.

3. Relatórios de Fiscalização

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Victoria - Seguros, S.A. (a Companhia), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 156.300.842 euros e um total de capital próprio de 47.130.062 euros, incluindo um resultado líquido de 2.308.373 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Victoria - Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Companhia nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Mensuração das provisões para sinistros (Não Vida)

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
Conforme detalhado na Nota 14 às Demonstrações Financeiras, em 31 de dezembro de 2021 as Provisões para Sinistros decorrentes de contratos de seguro não vida ascendiam a 64.768 milhares de euros, representando 59% do total do Passivo da Companhia. Estas provisões são determinadas com recurso a metodologias e pressupostos atuariais e com base no histórico de sinistralidade da Companhia por ramo. Representam o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo sinistros ocorridos e não participados (IBNR), e os custos de gestão de sinistros a incorrer com a sua regularização futura.	A nossa abordagem ao risco de distorção material na determinação das Provisões para sinistros (Não Vida) incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes: <ul style="list-style-type: none">➤ Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Companhia e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes na determinação das Provisões para sinistros (Não Vida);➤ Testes de revisão analítica sobre as rubricas das demonstrações financeiras relativas a Provisões para sinistros (Não Vida) para entendimento da sua evolução anual e dos principais fatores que originaram as variações mais significativas;

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

Nestas provisões são incluídas as estimativas de provisões para sinistros de longo prazo do ramo de acidentes de trabalho, que requerem a fixação de pressupostos com recurso a julgamentos, designadamente ao nível da taxa de desconto, tábua de mortalidade e estimativa de despesas a incorrer (detalhe na Nota 14).

Em face da materialidade destas responsabilidades nas demonstrações financeiras e considerando que o processo para a sua determinação incorpora estimativas com base em pressupostos e técnicas atuariais aplicados à informação atualmente disponível, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser diferentes dos registados, considerámos as Provisões para sinistros (Não Vida) como matéria relevante de auditoria.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

- Com o envolvimento dos nossos especialistas em atuariado, procedemos à análise das metodologias e pressupostos utilizados pelo especialista externo contratado pelo órgão de gestão e atuários da Companhia para a determinação das responsabilidades com sinistros (Não Vida), incluindo a análise da consistência com os utilizados no ano anterior e com o padrão histórico de pagamentos por ramo, e tendo por referência as especificidades dos produtos da Companhia, os requisitos regulamentares e as práticas no setor segurador;
- Realização por parte dos nossos especialistas em atuariado de testes de recálculo das provisões para sinistros para o ramo Acidentes de Trabalho, tendo por base metodologias atuariais reconhecidas no setor segurador, por forma a aferir sobre a sua suficiência. Adicionalmente, para o referido ramo analisámos os pressupostos financeiros e demográficos utilizados nas estimativas das responsabilidades de longo prazo através da comparação com as práticas no setor segurador; e
- Verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras sobre Provisões para sinistros (Não Vida) com os respetivos dados contabilísticos e técnicos, relatórios atuariais e requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- elaboração do Relatório de Gestão, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Companhia de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Companhia.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Companhia;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Companhia descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Companhia, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de março de 2012 para concluir o mandato compreendido entre 2011 e 2013, com início no exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de março de 2014 para um segundo mandato compreendido entre 2014 e 2016. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de março de 2017 para um terceiro mandato compreendido entre 2017 e 2019. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de junho de 2020 para um quarto mandato compreendido entre 2020 e 2022. Em cumprimento do limite máximo da duração do exercício de funções de revisão legal de contas pelo revisor oficial de contas (dez anos) estabelecido no art.º 54.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovado pela Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro e alterado pela Lei n.º 99-A/2021, de 31 de dezembro, renunciaremos ao mandato em curso após conclusão dos trabalhos com referência a 31 de dezembro de 2021;
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Companhia nesta data;
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria; e
- ▶ Informamos que, para além da auditoria, prestámos à Companhia os seguintes serviços permitidos pela lei e regulamentos em vigor:
 - revisão do relatório anual sobre a solvência e a situação financeira da Companhia;
 - revisão do relatório anual sobre a estrutura organizacional e os sistemas de gestão de risco e de controlo interno.

Lisboa, 1 de abril de 2022

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Assinado por: **RICARDO NUNO LOPES PINTO**
Num. de Identificação: 11671014
Data: 2022.04.01 14:06:23+01'00'



Ricardo Nuno Lopes Pinto - ROC n.º 1579
Registado na CMVM com o n.º 20161189

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



Nos termos do artigo 420º, alínea g) do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal apresenta o seu Relatório de Atividade e Parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas da VICTORIA-Seguros, S.A. (“Companhia”), relativos ao exercício de 2021, bem como sobre a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

1. RELATÓRIO DE ACTIVIDADE

No âmbito das competências que lhe estão atribuídas como órgão de fiscalização da Companhia, o Conselho Fiscal procedeu, ao longo de 2021 ao acompanhamento da gestão e dos resultados da Companhia, em especial no que respeita:

- Ao cumprimento e controlo das políticas e estratégias definidas pelo Conselho de Administração;
- À observância das disposições legais, regulamentares e estatutárias;
- À adequação das políticas, critérios e práticas contabilísticas adotados e ao processo de preparação da informação financeira;
- À eficácia dos sistemas de controlo interno, gestão de riscos e auditoria interna.

Por se tratar de uma Entidade de Interesse Público, nos termos do artigo 3º da Lei nº148/2015 de 9 de setembro, o Conselho Fiscal desenvolveu designadamente, no exercício em apreço, as seguintes ações:

- Analisou as normas internas vigentes e respetivas atualizações;
- Indagou sobre alterações na estrutura organizativa da Companhia, bem como o funcionamento das suas principais unidades orgânicas;
- Acompanhou o desenvolvimento das iniciativas e projetos relevantes para a atividade da Companhia, com especial incidência para o Comité de Gestão de Riscos, o Comité de Subscrição, o Comité de Gestão de Ativos e Passivos e o Comité de Risco Operacional;
- Analisou a informação obtida das principais áreas responsáveis pela preparação e divulgação da informação financeira e pela gestão e controlo de riscos,
- Promoveu reuniões, numa base trimestral, com o Conselho Executivo, nas quais foi apreciada a evolução dos principais indicadores financeiros e examinados temas relativos à situação económica e financeira e sistema de controlo interno da Companhia;
- Reuniu, quando necessário, com os representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, inteirando-se das principais conclusões e recomendações por estes formuladas, no âmbito do desempenho das respetivas atribuições;
- Analisou os pedidos de aprovação prévia de serviços distintos de auditoria feitos pelo revisor oficial de contas e garantiu o cumprimento das regras de independência que devem pautar a prestação destes serviços;
- Analisou a confirmação de independência e o relatório adicional preparados pelo revisor oficial de contas nos termos do artigo 24º do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria aprovado pela Lei 148/2015 de 9 de setembro;

- Comunicou ao Conselho de Administração as matérias relevantes de que tomou conhecimento no exercício das funções.

Adicionalmente, o Conselho Fiscal examinou, nos termos do artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais, os quais mereceram o seu acordo:

- O Relatório de Gestão do Conselho de Administração respeitante ao exercício de 2021;
- As Demonstrações da Posição Financeira, dos Resultados, do Rendimento Integral, das Variações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa, assim como as Notas explicativas anexas relativas a 31 de dezembro de 2021;
- A Certificação Legal de Contas elaborada pelo Revisor Oficial de Contas.

2. PARECER SOBRE O RELATÓRIO, CONTAS E PROPOSTA APRESENTADOS PELA ADMINISTRAÇÃO

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que:

- O Relatório de Gestão expõe de forma rigorosa a evolução dos negócios e o da Companhia, encontrando-se em concordância com as contas do exercício;
- As Demonstrações Financeiras estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis e dão uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e resultados da Companhia.

pelo que recomenda consequentemente a sua aprovação, bem como da proposta de aplicação de resultados, na Assembleia Geral anual de Acionistas.

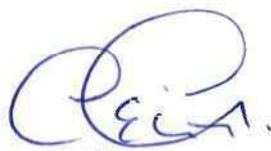
Finalmente, o Conselho Fiscal manifesta o seu agradecimento e apreço ao Conselho de Administração, aos Serviços da Companhia e ao Revisor Oficial de Contas, pela colaboração e disponibilidade sempre proporcionadas.

Os vogais Célia Custódio e Eduardo Rêgo foram eleitos em Assembleia Geral realizada no dia 28 de março de 2022, não tendo acompanhado a evolução da Sociedade até essa data.

Lisboa, 04 de abril de 2022

O CONSELHO FISCAL


João de Lara Everard
Presidente


Célia Custódio
Vogal


Eduardo Rêgo
Vogal